

A Copa do Mundo de 2014 na cidade de São Paulo

as transformações na estrutura urbana de Itaquera



Daniel Bruno Vasconcelos



PPGH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA HUMANA - FFLCH/USP



fflch

FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



CAPES

**A COPA DO MUNDO DE 2014 NA CIDADE DE SÃO PAULO
as transformações na estrutura urbana de Itaquera**



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: *Vahan Agopyan*

Vice-Reitor: *Antonio Carlos Hernandes*



FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: *Maria Armanda do Nascimento Arruda*

Vice-Diretor: *Paulo Martins*

SERVIÇO DE EDITORAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
Rua do Lago, 717 – Cid. Universitária
05508-080 – São Paulo – SP – Brasil
Telefax: 3091-0458
e-mail: editorafflech@usp.br

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria,
proibindo qualquer uso para fins comerciais.

DOI: 10.11606/9788575063576

Daniel Bruno Vasconcelos

A COPA DO MUNDO DE 2014 NA CIDADE DE SÃO PAULO
as transformações na estrutura urbana de Itaquera



São Paulo, 2019

V331 Vasconcelos, Daniel Bruno.

A copa do mundo de 2014 na cidade de São Paulo [recurso eletrônico] : as transformações na estrutura urbana de Itaquera / Daniel Bruno Vasconcelos. -- São Paulo : FFLCH/USP, 2019.

10.719 KB ; PDF.
ISBN 978-85-7506-357-6
DOI 10.11606/9788575063576

1. Copa do mundo (2014). 2. Espaço urbano – São Paulo (SP). 3. Estrutura urbana – São Paulo (SP). 4. Itaquera – São Paulo (SP). I. Título.

CDD 307.76

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”

Nunca perder a esperança e se desesperar jamais!

Dedico este livro aos meus avós maternos,
Vitor (*in memoriam*) e Sebastiana.

Agradecimentos

Agradeço a minha família, principalmente minha mãe, que sempre me deu apoio para estudar e defender os direitos e a igualdade de todas as pessoas, principalmente dos pobres.

Agradeço eternamente minha professora de Geografia do ensino fundamental, Sílvia Araujo. Essa pessoa foi quem plantou a semente do senso crítico na minha vida e me ensinou muito sobre as desigualdades humanas estabelecidas neste mundo, me ensinou a ter sensibilidade pelo outro, pelo diferente, pelo menos favorecido, pelos pobres. A partir de suas aulas aprendi a ter algo que todas as pessoas deveriam ter: consciência de classe e respeito pelas diferenças.

Agradeço a todos os amigos e amigas que estiveram presentes ao longo da minha formação como geógrafo, principalmente às pessoas que moraram, aos que conviveram e aos que convivem comigo cotidianamente. A construção de conhecimento que obtive e obtenho é fruto da colaboração de todos vocês. Agradeço de coração!

Agradeço aos professores, professoras, funcionários e funcionárias do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, que ajudaram na construção do conhecimento deste trabalho.

Agradeço à coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (Gestão 2017-2019), Glória da Anunciação Alves, que incentivou a publicação da dissertação de mestrado em forma de livro.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por ter financiado minha pesquisa de mestrado por meio de uma bolsa de estudos entre os anos de 2012 e 2014.

Esta publicação foi financiada com recurso Proex/Capes do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (PPGH – USP).

Por: Emma Allen¹ – *Crítica à Copa do Mundo através da pintura corporal*



¹ Emma Allen: artista que trabalha em uma variedade de mídias, de costura, pinturas de murais, obras de arte em 3D, animação para maquiagem e pintura de corpo e rosto.

Por: Paulo Ito² – *Grafite de rua protesta contra a Copa do Mundo*



² Paulo Ito: artista urbano, desenvolve a crítica em formas de pinturas de grafite.

Lista de siglas e abreviações

AMA: Assistência Médica Ambulatorial

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH: Banco Nacional da Habitação

CDHU: *Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano*

Cohab: Companhia de Habitação Popular de São Paulo

CPTM: Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

DEM: Democratas (Partido político)

Detran: Departamento Estadual de Trânsito

FAU: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

FES: Formação Econômica Social

FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

Fies: Fundo de Financiamento Estudantil

Fifa: *Fédération Internationale de Football Association*

Fipe: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Gesp: Governo do Estado de São Paulo

GF: Governo Federal

IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

MPL: Movimento Passe Livre

MSP: Município de São Paulo

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTST: Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
PAE: Programa de Aperfeiçoamento de Ensino
PM: Polícia Militar
PMSP: Prefeitura Municipal de São Paulo
Procon: Fundao de Proteo e Defesa do Consumidor
ProUni: Programa Universidade para Todos
PSD: Partido Social Democrático
PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira
PT: Partido dos Trabalhadores
RMSP: Região Metropolitana de São Paulo
Sabesp: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SCCP: Sport Club Corinthians Paulista
SFH: Sistema Financeiro de Habitao
SUS: Sistema nico de Saúde
UBS: Unidade Básica de Saúde
USP: Universidade de São Paulo
ZL: Zona leste da cidade de São Paulo

Sumário

Introdução	16
Capítulo 1 – Entendimentos sobre espaço, estrutura urbana e formação socioespacial	22
1.1 O conceito de espaço	22
1.2 A estrutura urbana.....	27
1.3 A formação socioespacial.....	41
Capítulo 2 – As transformações de fixos e fluxos no período pré-copa em Itaquera.....	48
2.1 Os fixos e fluxos	48
2.2 A situação de Itaquera dentro da formação socioespacial.....	58
2.3 A reforma urbana e o plano de requalificação	71
Capítulo 3 – Segregação socioespacial e especulação imobiliária	97
3.1 Da segregação socioespacial à produção imobiliária	97
3.2 A produção do espaço urbano: os novos projetos de capitalização do espaço e a nova configuração socioespacial de Itaquera.....	109
Capítulo 4 – Rugosidades e resistências: transformando os processos	123
4.1 Rugosidades e resistência: a questão da habitação	123
4.2 Transformar os processos: a luta dos excluídos <i>versus</i> a atuação do Estado e do capital	131
4.3 As manifestações populares: contra o processo de desencadeamento da Copa do Mundo – pelo direito à cidade e à vida.....	144
Considerações finais.....	154
Referências	160
Bibliografia comentada.....	166

Lista Figuras

Figura 1. Localização do distrito de Itaquera no Município de São Paulo	17
Figura 2. Centralidades de Itaquera	31
Figura 3. Área da Pedreira Itaquera ao lado do Polo Institucional Itaquera	33
Figura 4. Polícia militar ataca jovens com balas de borracha e bomba de gás lacrimogêneo durante “rolezinho” no Shopping Metrô Itaquera	53
Figura 5. Localização dos distritos que compõem a subprefeitura de Itaquera.....	60
Figura 6. Imagem de satélite da região de Itaquera em 2001	83
Figura 7. Imagem de satélite da região de Itaquera em 2009	84
Figura 8. Obras no Polo Institucional Itaquera – 2013.....	86
Figura 9. Projeto da área da nova centralidade de Itaquera – Polo Institucional Itaquera.....	87
Figura 10. Imagem de satélite da Região de Itaquera em 2014	88
Figura 11. Plano Alternativo da Comunidade da Paz – cenário atual da localidade da Comunidade da Paz e proposta de reurbanização.....	90
Figura 12. Plano Alternativo da Comunidade da Paz – proposta final do projeto de reurbanização da área da favela.....	91
Figura 13. Acesso aos equipamentos de educação – Comunidade da Paz.....	93
Figura 14. Panorâmica – Comunidade da Paz.....	93
Figura 15. Favela – Comunidade da Paz	94
Figura 16. Soma das unidades verticais e horizontais aprovadas pela PMSP	110
Figura 17: Mapa dos novos empreendimentos imobiliários em Itaquera	112
Figura 18. Variação de preço dos imóveis residenciais à venda em São Paulo no período de janeiro/2008 até maio/2014 – Índice Fipe-ZAP	115

Figura 19. Variação de preço dos imóveis residenciais para locação em São Paulo no período de janeiro/2008 até maio/2014 – Índice Fipe-ZAP.....	116
Figura 20. Variação de preço dos apartamentos para venda em Itaquera no período de janeiro/2008 até maio/2014 – Índice Fipe-ZAP	118
Figura 21. Variação de preço das casas para venda em Itaquera no período de janeiro/2008 até maio/2014 – Índice Fipe-ZAP	118
Figura 22. Variação de preço dos apartamentos para locação em Itaquera no período de outubro/2010 até maio/2014 – Índice Fipe-ZAP.....	119
Figura 23. Variação de preço das casas para locação em Itaquera no período de maio/2008 até maio/2014 – Índice Fipe-ZAP.....	119
Figura 24. Resistência na reintegração de posse do Conjunto Habitacional Caraguatatuba	128
Figura 25. Panorâmica geral da ocupação Copa do Povo – Itaquera	129
Figura 26. Ocupação Copa do Povo – Itaquera	129
Figura 27. Manifestação Copa pra quem?.....	152

Lista Tabelas

Tabela 1: Centros culturais, espaços culturais e casas de cultura – comparação entre as subprefeituras de Itaquera e Pinheiros	54
Tabela 2: Galerias de arte, comparação entre as subprefeituras de Itaquera e Pinheiros.....	55
Tabela 3: Salas de shows e concertos – comparação entre as subprefeituras de Itaquera e Pinheiros	55
Tabela 4: Salas de Teatro – comparação das subprefeituras de Itaquera e Sé.....	56
Tabela 5: Salas de cinema – comparação entre as subprefeituras de Itaquera e Sé	57
Tabela 6: Dados da população recenseada município de São Paulo, subprefeitura de Itaquera e seus distritos municipais, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010...	62
Tabela 7: Dados da população total por grau de instrução município de São Paulo, subprefeitura de Itaquera e seus distritos municipais, 2007	62
Tabela 8: Dados dos domicílios por faixa de rendimento, em salários mínimos município de São Paulo, subprefeitura de Itaquera e seus distritos municipais, 2000	63
Tabela 9: Dados dos domicílios por faixa de rendimento, em salários mínimos município de São Paulo, subprefeitura de Itaquera e seus distritos municipais, 2010	63
Tabela 10: Dados dos estabelecimentos e empregos formais no setor do comércio, serviços, indústria de transformação e construção civil município de São Paulo, subprefeitura de Itaquera e seus distritos municipais, 2007	64
Tabela 11: Estabelecimentos e empregos formais no setor do comércio, serviços, indústria de transformação e construção civil Município de São Paulo, subprefeitura de Itaquera e seus distritos municipais, 2011	64

Introdução

Este livro é fruto de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (PPGH-USP). A pesquisa começou oficialmente em julho de 2011 e teve seu término em março de 2015. A retomada ao tema para publicação dessa dissertação em livro se deu em meio à importância de ressaltar o tema com os movimentos sociais e os periféricos.

Surgiu no ano de 2010 a ideia de fazer uma dissertação de mestrado sobre a região de Itaquerã, com a temática envolvendo a Copa do Mundo, a construção do estádio de futebol do Sport Club Corinthians Paulista (SCCP), conhecido popularmente como Itaquerão, e as transformações espaciais que ambos poderiam trazer para o local e para cidade de São Paulo como um todo. O projeto que envolveu essa discussão partiu da seguinte hipótese: a Copa do Mundo estabelece um conjunto de iniciativas de reforma urbana que alteram formas e fluxos num curto período, justificado pelo evento internacional. Em meio à requalificação do bairro em específico, definem-se critérios de adequação que podem servir de modelo para outras intervenções em espaços periféricos.

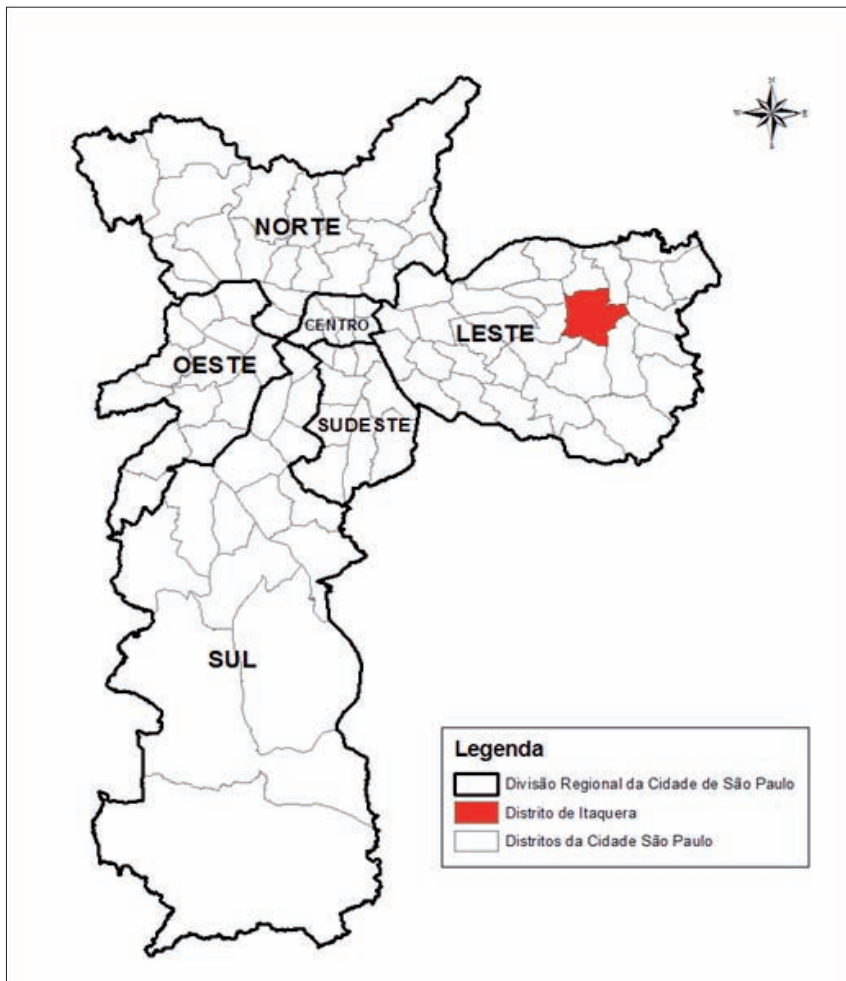
Dessa forma, foi elaborado um plano de trabalho que delimita a área de estudo e leva em consideração os efeitos e conflitos dos megaeventos no espaço urbano.

Esta pesquisa teve como objetivo geral retomar a discussão das transformações no espaço urbano, sobretudo na estrutura urbana, destacando esse momento diferenciado de investimentos e expansão do capital na periferia de São Paulo (o período pré-Copa do Mundo). A conexão desse ciclo de investimentos com a realização de um megaevento estabelece condições especiais para a produção e reprodução do espaço em um curto período, especialmente no que tange ao corte temporal – 2008 a 2014 – e à coordenação de gastos públicos e privados. Portanto, a análise deste estudo se torna

original ao tomar a realização de obras referentes à Copa do Mundo de 2014 como catalisadoras das transformações da estrutura urbana de Itaquera.

Antes de nos aprofundarmos nesta investigação, faz-se necessário a explicitação do mapa de localização do distrito de Itaquera, no Município de São Paulo (MSP). Esse mapa trará o posicionamento geográfico da área estudada, dando uma noção espacial ao leitor para associá-la às informações e debates elaborados, implicando majoritariamente a concepção das análises obtidas do trabalho.

Figura 1. Localização do distrito de Itaquera no Município de São Paulo



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

As transformações na estrutura urbana para as quais escolhemos dar o foco principal são as de uso e ocupação do solo urbano, referentes à questão de moradia e de formação socioespacial de Itaquera.

Desde o início, era evidente que não seria uma tarefa fácil acompanhar todas as transformações do espaço em estudo. Por ser uma pesquisa que trabalhou um tema contemporâneo e em desenvolvimento, a cada dia que se passava, uma nova notícia sobre Itaquera aparecia na mídia, aumentando ainda mais a dificuldade de análise dos fatos que ocorriam na área. Porém, na medida do possível, superamos esses obstáculos e refletimos a problemática que nos propusemos a estudar.

O estudo sobre as transformações na estrutura urbana de Itaquera no período pré-Copa do Mundo surge com a proposta de acompanhar os fatos em tempo real. Dessa forma, este estudo se designa como um registro no acompanhamento dos processos desse megaevento. Sua justificativa diz respeito ao Estado de exceção (AGAMBEN, 2004) que o Brasil viveu perante as determinações da *Fédération Internationale de Football Association (Fifa)* e de seus patrocinadores nesses anos. As legislações federal, estadual e municipal foram alteradas para realização do evento, passando até mesmo por cima da Constituição Brasileira de 1988. A repressão e a violência por parte da polícia militar (PM) a mando dos governos estaduais foram extremamente excessivas e truculentas, tudo isso para deixar o dinheiro fluir nas mãos dos grandes agentes do capital. Foram dezenas de mortes e milhares de feridos nas manifestações contra o processo de desencadeamento da Copa do Mundo, pelo direito à cidade (LEFEBVRE, 1991) e pelo direito à vida (CARLOS, 2011).

O método usado nesta pesquisa foi o materialismo histórico dialético para compreender melhor a temática proposta de análise das transformações da estrutura urbana. O uso desse método se baseia na dialética entre as teorias usadas neste trabalho e a prática e, sobretudo, na análise da ligação entre os processos do passado e do presente. Os trabalhos de campo realizados diversas vezes na região de Itaquera e as reuniões nas instituições governamentais e não governamentais foram de ordem crucial para o desenvolvimento da pesquisa e conceitualização dos fatos. A estrutura do texto também teve como base aspectos como o material informacional colhido durante a pesquisa, reuniões com orientador, disciplinas cursadas no curso de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, estágios no Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE) e a participação em congressos, encontros e seminários que abordavam a temática proposta.

Os trabalhos de campo tiveram o caráter de analisar e averiguar melhor o que realmente aconteceu em Itaquera nos anos que antecederam a Copa do Mundo. Esses trabalhos consistiram em entrevistas com os moradores de Itaquera, com membros de representações governamentais, com analistas imobiliários que trabalham em Itaquera, com militantes dos movimentos sociais que atuam no bairro, com membros de associações de moradores. No trabalho de campo houve também uma averiguação das transformações na estrutura urbana, tanto no que diz respeito às modificações concretas do espaço – as grandes obras de infraestrutura urbana e imobiliárias – quanto na questão socioespacial – segregação e espoliação urbana. De modo geral, os trabalhos de campo foram extremamente necessários para conseguirmos chegar às conclusões que culminaram no desenvolvimento dessa pesquisa.

Começamos o capítulo 1 abordando os principais conceitos que iremos trabalhar nesta dissertação. Nesse capítulo, não tivemos a finalidade de analisar exaustivamente os conceitos e fazer crítica a eles, pois tal pretensão dificilmente pode ser cumprida em uma dissertação: nosso objetivo foi esclarecer as linhas de pensamento que iremos seguir ao longo deste trabalho. Outros conceitos são abordados e percorridos ao longo de todos os capítulos, entretanto, entendemos que os principais conceitos deste texto se encontram presentes no primeiro capítulo. O subcapítulo 1.1. diz respeito ao conceito de espaço. Foi feita uma abordagem dos conceitos de espaço geográfico, espaço urbano, espaço social, sobre as categorias do espaço e seus elementos. Para trabalhar todos esses conceitos referentes à categoria espaço, seguimos a corrente teórica da Geografia Crítica Brasileira. Autores como Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa foram nossas principais fontes. No subcapítulo 1.2. abordamos a temática da estrutura urbana, nosso principal foco. Começamos nossa discussão sobre os fundamentos da estrutura urbana, que são os processos de produção, consumo, intercâmbio e gestão. Em seguida, fazemos uma discussão sobre os agentes que transformam o espaço. Nesse momento tentamos fazer uma discussão teórica e prática ao mesmo tempo. Essa discussão tange aos seguintes agentes: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais e as grandes empresas comerciais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos. Para finalizar o subcapítulo, foi realizada uma discussão sobre o valor de uso e valor de troca do solo urbano, com o objetivo de mostrar a atuação dos atores no mercado de moradia, segundo Harvey (1980). Para concluir o primeiro capítulo, no subcapítulo 1.3. é exposto o conceito da Formação Socioespacial, na qual busca-se mostrar a relação entre o local e o global, para fortalecer as discussões usadas durante o trabalho. Neste

é usado como referência central Santos (2008a), além disso, são exibidos os conceitos de formação econômica social (FES) e formação social até chegarmos na Formação Socioespacial.

O capítulo 2 diz respeito às transformações de fixos e fluxos no período pré-Copa em Itaquera. Nesse capítulo serão expostas as transformações que tangem à estrutura urbana por meio de dados quantitativos para caracterizar e embasar mais categoricamente nossa área de estudo. As principais fontes desses dados quantitativos são a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) e o Plano Alternativo da Comunidade da Paz.¹ Nossas principais referências teóricas nesse capítulo são autores como Bonduki (2011), Carlos (2007; 2011), Santos (2006; 2008a; 2008b; 2008d; 2012b) e Souza (2005). No subcapítulo 2.1 é exposto o conceito de fixos e fluxos apresentado por Milton Santos (2008a; 2008b; 2012b). Nesse subcapítulo são levantados os principais fixos públicos – culturais, sociais, de lazer, entre outros – e também da iniciativa privada em Itaquera. Fazemos uma ligação desses fixos com os fluxos, no que tange a circulação, transformação e uso dos fixos. O subcapítulo 2.2. diz respeito à situação de Itaquera dentro da formação socioespacial, expondo dados populacionais, de grau de instrução, de rendimentos por domicílio e de estabelecimentos e empregos formais nos setores de comércio, serviços, indústria de transformação e construção civil em Itaquera; conseqüentemente é feita uma análise abordando a situação do local. O subcapítulo 2.3. diz respeito às políticas de reforma urbana e ao plano de requalificação. Nossa principal referência é Marcelo Lopes de Souza (2005) e a discussão visa abordar diversas questões da cidade, principalmente as questões sociais e públicas. Nesse subcapítulo fazemos uma breve análise das políticas partidárias passadas e das que administram atualmente a PMSP. Nele, damos enfoque ao plano de requalificação da cidade, em seguida, focamos os estudos no plano de requalificação de Itaquera, abordando tanto o plano de requalificação da PMSP para Itaquera quanto o plano alternativo de moradia da Comunidade da Paz, favela atingida pelo plano de requalificação da PMSP.

O capítulo 3 discorre sobre os temas da segregação socioespacial e sua ligação à especulação imobiliária na cidade. Foi dividido dois subcapítulos, nos quais há um debate cruzando os temas sobre “a *segregação socioespacial na cidade × a produção imobiliária*”, passando por temas como especulação imobiliária e financiamentos. O capítulo perpassará a discussão do tema sobre a produção do espaço urbano: os novos

¹ O Plano Alternativo da Comunidade da Paz (2012-2013) foi elaborado pelo Instituto Pólis e pelo Comitê Popular da Copa de São Paulo.

projetos de capitalização do espaço e nova configuração de valores dos imóveis. No subcapítulo 3.1. é feita uma discussão sobre a segregação socioespacial e nossa principal referência para articular esse conceito é de Corrêa (2005). Em seguida é feita uma articulação e debate em torno da produção imobiliária; aqui Rufino e Pereira (2011), Lefebvre (1999a) e Santos (2009) são nossas bases de referência teórica. No subcapítulo 3.2. serão mostrados os dados quantitativos sobre os novos projetos de capitalização do espaço na região de Itaquera, assim como serão mostrados os dados da soma de unidades verticais e horizontais aprovados pela PMSP e da variação de preços dos imóveis residenciais no período de 2008 até 2014. Após o levantamento dos dados é feita uma análise da nova configuração socioespacial em Itaquera.

Por último e não menos importante, o capítulo 4 vem com a proposta de debater sobre as rugosidades e resistências, abordando as transformações dos processos de produção do espaço. Esse capítulo faz uma discussão sobre a questão da habitação em São Paulo, discute a luta dos excluídos *versus* a atuação do Estado e do capital, fazendo também uma discussão sobre as manifestações populares que vieram à tona em 2013 e 2014 por conta da questão urbana. O subcapítulo 4.1. diz sobre a questão da habitação, nele é exposta a resistência do movimento de moradia e suas ocupações em Itaquera, fazendo-se uma análise sobre o assunto segundo Boulos, Rocha e Dores (2014), representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). O subcapítulo 4.2. procura discorrer sobre o assunto que permeia a discussão a respeito dos excluídos na cidade e a atuação do Estado e do capital. Colocamos aqui uma problemática sobre a questão urbana e o planejamento urbano das cidades brasileiras apoiando-nos em Rolnik (2014) e trazemos relatos dos moradores de Itaquera para empiricização do nosso estudo. O subcapítulo 4.3. é referente às manifestações populares contra o processo de desencadeamento da Copa do Mundo e pelo direito à cidade e o direito à vida. Nesse subcapítulo são expostas as pautas levantadas durante as manifestações e, conseqüentemente, é feita uma análise a partir de Maricato (2013) sobre a questão urbana. Aqui, trazemos também um relato de um morador de Itaquera sobre seu posicionamento político de lutas por mudanças socioespaciais, com o intuito de mostrar o que pensa em relação ao processo de desencadeamento da Copa do Mundo em São Paulo.

Entendimentos sobre espaço, estrutura urbana e formação socioespacial

O espaço é uma acumulação desigual de tempos
Milton Santos

1.1 O conceito de espaço

Buscaremos explicar a categoria espaço por meio de autores considerados clássicos da Geografia, principalmente da Geografia Brasileira. Elucidaremos os conceitos de espaço que cabem na discussão que pretendemos traçar ao longo deste trabalho. Para explicá-los, seguiremos o referencial teórico da Geografia Crítica Brasileira, o qual foi baseado em dois autores: Milton Santos (1985; 2008c) e Roberto Lobato Corrêa (2005; 2006). Complementamos essa explicação com o campo da filosofia, utilizando como referencial teórico o autor Henri Lefebvre (2006).

Corrêa (2006) nos explica o significado da palavra espaço, que se encontra “associada a uma porção específica da superfície da Terra identificada seja pela natureza, seja com referência à simples localização” (CORRÊA, 2006, p. 15). O autor relata que o conceito de espaço está associado ao espaço geográfico e é usado indiscriminadamente em diferentes escalas trabalhadas na Geografia: global, continental, regional, da cidade, do bairro, da rua, entre outras. O conceito de espaço geográfico é trabalhado diferentemente dentro de cada linha teórica da Geografia, desde a tradicional até a crítica atual (CORRÊA, 2006, p. 15). Seguindo nossa linha de pensamento da Geografia Crítica Brasileira, associamos o espaço e suas estruturas como produtos da ação social e de suas contradições, sobretudo a valorização das atividades econômicas e das reações sociais atreladas a estas.

Santos (2008a, p. 78-79) argumenta que “o espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos”. O autor ressalva que “[...] o espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais”. Completando o pensamento do autor sobre o conceito de espaço, ele diz que “[...] o espaço resulta o casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento”. Dessa forma, entendemos que o espaço é um conjunto de objetos, naturais e artificiais, com o qual o homem interage e se relaciona a todo momento, transformando-o constantemente, seja para seu uso pessoal ou coletivo. Sua forma, estrutura e processo se produzem de acordo com a conexão de cada sociedade, levando sempre em conta os fatores econômicos e sociais de cada lugar.

Entendemos que o conceito de espaço na visão de Santos (2008c, p. 151) se refere à noção de espaço sobre uma variedade de objetos e significações. Contextualizando, o espaço que interessa à Geografia “é o espaço humano ou espaço social, que contém ou é contido por todos os múltiplos de espaço”. O autor relata que o espaço humano é o espaço geográfico, e que “sua tendência é mudar com o processo histórico, uma vez que o espaço geográfico é também o espaço social”.

O autor faz uma explicação sobre o espaço:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares. (SANTOS, 2008c, p. 153)

Continuaremos esse raciocínio na linha de Santos (1985) quando ele se refere aos elementos do espaço e à dimensão temporal do espaço. “Os elementos do espaço seriam os seguintes: os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas” (SANTOS, 1985, p. 6). Os homens são elementos do espaço na condição de fornecedores de trabalho, ou candidatos a isso. As firmas estão na função de bens, serviços e ideias. As instituições produzem normas, ordens e legitimação. “O meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano [...] As infraestruturas são o trabalho humano materializado

e geografizado na forma de casas, plantações, caminho, etc.” (SANTOS, 1985, p. 6).

O pesquisador diz que os elementos do espaço interagem:

O estudo das interações entre diversos elementos do espaço é um dado fundamental da análise. Na medida em que *função e ação*, a interação supõe interdependência funcional entre os elementos. Através do estudo das interações, recuperamos a totalidade social, isto é, o espaço como um todo e igualmente, a sociedade como um todo. Pois cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social. (SANTOS, 1985, p. 7, grifos do autor)

Corrêa (2006) mostra em seu texto “Espaço, um conceito-chave da Geografia” os diversos usos do conceito de espaço, resgatando desde os princípios da ciência geográfica até o século XXI. Nesse texto fica explícito os diferentes usos do conceito de espaço na Geografia, passando pelas diversas correntes do pensamento geográfico, desde como o espaço foi concebido na Geografia tradicional, seguida pela Geografia teórica-quantitativa, a Geografia materialista histórica e dialética, até chegar à Geografia humanista e cultural. Por meio da evolução dessa ciência no decorrer do tempo, a definição do conceito de espaço é de uma dimensão enorme, na qual diversos autores trabalham o conceito como entendem melhor em seu objeto de pesquisa.

Vamos agora resgatar da Filosofia o conceito de espaço social e analisar essa discussão segundo Lefebvre (2006, p. 35, grifos do autor):

O espaço social contém, ao lhe assinalar os lugares apropriados (mais ou menos), as *relações sociais de reprodução*, a saber, as relações bio-fisiológicas entre os sexos, as idades, com a organização específica da família – e as *relações de produção*, a saber, a divisão do trabalho e sua organização, portanto, as funções sociais hierarquizadas. Esses dois encadeamentos, produção e reprodução, não podem se separar: a divisão do trabalho repercute na família e aí se sustenta; inversamente, a organização familiar interfere na divisão do trabalho; todavia, o espaço social discerne essas atividades para “localizá-las”. Não sem fracassos!

Lefebvre (2006) divide o espaço social em dois encadeamentos, *nas relações sociais de reprodução* e *nas relações de produção*. Ele nos mostra que a divisão do trabalho e sua organização seguem uma ordem hierarquizada de funções e é a família

que sustenta e/ou interfere nas atividades e no espaço social. As atividades sociais do urbano são a sustentação dos meios de comunicação, da arte, do trabalho, do estudo etc. São elas que produzem parte da forma do espaço urbano.

Seguindo nessa discussão e partindo para os entendimentos sobre o conceito de espaço urbano, segundo Corrêa (2005), o espaço de uma grande cidade capitalista (como São Paulo) compõe-se, num primeiro instante, de sua apreensão, no contíguo de diferentes usos da terra aplicados entre si.

Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade, ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado. (CORRÊA, 2005, p. 7)

O espaço urbano é concomitantemente *fragmentado e articulado*: as duas partes mantêm relações espaciais com as demais, mesmo que em proporção muito variável. Essas relações manifestam-se na prática pelo meio de fluxos de veículos e de pessoas ligadas às operações de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos cotidianos entre as áreas residenciais, aos diferentes locais de trabalho, à itinerância menos contínua para compras no centro da cidade ou nas lojas de bairro, às visitas aos parentes e amigos, às idas ao cinema, à praia, ao parque, aos bares e aos restaurantes, entre outros lugares que a cidade proporciona (CORRÊA, 2005, p. 7).

A conexão manifesta-se de modo menos aparente. No capitalismo, evidencia-se por meio das relações espaciais interagindo com o movimento de decisões e investimentos de capital, mais-valia, salários, juros, rendas, envolvendo também a prática do poder e da ideologia. “Estas relações espaciais são de natureza social, tendo como matriz a própria sociedade de classes e seus processos” (CORRÊA, 2005, p. 8). As relações espaciais agregam, ainda que variavelmente, as várias partes da cidade, conectando-as em um conjunto articulado cujo núcleo têm sido, corriqueiramente, as centralidades. “Este é um segundo momento de apreensão do que é o espaço urbano: fragmentado e articulado” (CORRÊA, 2005, p. 8).

Ao constatar que o espaço urbano é concomitantemente fragmentado e articulado e que essa divisão proferida é expressão espacial de processos sociais, começa-se um terceiro momento de apreensão do espaço urbano: um reflexo da sociedade. Portanto,

o espaço da cidade capitalista é intensamente dividido em áreas residenciais segregadas, ocasionando uma complexa estrutura social de classes (CORRÊA, 2005, p. 8). Dessa forma, “[...] o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente” (CORRÊA, 2005, p. 8).

Dois pontos carecem de ser indicados. Em primeiro lugar, por ser reflexo social e fragmentado, o espaço urbano, principalmente o da cidade capitalista, é intensamente desigual: a desigualdade constitui-se em uma particularidade própria do espaço urbano capitalista (CORRÊA, 2005, p. 8). “Em segundo lugar, por se reflexo social e porque a sociedade tem a sua dinâmica, o espaço urbano é também mutável, dispondo de uma mutabilidade que é complexa, com ritmos e natureza diferenciados” (CORRÊA, 2005, p. 8).

O espaço da cidade é um condicionante da sociedade. Esse é o quarto momento de apreensão do espaço urbano. O condicionante se produz por meio do papel que as obras fixadas pelo homem, as formas espaciais, exercem na reprodução das condições de produção e das relações de produção. Dessa forma, a existência de estabelecimentos industriais juntos uns dos outros e os complexos industriais ou distritos industriais, que efetuam entre si vendas de matérias-primas industrialmente fabricadas, constituem-se pelos benefícios e vantagens de estarem juntos, circunstância que viabiliza a continuidade da produção, ou seja, a reprodução das condições de produção (CORRÊA, 2005, p. 8-9).

As áreas residenciais segregadas representam uma função importante no processo de reprodução das relações de produção, no âmbito do qual se reproduzem as diversas classes sociais e suas frações: são nos bairros que ocorrem a reprodução dos diversos grupos sociais (CORRÊA, 2005, p. 9).

Fragmentada, articulada, reflexo e condicionante social, a cidade é também o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem. Isto envolve o cotidiano e o futuro próximo, bem como crenças, valores e mitos criados no bojo da sociedade de classes e, em parte, projetados nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua especial etc. O espaço urbano assume assim uma dimensão simbólica que, entretanto, é variável segundo os diferentes grupos sociais, etários etc. Mas o cotidiano e o futuro próximo acham-se enquadrados num contexto de fragmentação desigual do espaço, levando aos conflitos sociais, como as greves operárias, as barricadas e os movimentos sociais urbanos. O espaço da cidade é assim, e também, o cenário e o objeto das

lutas sociais, pois estas visam, afinal de contas, o direito à cidade, à cidadania plena e igual para todos. (CORRÊA, 2005, p. 9)

O espaço urbano é: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um agrupamento de símbolos e campo de lutas. É formado por diversos usos da terra, sendo que cada um deles pode ser observado como uma forma espacial. Esta, porém, não tem experiência independente, permanecendo porque nela se realizam uma ou mais funções. Desse modo, atividades como produção e venda de mercadorias, prestação de serviços distintos ou uma função simbólica, que se considera vinculada aos processos da sociedade, da estrutura social, requer funções urbanas que se materializem nas formas espaciais, que sejam socialmente produzidas por agentes sociais concretos (CORRÊA, 2005, p. 9-10).

1.2 A estrutura urbana

Neste subcapítulo será desenvolvido o conceito de estrutura urbana, principal foco das discussões deste trabalho. Será feita uma análise teórica e em alguns momentos tentaremos usar o nosso objeto de estudo para trabalhar teoria e prática juntos. Nossa base teórica se pontua em autores da Geografia Crítica Brasileira, autores brasileiros da Sociologia e Economia, e autores internacionais que trabalham no âmbito da construção de uma Geografia Crítica, como Castells (1975; 1983), Clark (1985), Harvey (1980) e Lefebvre (1999b; 2008). Acreditamos que a base teórica escolhida para desenvolver essa temática seja capaz de suprir nossos objetivos, isto é, esclarecer a nossa visão sobre o tema proposto.

Para falar da estrutura urbana de Itaquera, temos que expor momentos em que a cidade de São Paulo passou no século XX. O município teve uma *explosão urbana* (LEFEBVRE, 1999b) depois da segunda metade do século XX, quando a indústria era o principal agente motor da produção do capital da cidade, o que propiciou um crescimento urbano desordenado e, ao mesmo tempo, ordenado pelos agentes fundiários e pelo Estado (SINGER, 1968).

Singer (1968, p. 49) explica que a reprodução do espaço urbano de São Paulo é, desde o final do século XIX, acelerada e movida por interesses privados variados, fato que a qualificou como centro do capital no Brasil. Contudo, o desenvolvimento econômico de São Paulo atraiu milhares de migrantes e imigrantes para a cidade e para a região metropolitana.

O crescimento urbano ordenado a que nos referimos foi e continua sendo feito pelos agentes fundiários e pelo Estado, em sua maior parte. Esse crescimento se deu no planejamento de deixar vazios urbanos na malha territorial para aumentar o valor das terras e, conseqüentemente, do uso do solo. A máquina do Estado representando os interesses dos agentes fundiários auxiliava e auxilia na estrutura urbana básica, para a população que vivia e vive nas periferias (principais locais de vazios urbanos).

Dentro dos elementos da estrutura urbana existem inúmeras discussões geográficas. Partiremos para a reflexão das organizações econômica e institucional do espaço, seguindo a linha de Castells (1983).

Ao analisar a organização da divisão econômica e sua eficácia social própria, “uma vez suscitada, articula-se com o conjunto de efeitos econômicos e ideológicos e tem uma influência direta sobre os processos sociais e a luta política (por exemplo, determinando diretamente o cenário político local no plano institucional)” (CASTELLS, 1983, p. 295).

Continuando ainda com o raciocínio de Castells (1983), numa sociedade em que o M.P.C. (mercado, produção e consumo) é dominante, “o sistema econômico é o sistema dominante da estrutura social e, por conseguinte, o elemento *produção* está na base da organização do espaço” (CASTELLS, 1983, p. 203).

A organização da divisão institucional, a partir do aparelho político-jurídico da formação social, administra o espaço enquanto expressão da lógica própria do sistema. “A organização institucional do espaço é determinada, em primeiro lugar, pela expressão, ao nível das unidades urbanas, do conjunto dos processos de *integração*, de *repressão*, de *dominação* e de *regulação* que emanam do aparelho de Estado” (CASTELLS, 1983, p. 296, grifos do autor).

Seguindo a lógica de Castells (1983) sobre a organização institucional do espaço pelo aparelho político-jurídico do Estado, e levando em conta nosso objeto de estudo, percebemos que o Estado atua e organiza o espaço da área correspondente ao megaevento Copa do Mundo. O governo federal (GF), o governo do estado de São Paulo (GESP) e a PMSP se comprometeram com Fifa¹ a sediar a abertura dos jogos na cidade de São Paulo, por conta disso, a região de Itaquera esteve em uma transformação acelerada do ano de 2010 até 2014.

¹ Cf. SPCOPA, 2011; COPA2014 (s.d.).

Continuando a ideia de estrutura do espaço urbano, seguiremos os pensamentos de Castells (1975, p. 142, grifos do autor):

Ao falarmos de estrutura temos de determinar imediatamente quais são as relações na sua base, e quais os elementos ligados por essas relações. Adiantemos alguns elementos. Um conjunto urbano, como forma social, compreende, fundamentalmente, um *processo de produção*, um processo de *consumo* e um processo de *intercâmbio*. As relações socioespaciais entre esses três processos determinam um quarto processo, de *gestão* ou de projeto *político*, que por seu turno, atua sobre os três primeiros. Na medida em que o conjunto urbano está indissolúvelmente unido a conjunto socioespaciais, cada processo tem influxos alheios ao sistema. A estrutura de base de um conjunto urbano é, pois, determinada pela interação destes quatro processos entre si e está em relação com os intercâmbios que cada um realiza com o exterior do sistema. Por outro lado, a dinâmica desta estrutura é inseparável da dinâmica social geral, muito embora não possa reduzir-se completamente a ela.

Apresentaremos os quatro processos que fundamentam os elementos da estrutura do espaço urbano segundo Castells (1975). O *processo de produção* engloba as atividades que “contribuem de forma direta para formação de bens ou para gestão e organização do processo produtivo: fundamentalmente a indústria, mas também os escritórios, as constituições financeiras etc.” (CASTELLS, 1975, p. 142-143, grifos do autor).

O *processo de consumo*, entendido como reprodução da força de trabalho, não pode identificar-se, a nível urbano, com a sua aceção ao nível da sociedade global, na medida em que não são as lojas e outros lugares de aquisição de bens de consumo individuais que especificam o processo, mas o lugar de apropriação individualizada do produto do trabalho, isto é, a *habitação*, o conjunto residencial.

O *processo de intercâmbio* envolve concomitantemente o intercâmbio de bens, serviços, pessoas, ideias e informações, todos espacialmente expressas de modo peculiar (CASTELLS, 1975, p. 143).

O *processo de gestão* especializa-se de dois modos diferentes: diretamente, “pela implantação dos edifícios-sede da administração política e jurídica; indiretamente, pela intervenção administrativa na organização espacial do conjunto urbano através da planificação e regulação do funcionamento geral do sistema” (CASTELLS, 1975, p. 143).

Dando seqüência à análise da estrutura urbana, partiremos para o desenvolvimento do conhecimento na abordagem das centralidades. No contexto de Itaquera vamos trabalhar as *novas centralidades*, que segundo Tourinho (2006) surgem “de caráter fragmentado, criadas após os anos de 1980 fora do centro expandido, como resultado de fortes operações imobiliárias e urbanísticas ou, ainda, dentro dele, como produto de operações de revitalização urbana” (TOURINHO, 2006, p. 279).

Itaquera hoje possui duas centralidades, a primeira tem sua dinâmica de funcionamento desde décadas passadas, que é o centro do bairro. Nessa centralidade, encontram-se comércios dos mais variados tipos, desde microempresas até redes de departamentos. Essa centralidade está consolidada no bairro e possui características próprias. Estas vão desde a compra a prazo no carnê de prestação – porém poucos estabelecimentos usam esse modo de pagamento – até compras com pagamento no cartão de crédito, que são predominantes pela seguridade financeira do comerciante (modelo de crédito implantado massivamente em esfera nacional por políticas públicas do GF, com ampla difusão a partir de meados da primeira década do século XX). Há uma identidade específica das pessoas que vivem no bairro e que estão ligadas a essa centralidade, na qual se valoriza a relação de conhecer o comerciante e o vendedor, o saber encontrar o que se precisa no respectivo lugar. A principal igreja católica do bairro se encontra cerca dessa centralidade, a identidade cristã alçada pela teologia da libertação é de uma representação forte entre os moradores da região, na luta por direitos sociais e civis, e também na solidariedade com o próximo.

A segunda centralidade do bairro surge com o Polo Institucional de Itaquera. A localização, a concentração de atividades comerciais (Shopping Metrô Itaquera) e os serviços estatais (Poupatempo) fizeram com que essa centralidade se sobrepujasse à primeira, o centro de Itaquera, na perspectiva de consumo cotidiano. As estações do Metrô e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), além do terminal de ônibus urbano, fazem com que a circulação de pessoas nessa área seja de grandes proporções. A rota cotidiana dos passageiros permite que o consumidor tenha facilidade e ganho de tempo para execução de suas atividades. A mobilidade na circulação de pessoas e mercadorias nessa centralidade se destaca perante as outras centralidades da zona leste (ZL) de São Paulo.

A Figura 2 representa o local das centralidades em Itaquera.

Figura 2. Centralidades de Itaquera



Fonte: Google Earth, 2014.

Lefebvre (2008, p. 85) nos diz um pouco sobre centralidade.

A centralidade tem seu movimento dialético específico. Ela se impõe. Não existe realidade urbana sem centro, quer se trate do centro comercial (que reúne produtos e coisas), do centro simbólico (que reúne significações e as torna simultâneas), do centro de informação e de decisão etc. Mas todo centro destrói-se a si próprio. Ele destrói por saturação; ele se destrói porque remete a uma outra centralidade; ele se destrói na medida em que suscita a ação daqueles que ele exclui e expulsa para as periferias.

Nesta citação percebemos que o autor trabalha a centralidade como um lugar em que se pode consumir desde produtos comerciais até informações, simultaneamente. Lefebvre (2008) segue uma fundamentação teórica baseada no materialismo histórico; nesse sentido, faz jus dizer que todo centro se destrói a si próprio. O centro das cidades passa a ter outras funções com o passar dos anos, e novos subcentros vão surgindo, cumprindo a função do centro, porém não por completo. Desse modo, acreditamos que

o espaço urbano, por intermédio dos efeitos de sua estrutura sobre a população, constitui uma influência que remete à formação socioespacial.

Uma das formas privilegiadas de reforço e reforma da estrutura urbana pode ser encontrada na criação de novas centralidades, que, por sua vez, alteram os fixos e fluxos e o próprio poder dos espaços. Tal estrutura significaria um produto da consolidação histórica de certas formas e funções, ao mesmo tempo que pode ser uma forma de induzir a transformação das relações sociais. É, simultaneamente, condicionada e condicionante. Dessa forma, os próprios agentes já apresentados têm aprendido que, para além do simples apelo à lei e à força, é possível alterar as relações sociais por intermédio de acréscimos ou reduções da estrutura social.

Buscando compreender melhor sobre as formas em que os agentes transformadores do espaço buscam alcançar seus objetivos em transformar a estrutura urbana, seguimos a linha de pensamento de Corrêa (2005), a qual nos apresenta quem são os agentes que transformam a cidade: a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo as grandes indústrias e as grandes empresas comerciais; b) os proprietários fundiários; c) os promotores imobiliários; d) o Estado; e e) os grupos sociais excluídos.

Será feita agora uma análise da produção do espaço por cada um desses agentes que Corrêa (2005) cita, levando em conta o nosso estudo de caso em Itaquera.

Ao começar a discussão pelos *agentes proprietários dos meios de produção, sobretudo as grandes indústrias e as grandes empresas comerciais*, deixamos claro que Itaquera não é uma região na qual predomina a atividade industrial como força econômica. As grandes e pequenas empresas, comerciais e de serviços, são em suma os agentes que geram emprego na região, portanto, é essa força econômica preponderante.

A atividade industrial que predominava próxima à localização do Polo Institucional de Itaquera era de extração de minérios, com a indústria Pedreira Itaquera Ltda. Desde 2006, a Pedreira Itaquera não extraiu mais minérios na região, foi quando sua cava foi completamente preenchida, e agora a Pedreira Itaquera, por meio do grupo de investidores Itaquera Participações, tem como objetivo urbanizar a área explorada na mineração.² Essa área é foco do interesse imobiliário. Por meio das pesquisas de campo (realizadas em 2013) constatamos que existe uma especulação muito grande sobre a área da pedreira; o posicionamento geográfico do terreno é muito favorecido em relação aos equipamentos urbanos que Itaquera proporciona.

² Cf. ITAQUERA PARTICIPAÇÕES (s.d.).

A Figura 3 mostra o tamanho da área em que se localizava a Pedreira Itaquera, e os traços do novo projeto urbanístico que a Itaquera Participações pretende implantar na região. Este projeto imobiliário, comercial e residencial, associa-se ao que Corrêa (2005) discute sobre a realocação industrial, pelo antigo terreno não ter mais usos para a indústria; assim, ele “extrai elevada renda fundiária ao realizar o loteamento do antigo terreno” (CORRÊA, 2005, p. 15). Percebe-se claramente por esse plano o movimento de requalificação da área para usos habitacionais e comerciais que está em implantação, reconfigurando o cenário antigo que prevalecia na área por décadas.

Figura 3. Área da Pedreira Itaquera ao lado do Polo Institucional Itaquera



Fonte: Itaquera Participações (s.d.).

Percebe-se que já há traços das futuras ruas e quadras na área onde se localizava a Pedreira Itaquera (a foto é de 2013). Esse plano urbanístico também conta com um cinturão verde que valoriza ainda mais a área. Por meio de entrevistas com corretores imobiliários do bairro, foi constatado que esse projeto urbanístico tem em vista atrair investidores que busquem um público de médio a alto padrão social, diferentemente de toda a área que se localiza em torno do futuro loteamento, que são classes sociais pobres/menos privilegiadas/populares.

No passado, quando o bairro se formou e o pequeno vilarejo foi crescendo, a reprodução do espaço se deu pelos proprietários fundiários – Itaquera era uma área suburbana. Atualmente, existem poucos vazios urbanos, são resquícios das terras fundiárias do passado, que hoje estão altamente valorizadas, principalmente por terem chegado as infraestruturas urbanas pública e privada na região. *Os proprietários fundiários* que encontramos em 2013 no bairro são grupo de investidores imobiliários em grande maioria, os quais estão esperando uma maior valorização da área. Esses investidores já programam e/ou implementam seus projetos urbanísticos para a região, principalmente com o marketing da proximidade do estádio Itaquerão. Em outras palavras, são os proprietários fundiários que estabelecem o controle sobre o uso da terra e seu futuro, colocando o valor de troca em questão.

Continuando as ideias de Corrêa (2005) e aplicando-as à região de Itaquera, *os promotores imobiliários* que atuam ali são construtoras de pequeno até grande porte de investimentos imobiliários, aliadas ao capital bancário, principal financiador das obras.

Com os trabalhos de campo foi constatado que os imóveis de mais saída de mercado, atualmente, são os lançamentos imobiliários de casas em pequenos condomínios fechados, que têm em média de seis a 12 casas por empreendimento. As construções desses condomínios fechados de pequeno porte são levantadas em lotes que possuíam grandes áreas para um perímetro urbano de São Paulo, a partir de 1.000 m², e esses terrenos são os mais cobiçados no mercado imobiliário da região. Quando os promotores imobiliários não encontram esses lotes para venda, compram diversos lotes um ao lado do outro para efetivar o projeto arquitetônico. Na instância da iniciativa privada, os lançamentos imobiliários residenciais de prédios acima de dez andares estão começando a ocupar seu lugar em Itaquera, verticalizando o espaço residencial. Nesse período que antecedeu a Copa do Mundo as grandes construtoras e as incorporadoras começaram a investir em projetos imobiliários de alto/médio padrão em Itaquera, começando a mudar o estereótipo da região, que sempre foi de classes populares (VASQUES, 2013a).

Uma das estratégias desses agentes do capital é a criação de necessidades, colocada nas propagandas ao dizer que você precisa consumir determinado produto, objeto, moradia, local, entre outras coisas – fazendo assim uma lavagem cerebral em prol do consumo.

O papel do *Estado* na transformação desse espaço atualmente se dá pelos investimentos em diversos setores públicos, como nos setores educacional, de transportes

e de serviços públicos burocráticos, entre outros. Mas, atualmente, não se investe no setor habitacional da região, que foi historicamente o principal promotor imobiliário, com a construção da Companhia de Habitação Popular de São Paulo (Cohab). Hoje o setor habitacional em Itaquera está praticamente dominado pelos incorporadores do capital privado.

Corrêa (2005) cita que, segundo A. Samson,³ o Estado é o principal agente organizacional do espaço, é quem dispõe de um conjunto de instrumentos de normas jurídicas que pode empregar ao espaço urbano. São elas:

- (a) direito de desapropriação e precedência na compra de terras;
- (b) regulamentação do uso do solo;
- (c) controle e limitação dos preços de terras;
- (d) limitação da superfície da terra de que cada um pode se apropriar;
- (e) impostos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização;
- (f) taxação de terrenos livres, levando a uma utilização mais completa do espaço urbano;
- (g) mobilização de reservas fundiárias públicas, afetando o preço da terra e orientando espacialmente a ocupação do espaço;
- (h) investimento público na produção do espaço, através de obras de drenagem, desmontes, aterros e implementação da infra-estrutura;
- (i) organização de mecanismos de crédito à habitação; e
- (j) pesquisas, operações-teste sobre materiais e procedimentos de construção, bem como o controle de produção e do mercado deste material. (CORRÊA, 2005, p. 25)

Ao saber os instrumentos de uso do Estado na organização espacial da cidade, temos em vista a crítica aos sujeitos que gerenciam a máquina do Estado, políticos que defendem seus próprios interesses e de seus partidos para a produção do capital e acumulação de renda.

Seguiremos a linha de pensamento de Santos (2008e) para abordar a produção do espaço em Itaquera na perspectiva do Estado como organizador espacial, citando que “todas as obras governamentais relacionadas com os serviços públicos da cidade nela estimulam, indiretamente, nova criações” (SANTOS, 2008e, p. 112). Em Itaquera, as

³ Cf. DURAND-LASSERVE, 1980.

novas criações que aparecem em destaque no cenário atual são os setores comercial, de serviços e imobiliário. São eles os que geram mais empregos na região.

Para fechar a linha de pensamento de Corrêa (2005) sobre quem produz o espaço urbano, temos como último agente de produção espacial, *os grupos sociais excluídos*, que por sua vez aparecem em maior escala nas margens das periferias e como uma “rugosidade” (SANTOS, 2008c) nas áreas com determinada centralidade regional.

Para os grupos sociais excluídos, a questão da habitação e o baixo poder econômico dos sujeitos são as questões mais perceptíveis dentro do contexto urbano. Esses grupos, na grande maioria, não têm capital para pagar aluguel ou comprar uma casa. Kowarick (1993, p. 83) reforça a questão dos problemas habitacionais das favelas:

Os assim chamados problemas habitacionais, entre os quais a própria favela, devem ser entendidos no âmbito de processos sócio-econômicos e políticos abrangentes, que determinam a produção do espaço de uma cidade e refletem sobre a terra urbana a segregação que caracteriza a excludente dinâmica das classes sociais.

Esses grupos sociais excluídos são, ao mesmo tempo, uma resistência que luta pela sua sobrevivência. São nas favelas que eles se consolidam quanto à demarcação do território (SOUZA, 2006). A evolução da favela e a progressiva urbanização, com o passar dos anos e com uma melhoria na infraestrutura – como calçamento, asfalto, água e esgoto encanados, coleta de lixo, entre outras coisas –, resultam na formação de um bairro popular. A divisão econômica de classes no contexto urbano está ligada à exclusão social de indivíduos em determinados espaços da cidade. No caso de Itaquera, historicamente, trata-se de uma periferia excluída no contexto urbano, e ao longo dos anos acabou se tornando uma centralidade para produção e reprodução do capital.

Nesse contexto, iremos atribuir nossa discussão a partir de agora ao conceito de *valor de uso e valor de troca do solo urbano*. Partiremos para essa discussão para entender melhor a divisão econômica de classes no contexto urbano. Dessa forma, conseguiremos abranger o processo que gera a segregação socioespacial na cidade, ao modo da especulação imobiliária.

Partindo para uma análise da estrutura interna da cidade, seguiremos as ideias do autor David Clark (1985), nas quais ele trabalha a análise marxista da cidade, com o fundamento teórico baseado no materialismo histórico nas áreas de pesquisa da teoria do uso do solo urbano, mais

especificamente os mecanismos de alocação de moradores. O autor faz uma análise do principal contribuinte desses estudos, David Harvey, na obra *A justiça social e a cidade*. Vamos citar os pensamentos de Clark (1985) e em seguida iremos direto à fonte de seus estudos.

Clark (1985) diz sobre o valor de uso e valor de troca, aplicados ao solo urbano.

[...] Duas características indicam que o valor de uso e o valor de troca têm significância especial quando são aplicadas ao solo. Uma é que o solo troca de mãos com frequência muito pequena e sua compra num dado momento do tempo permite que o solo seja desfrutado, ou ser arrendado ou alugado a outros, por longos períodos de tempo. A outra é que o solo é fixo e imóvel, sendo que a compra do solo confere direitos de monopólio ao proprietário. O solo (e melhorias no solo na forma de construções) é uma mercadoria indispensável ao indivíduo. Segue-se, portanto, que aqueles que possuem solo estão colocados em uma posição econômica de poder sobre todas as que não o têm. (CLARK, 1985, p. 220-221)

Partindo agora para as análises do valor de uso do solo, segundo Harvey (1980, p. 137), “Os valores de uso refletem um misto de necessidade e reivindicações sociais, idiossincrasias, hábitos culturais, estilos de vida e similares, que deve dizer-se, não são arbitrariamente estabelecidos pela ‘pura’ soberania do consumidor”. O que o autor nos deixa claro é que o valor do uso do solo depende de diversos fatores que o indivíduo busca para se instaurar no espaço. “Mas, os valores de uso são basicamente formados relativamente ao que deveria ser chamado de ‘sistema de sustentação de vida’ do indivíduo” (HARVEY, 1980, p. 137).

Harvey (1980) faz uma análise dos diversos atores no mercado de moradia que determinam o valor de uso e troca de solo. São eles: a) *os usuários de moradia*; b) *corretores de imóveis*; c) *proprietários*; d) *os incorporadores e a indústria da construção*; e) *instituições financeiras*; e f) *instituições governamentais*. Agora iremos desmembrar as ideias do autor sobre esses diversos atores (HARVEY, 1980, p. 139-142).

Os usuários de moradia consomem os diversos aspectos da habitação de acordo com seus anseios e necessidades. O valor de uso da casa é determinado pela importância da pessoa ou família que reside. O proprietário pode atribuir seu valor de troca pela importância sentimental, pelos seus atributos físicos, pela localização. Para aumentar esse valor de troca do imóvel, o proprietário pode reformar o seu bem particular. Os locatários estão em condições diferentes do proprietário: eles, por sua vez, desfrutam do valor de uso do imóvel, enquanto o valor de troca é designado para o

proprietário. “Todos os usuários de moradia, têm como objetivo similar – obter valores de uso através do arranjo do valor de troca” (HARVEY, 1980, p. 139-140).

Os *corretores de imóveis* atuam no mercado de moradia para obter o valor de troca. Eles obtêm lucro por meio de compra e venda ou através de custos de transação para seus serviços como intermediários. Os intermediários não costumam contribuir para o valor de uso do imóvel. “[...] O valor de uso da moradia reside no volume de transações, porque é destas que eles obtêm o valor de troca” (HARVEY, 1980, p. 140). Os corretores de imóveis atuam como empresários no mercado de moradia, trabalham sob pressão corporativa e necessitam obter certa porção de lucro em suas transações (HARVEY, 1980, p. 140).

Os *proprietários*, em sua grande maioria, operam com o objetivo no valor de troca do imóvel. Proprietários usuários que alugam parte de sua casa podem ter um duplo objetivo, obter o lucro alugando parte do seu imóvel e, ao mesmo tempo, por diversos motivos usufruir do imóvel. Os proprietários rentistas veem o imóvel como meio de troca – os serviços de moradia são trocados por dinheiro. Eles têm duas estratégias, a primeira é comprar o imóvel e alugá-lo para conseguir renda do capital investido nela, a segunda é comprar o imóvel por meio de financiamentos bancários e alugá-los a um preço maior do que as parcelas do financiamento, obtendo, assim, o lucro pelo valor de troca. Os proprietários rentistas profissionais, independentemente da estratégia, cuidarão do imóvel como meio de troca e não como valor de uso para si próprios (HARVEY, 1980, p. 140-141).

“Os *incorporadores e a indústria da construção* de moradias estão envolvidos no processo de criar novos valores de uso para os outros, a fim de realizar valores de troca para si próprios” (HARVEY, 1980, p. 141, grifos do autor). A compra do solo, a preparação e a construção de moradia necessitam de um desembolso de capital muito grande em adiantamento à troca. Nesse processo, as firmas envolvidas têm uma pressão competitiva do mercado para alcançarem grandes lucros. Por isso, elas têm o interesse de empregar e proporcionar valores de uso necessários para obter benefícios em valor de troca, fazendo-as de diversas maneiras, legais e ilegais. “Esses dois grupos estão interessados em valores de uso para os outros, somente na medida em que criam valores de troca para si próprios” (HARVEY, 1980, p. 141).

Instituições financeiras exercem um papel importante no mercado de moradia em relação às características particulares da habitação. Os financiamentos dos imóveis recaem fortemente sobre os recursos dos bancos, companhias de seguros, sociedades de construção e outras instituições de financiamento. “Fundamentalmente as instituições

financeiras estão interessadas em obter valores de troca por meio de financiamentos de oportunidades para criação ou aquisição de valores de uso” (HARVEY, 1980, p. 141).

“*Instituições governamentais* usualmente surgidas de processos políticos, apoiadas na carência de valores de uso disponíveis para os consumidores de moradia, frequentemente, interferem no mercado de moradia” (HARVEY, 1980, p. 142). São as instituições governamentais que, por intermédio de suas ações públicas, produzem e interferem no valor do uso do solo, mas a intervenção é frequentemente indireta. As instituições governamentais podem assumir a forma de auxílio às instituições financeiras, aos incorporadores e à indústria da construção para obterem valores de troca, na medida em que o governo os isenta de impostos, para garantir-lhes lucros ou para eliminar riscos. Esse governo impõe e administra uma disparidade de restrições institucionais na operação do mercado de moradia, ele impõe e administra o zoneamento e os controles de planejamento do uso do solo. “O governo aloca serviços, facilidades e vias de acesso, ele contribui indiretamente para o valor de uso da moradia modificando o meio circundante” (HARVEY, 1980, p. 142).

São esses os atores a que David Harvey (1980) se refere como os principais mediadores do valor de uso e troca do solo. O valor do solo está ligado à ação desses atores sobre o espaço habitado, e são eles os responsáveis pela segregação socioespacial no espaço urbano. Eles controlam o valor de uso e troca, gerenciam e administram o espaço habitado, operam de forma a se beneficiar sempre visando ao lucro ou ao poder político. Nesse sentido, deixamos claro que são esses os agentes modeladores do espaço habitado, tanto na produção quanto na reprodução do espaço urbano.

Partiremos agora para as ideias de Corrêa (2005), que nos faz uma abordagem do uso do solo urbano com as atribuições aplicadas pelo Estado. Assim, reforçaremos mais esse quesito.

[...] A elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo, entre outras as normas do zoneamento e o código de obras, constituem outro atributo do Estado no que se refere ao espaço urbano. E é decorrente de seu desempenho espacialmente desigual enquanto provedor de serviços públicos, especialmente aqueles que servem à população, que o Estado se torna o alvo de certas reivindicações de segmentos da população urbana. (CORRÊA, 2005, p. 24-25)

Percebesse que o papel do Estado no contexto urbano está ligado diretamente ao direcionamento do uso do solo urbano, no que se refere à produção do espaço. É o

Estado que tem o poder de controlar a transformação do espaço. As aplicações de leis, taxas, impostos e normas de zoneamento no contexto urbano, remetidas pelo Estado, são o que vai configurar a produção e a reprodução de determinado lugar. O Estado, na atual conjuntura política brasileira, tem o controle e o poder de interferir em qualquer área urbana, para beneficiar tanto as classes sociais mais elevadas quanto as pobres/menos favorecidas.

Os fatores que determinam a formação do valor do uso do solo estão vinculados primeiramente a uma parcela do espaço urbano global, à localização (no bairro), à infraestrutura (saneamento básico, ruas pavimentadas, transporte, redes elétricas e telefônicas), à privacidade, ao acesso a lugares privilegiados (escolas, hospitais, serviços públicos, áreas de lazer, áreas verdes, centros comerciais, entre outros); secundariamente, aos fatores vinculados ao relevo do lugar, que reflete nos custos da construção. Por fim, o fator mais importante é o processo de valorização espacial (CARLOS, 2011, p. 48).

A valorização espacial se inter-relaciona com as condições de reprodução do espaço urbano, resultantes da produção das condições gerais da reprodução do sistema e dos custos gerados pela aglomeração, pela utilização do solo, pelas políticas de zoneamento, pelo grau de crescimento demográfico ou de reserva territorial e pelas modificações do poder aquisitivo dos habitantes (CARLOS, 2011, p. 48).

Carlos (2008, p. 86-87) faz uma referência ao uso do solo urbano e aborda como é o funcionamento da transformação do espaço.

O uso do solo será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre os indivíduos e usos. Esse pleito será, por sua vez, orientado pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem na sociedade capitalista, produzindo um conjunto limitado de escolhas e condições de vida. Portanto, a localização de uma atividade só poderá ser entendida no contexto do espaço urbano como um todo, na articulação da situação relativa dos lugares. Tal articulação se expressará na desigualdade e heterogeneidade da paisagem urbana.

Ao analisar a citação da autora, podemos entender que a disputa e o conflito do uso do solo fazem parte do movimento de transformação do espaço, que por sua vez se configura de forma interligada entre diversos atores. Estado, especuladores imobiliários, movimentos de luta por moradia e pelo direito à cidade, classes sociais mais favorecidas e conservadoras que prezam pela “limpeza social de sua região” em prol do

mercado capitalista de forma geral são os principais atores responsáveis pela transformação e reforma urbana.

Ao pensar o valor de uso e de troca do solo urbano, visando a nosso estudo de caso em Itaquera, temos os principais atores das transformações espaciais se dissolvendo pela mancha territorial, buscando seu espaço tanto para uso quanto para troca. O conflito está ligado desde às resistências dos excluídos pelo sistema capitalista até os grandes especuladores do capital, que têm o poder de transformar o espaço habitado.

Percebemos na região de Itaquera a transformação do espaço acelerada pelo processo de desenvolvimento regional que está ligado aos planos urbanísticos de desenvolvimento da ZL e também em função do megaevento Copa do Mundo. Essa transformação está modificando aos poucos a originalidade do bairro, trazendo consigo a produção e reprodução do capital no espaço urbano. O valor de troca, no que diz respeito à moradia e aos imóveis comerciais, está hiperinflacionado, o custo de vida básico para sobrevivência humana também aumentou.

O valor de uso e o valor de troca do solo também estão ligados à produção e à reprodução do capital no espaço urbano e se dão na forma da mais-valia das mãos de obra assalariada e não assalariada. É na exploração dos serviços de operação com menor grau de instrução intelectual que os grandes capitalistas ganham exorbitantemente seu lucro (MARX, 1988, p. 101-108), e em Itaquera não é diferente. Os moradores residentes da região sofrem com essa exploração; porém, as políticas assistencialistas implantadas pelo Estado na última década (nesse caso, em todas as instâncias estatais) e a facilitação do crédito pelas instituições financeiras de grande porte são os principais fatores que dão o sustento para as famílias com uma aquisição financeira menos privilegiada. Nesse contexto, a compreensão do valor de uso e do valor de troca do solo urbano se torna um instrumento factível para entender o espaço habitado, seus potenciais e suas fraquezas, sendo passível de análise e transformação por todos agentes transformadores do espaço.

1.3 A formação socioespacial

Neste subcapítulo pretende-se desenvolver o conceito de formação socioespacial com base nas análises Milton Santos (2012a; 2008c). Esse conceito é a chave para entender a relação entre o local e o global, na qual serão mostrados a dialética e o desenvolvimento dessa relação ao longo deste trabalho.

Para entender o processo que nos leva ao conceito de formação socioespacial, Santos (2012a) aborda o papel do espaço em relação à sociedade, que, na sua visão, é minimizado pela Geografia. “Esta disciplina considerava o espaço mais como teatro das ações humanas” (SANTOS, 2012a, p. 21). Santos (2012a, p. 21) cita Lucien Febvre (1932, p. 37) e diz que o encaminhamento dos geógrafos parte em geral do solo e não da sociedade. Portanto, seria essa a explicação da Geografia Social ter se desenvolvido tão lentamente.

Pode-se dizer que a Geografia se interessou mais pela forma das coisas do que pela sua *formação*. Seu domínio não era o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a História. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social. (SANTOS, 2012a, p. 22, grifos do autor)

Para Santos (2012a), a categoria de FES, elaborada por Marx e Engels,⁴ é a mais apropriada à formação de uma teoria adequada do espaço. Posteriormente Lênin retoma esta discussão para analisar a realidade russa, no começo do século XX.

[...] Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso. A própria base da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta. Deveríamos até perguntar se é possível falar de Formação Econômica e Social sem incluir a categoria espaço. Trata-se, de fato, de uma categoria de Formação Econômica, Social e Espacial mais do que de uma simples Formação Econômica e Social, tal qual foi interpretada até hoje. Aceitá-la sem levar em conta o espaço levaria a aceitar o erro da interpretação dualista das relações Homem-Natureza. Natureza

⁴ A categoria de formação econômica e social, elaborada por Marx e Engels, se encontra nas obras *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* e *O Capital*, de Marx; *A ideologia alemã*, de Marx e Engels; e *As relações sociais na Rússia* e *Anti-Dühring*, de Engels. Lênin depois retoma o tema utilizando-o para fins científicos e políticos em *Dinheiro de impostos*, *O que são os amigos do povo* e *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*.

e Espaço são sinônimos, desde que se considere a Natureza como uma natureza transformada, uma Segunda Natureza, como Marx a chamou. (SANTOS, 2012a, p. 22)

O autor compreende que, no modo de produção, o trabalho e a formação social não se inter-relacionam sem o fator espaço. Este está na forma e na função da formação econômica e social. A economia está entrelaçada com as formas e função de produção da sociedade e todas essas se relacionam espacialmente.

A sociedade evolui sistematicamente, a totalidade espacial na qual essa evolução se insere é a produção de um novo modo de vida. O avanço tecnológico e a globalização estão ligados à produção espacial da cidade, do campo e da sociedade em si. Contudo, podemos dizer que o meio técnico-científico-informacional e as redes são as formas que moldam e interagem com a sociedade para uma evolução dos modos de produção, tanto na formação quanto na função (SANTOS, 2006, p. 238-273).

Ao definir a FES, é fazer uma “[...] definição sintética da natureza exata da diversidade e da natureza específica das relações econômicas e sociais que caracterizam uma sociedade numa época determinada” (GODELIER, 1971, p. 701; 1972, p. 81 apud SANTOS, 2012a, p. 27). Uma FES é “um objeto real que existe independentemente de seu conhecimento, mas que não pode ser definido a não ser por seu conhecimento” (ALTHUSSER, 1965, p. 205 apud SANTOS, 2012a, p. 27).

Modo de produção, formação social e espaço são categorias interdependentes. Todos esses processos (circulação, consumo, distribuição e produção propriamente dita) formam o modo de produção. Essas categorias interdependentes e o movimento espacialmente em conjunto se dão por meio de uma formação social. Esta compreende uma estrutura técnico-produtiva expressa geograficamente por certa organização das atividades de produção (SANTOS, 2012a, p. 27-28).

A formação social deve ser referenciada sempre à noção de espaço, pois ela não é a-espacial. As diferenças dos lugares são a decorrência do arranjo espacial dos modos de produção particulares. É na organização local da sociedade e do espaço que as atividades se reproduzem condicionalmente ao lugar, mas visando a uma ordem internacional. As relações que designam o espaço e formação social são de uma ordem em que se arranjam num espaço particular e não num espaço geral, tal qual para os modos de produção. Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço (SANTOS, 2012a, p. 28-29).

Santos (2008c, p. 245) retoma os estudos de Lênin para fazer uma análise geográfica da categoria de formação social.

Uma formação social não pode ser estudada sem que sejam considerados aqueles dois conjuntos de relações definidos, há tempos, por Lênin: as relações horizontais e as relações verticais. As relações horizontais nos dão a estrutura interna da sociedade, as relações verticais nos indicam as relações de uma sociedade com as outras sociedades. Em última análise, esses dois conjuntos de relações são interdependentes e, cada vez que tomamos esse dado em consideração, somos obrigados a admitir que a evolução de um país interessa não apenas a ele próprio mas igualmente aos outros. O grau de interdependência é dado pelo nível e pela natureza das relações que entretêm.

Nesse exemplo, em que Santos (2008c) discute a teoria de Lênin sobre as relações horizontais e relações verticais, conseguimos apreender que a formação social está atribuída à evolução econômica, tecnológica e social dos estados/províncias e também entre os países que se relacionam. A dependência de um estado/província e/ou de país com quem se relaciona está ligada intrinsecamente à evolução dos modos de produção e consumo da sociedade, no âmbito da produção e reprodução do capital. Há ligação e interdependência do global com o local. Um exemplo claro: se os Estados Unidos da América e a China, que são os maiores consumidores dos produtos brasileiros, pararem de consumir o que produzimos, haverá uma crise em diversos setores da economia, acarretando em alto desemprego em diversos locais. A influência do global no local é muito rápida, isso devido ao avanço da técnica e da globalização.

As formas espaciais e o avanço da técnica constituem-se nos atributos do espaço, na sua virtualidade. “A função da forma espacial da redistribuição – a cada momento histórico, sobre o espaço total – da totalidade das funções que a formação social é chamada a realizar” (SANTOS, 2012a, p. 31). No entanto, o pensar sobre as formas está diretamente ligado ao movimento da natureza e do ser humano com o espaço, redistribuindo as transformações impostas pelo homem – “representado pela ação do modo de produção ou de um dos seus movimentos” – ou colocadas pela natureza num dado período do tempo, herdadas como herança do passado (SANTOS, 2012a, p. 31).

O movimento do espaço, isto é, sua evolução, é ao mesmo tempo um efeito e uma condição do movimento de uma sociedade global. Se não podem criar formas novas ou renovar as antigas, as determinações sociais têm de se adaptar.

São as formas que atribuem ao conteúdo novo *provável*, ainda abstrato, a possibilidade de tornar-se conteúdo novo e real.

Na Geografia, o papel das formas está ligado aos atributos de cada lugar. Santos (2012a, p. 30) diz que “[...] é preciso levar em conta os atributos não-naturais que são destinados a permanecer e que transformam o trabalho do homem em espécie de atributo natural do lugar”. Nesse sentido, entendemos que as formas do lugar construídas pelo homem – por exemplo, um monumento arquitetônico, construções históricas, entre outras coisas – estão ligadas diretamente às funções do lugar, o que se insere numa realidade dimensional de espaço e tempo, com o passado, presente e futuro.

O movimento do espaço, isto é, sua evolução, é ao mesmo tempo um efeito e uma condição do movimento de uma sociedade global. Se não podem criar formas novas ou renovar as antigas, as determinações sociais têm de se adaptar. São as formas que atribuem ao conteúdo novo *provável*, ainda abstrato, a possibilidade de tornar-se conteúdo novo e real. (SANTOS, 2012a, p. 31)

Ao pensar nas modificações do papel das “formas-conteúdo” (SANTOS, 2012a), estas são submissas e até causadas pelo modo de produção, tal como ele se concretiza “na e pela formação social” (SANTOS, 2012a, p. 31, grifos do autor). Nesse contexto, o movimento do espaço comprime a História e a estrutura do lugar que liga o passado ao presente e o presente ao futuro, ocasionando uma simultaneidade no movimento global das relações. “Daí a unidade dos processos sincrônicos e diacrônicos” (SANTOS, 2012a, p. 31).

A unidade de ligação entre a continuidade e a descontinuidade do processo histórico da formação social é evidenciada na formação espacial. A defasagem com a qual modos de produção estabelecem seus diferentes vetores sobre as múltiplas partes do espaço é responsável pelas diferentes idades dos vários elementos ou variáveis do espaço. “De resto, a assincronia está na base da evolução espacial, mas o fato de variáveis atuarem sincronicamente, isto é, em ordem combinada no interior de uma verdadeira organização, assegura a continuidade do espaço” (SANTOS, 2012a, p. 32). Assim sendo, notamos que o desenvolvimento da formação social está condicionado pela organização do espaço, que por sua vez depende da formação social atual e também das FES permanentes do lugar (SANTOS, 2012a, p. 31-32).

A FES está ligada diretamente à totalidade da unidade da vida social das pessoas. Os modos de produção não abrangem somente as relações sociais que assumem ou tornam-se uma forma material, eles assumem também aspectos imateriais, como

elementos políticos e ideológicos. Todos os modos de produção influenciam no lugar e “tornam-se assim um fator de produção, uma força produtiva, com os mesmos direitos que qualquer outro fator” (SANTOS, 2012a, p. 32). Dessa forma, percebe-se a função que cada localidade atribui à FES e aos modos de produção que a alimentam (SANTOS, 2012a, p. 32).

Santos (2012a, p. 32-33) explica a conjuntura de espaço e totalidade fazendo uma análise com o global:

O dado global, que é o conjunto de relações que caracterizam uma dada sociedade, tem um significado particular para cada lugar, mas este significado não pode ser aprendido senão no nível da totalidade. De fato, a redistribuição dos papéis realizados a cada novo momento do modo de produção e da formação social depende da distribuição quantitativa e qualitativa das infraestruturas e de outros atributos do espaço. O espaço construído e a distribuição da população, por exemplo, não têm um papel neutro na vida e na evolução das formações econômicas e sociais.

Seguindo os pensamentos do autor, o espaço reproduz a totalidade social no alcance em que essas transformações são produzidas por necessidades econômicas, políticas e sociais. Dessa forma, ele se reproduz, dentro da totalidade, em função do modo de produção e de seus movimentos. O espaço influencia a evolução de outras estruturas; assim, torna-se elemento essencial da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 2012a, p. 33).

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado socioeconômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais. (SANTOS, 2012a, p. 34)

Fazendo uma recapitulação dos assuntos trabalhados até aqui, percebemos que não há como trabalhar o conhecimento sobre as noções de sociedade somente com as teorias e métodos dos conceitos de FES e formação social. O conceito de formação espacial se agrupa aos de FES e formação social, assim evoluindo o conhecimento

sobre as noções de sociedade. Na evolução destas três categorias, chegamos à categoria de formação socioespacial.

A categoria de formação socioespacial é a fusão das categorias de FES, formação social e formação espacial. Nesse sentido, ela se constitui em um conceito único e apresenta o conhecimento a ser adquirido para trabalhar as noções de sociedade junto ao conceito de espaço ao mesmo tempo. Assim, podemos chegar a um melhor entendimento das estruturas da sociedade e do espaço.

As transformações de fixos e fluxos no período pré-copa em Itaquera

Não existe amor em SP
Criolo Doido

2.1 Os fixos e fluxos

Este capítulo irá abordar o conceito formado por Milton Santos sobre *fixos e fluxos*, que posteriormente será aplicado em nosso objeto de estudo, a região de Itaquera. Será mostrado que as estruturas técnicas e as formas espaciais existentes – dadas pela força de trabalho – ou em vias de concretização nessa região influenciam os fluxos de pessoas, comportamentos, consumo e capital, entre outros. Para tanto, buscamos a princípio essa ideia na obra *Metamorfoses do espaço habitado*, que nos dá a luz para começar a discussão.

Os fixos nos dão o processo imediato do trabalho. Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. Não é por outra razão que os diversos lugares, criados para exercitar o trabalho, não são idênticos e o rendimento por eles obtido está em relação com a adequação dos objetos ao processo imediato de trabalho. Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão também a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo. Desse modo, as categorias clássicas – isto é, a produção propriamente dita, a circulação, a distribuição e o consumo – podem ser estudadas através desses dois elementos: fixos e fluxos. (SANTOS, 2008a, p. 86)

Ao refletir sobre essa citação de Santos (2008a), percebe-se que, ao se falar de fixos, estamos discutindo que tudo pertence ao lugar, e que cada lugar tem suas características físicas de fixos diferente dos outros – às vezes, algum ponto ou outro parecido. Contudo, o processo que desencadeia os fixos, a força de trabalho e a técnica está ligado ao meio operacional e funcional de cada lugar. Os fixos de ordem da natureza são outro fator que influencia os rumos de ocupação e circulação no espaço.

Os fluxos são os movimentos e a circulação que acontece para transformar o lugar. São os fluxos que dão o ritmo para o consumo e, conseqüentemente, para a circulação do capital. Os fluxos estão na ordem da transformação do espaço, contínuos, promovendo a alteração na estrutura urbana, refletindo também na formação socioespacial do lugar.

Os fixos estão ligados à paisagem, são eles que dão as características específicas do lugar. A paisagem urbana está ligada à transformação do espaço pelo homem, contudo, é a força de trabalho deste e o saber da técnica que estabelecem a construção dos monumentos urbanos, e são eles que marcam visualmente o lugar e/ou um território.

Santos (2012b) nos deixa bem definido o que são os fixos e nos faz refletir sobre os fluxos.

Os fixos são econômicos, sociais, culturais, religiosos etc. Eles são, entre outros, pontos de serviço, pontos produtivos, casas de negócio, hospitais, casas de saúde, ambulatórios, escolas, estádios, piscinas e outros lugares de lazer. Mas se queremos entender a cidade não apenas como um grande objeto, mas como um modo de vida, há que distinguir entre fixos públicos e os fixos privados. Estes são localizados segundo a lei da oferta e da procura, que regula também os preços a cobrar. Já os fixos públicos se instalam segundo princípios sociais, e funcionam independentemente das exigências do lucro. (SANTOS, 2012b, p. 142)

Os fixos sociais provindos da natureza privada obedecem à lei do mercado. Se a população é demograficamente rarefeita ou economicamente frágil, amiúde não é atingido o limiar imprescindível à sua operação rentável, assim, os serviços deixam de se alojar. Nas grandes cidades, o número avantajado e a extensão de movimentos diários se instituem na anarquia – no movimento – da produção capitalista, conforme a qual a localização de fixos de ordem econômica e social está submissa à lei do lucro, muito mais que à eficácia social. O poder público contribui para a supervalorização de algumas áreas, “[...] para o melhor êxito da especulação, para a maior anarquia das localizações e dos fluxos, para o empobrecimento cumulativo das populações”

(SANTOS, 2012b, p. 143). As más gestão e organização do território pelo poder público acarretam no empobrecimento da economia, bem como no empobrecimento da população (SANTOS, 2012b, p. 143).

“Morar na periferia é condenar-se duas vezes à pobreza” (SANTOS, 2012b, p. 143). A pobreza gerada pelo sistema econômico capitalista nada mais é do que a segregação dos fixos sociais privados e, muitas vezes, públicos em alguns setores. O deslocar-se cotidianamente para o trabalho, num dado fluxo que leva o percurso periferia-centro, é desgastar-se física e mentalmente, fato que não acontece com quem mora perto do trabalho, o que leva o cidadão a ganhar tempo e qualidade de vida (SANTOS, 2012b, p. 143).

Os fixos sociais privados estão na periferia para cumprir as necessidades dos pobres e explorar visando sempre ao lucro. Os bens sociais privados estão na periferia de forma mercantil, a minoria tem acesso, mas estes muitas vezes ficam mais pobres por terem de pagar. Em condições democráticas normais, teria de lhe serem oferecidos serviços gratuitos pelo poder público (SANTOS, 2012b, p. 143-144).

Fazer uma análise dos fluxos não é um trabalho fácil, muitas vezes pela falta de informações e dados. Contudo, a análise dos fixos é a abordagem que proporciona o levantamento dos objetos localizados, com suas especialidades que são técnicas e organizacionais. Assim sendo, “[...] cada tipo de fixo corresponde a uma tipologia de fluxos. Fixos e fluxos interagem e alteram-se mutuamente” (SANTOS, 2008a, p. 86).

Os fixos sociais de Itaquera em 2013 passam por uma transformação física e estrutural. A importância significativa desses fixos mudou com o passar do tempo e atualmente visa a uma nova reestruturação da região. No entanto, essa reestruturação mudou algumas direções de fluxos da região, sobretudo o de consumo e serviços.

A região de Itaquera é alavancada economicamente com seus fixos na função dos setores que correspondem a transporte, comércio, serviços públicos – Companhia de Desenvolvimento Habitacional de Urbano (CDHU), Departamento Estadual de Trânsito (Detran), Secretaria da Fazenda, Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), Receita Federal, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), entre outros – e atividades que são atribuídas pelo circuito inferior da economia (SANTOS, 2008b).

O Polo Institucional de Itaquera tem duas linhas férreas de transporte de massa populacional, a linha 3-vermelha do Metrô – Estação Corinthians-Itaquera do Metrô –, que tem uma entrada de passageiros em dias úteis, em média, de 91 mil pessoas; e a linha 11-coral da CPTM – Estação Corinthians Itaquera da CPTM –, que tem uma entrada de passageiros em dias úteis por média de 25,5 mil pessoas.¹ O Shopping Metrô Itaquera tem uma média diária de consumidores de 65 mil pessoas.² O Poupatempo tem uma estimativa diária de 15 mil atendimentos.³ Esses dados mostram o quanto esses fixos geográficos influenciam nos fluxos da região. Contudo, essa circulação de pessoas na região de Itaquera foi tornando-a uma centralidade para a ZL, no que diz respeito ao setor de serviços públicos. Apesar de ser considerado periferia, o bairro se encontra geograficamente no centro da ZL, o que acaba levando a população dos outros distritos mais periféricos a consumir nessa região.

O estudo sobre os fixos e fluxos no contexto urbano está demasiadamente longe de ser algo simples de ser compreendido. Os fixos de natureza tanto social quanto natural estão a par dos fluxos da cidade. Os fixos que não têm uma dinâmica articulada para suprir as necessidades da sociedade acabam por “inchar” os fluxos – um exemplo que se encontra na ordem de quase toda sociedade são as vias públicas sobrecarregadas cotidianamente, ocasionando supercongestionamentos em grandes cidades. Nesse caso, não importa se o indivíduo é pobre ou rico, o trânsito é enfrentado por todos que se dispõem a andar de transporte público ou privado (automóvel). O pobre acaba sofrendo mais com o congestionamento por ter sempre que percorrer uma distância maior da sua casa até o trabalho e vice-versa.

Exemplos de fixos naturais que regem as características dos fluxos são os morros, os rios, as lagoas etc. Normalmente, as favelas – onde se encontra uma densidade demográfica alta – costumam se localizar nos morros e nas margens dos rios e a dinâmica de locomoção das pessoas para chegar ao alto de um morro, ou do outro lado do rio/da lagoa, está ligada com a técnica do homem, como o uso de teleféricos, motos, barcos, canoas, bicicletas etc. Essas são algumas das maneiras que o ser encontra

¹ Cf. METRÔ SP, s.d. CPTM: Média diária de entrada de passageiros na Estação Corinthians-Itaquera, 25,5 mil pessoas. Dados disponíveis pelo Departamento de Marketing, por meio da manifestação 2013/33213.

² Cf. SHOPPING METRÔ ITAQUERA, s.d.

³ Cf. POUPATEMPO, s.d.

para se locomover e ultrapassar a barreira natural que ele tem em seu caminho, sendo um obstáculo maior ainda para a população periférica.

O fixo habitacional dentro da conjuntura urbana é o mais importante para o cidadão, pois é nesse lugar que o indivíduo repousa para no outro dia começar as atividades novamente. Atualmente, o mercado da construção desses fixos está em alta, porém a crise habitacional em São Paulo também está. O preço elevado dos aluguéis e o alto valor dos imóveis fez com que houvesse uma periferação maior na malha urbana, e com que os movimentos dos moradores sem-teto aumentassem ainda mais sua força, no sentido de ocupar os prédios vazios que estão abandonados, esperando a valorização da área – uma especulação imobiliária em plena crise habitacional por falta de moradia para os cidadãos. Houve crescimento habitacional e demográfico também nas cidades subjacentes à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP),⁴ onde o valor do imóvel para habitação é mais barato do que na capital.

Os fixos culturais e de lazer estão espalhados por toda cidade, mas as periferias concentram uma maior densidade demográfica e os fixos que estão instalados nelas não suprem as necessidades dessa população. Consideramos, além disso, que a cultura não é apenas expressada por fixos culturais, mas também por expressões artísticas simbólicas, de práticas, de relações, a exemplo dos artistas de rua. No ano de 2013, em Itaquera, foram marcados encontros de jovens pelas redes sociais para se reunir em shoppings centers ou em pontos específicos ao ar livre da cidade, os denominados “rolezinhos”. Esses encontros causaram uma repercussão negativa na mídia brasileira, pois a cultura de periferia e as músicas de funk e rap – que são as mais ouvidas por esse público – não agradaram a classe conservadora da sociedade, que bateu de frente, criticando esses encontros. Colocamos como hipótese que, devido à falta de equipamentos culturais na periferia e à lógica do mercado – que promove a criação de uma falsa necessidade de símbolos de consumo nos espaços de consumo como os shoppings centers –, cria-se um novo modelo de cultura, produzido pelo público da periferia na lógica mercadológica. Desse modo, acreditamos que esses encontros significam a luta pelo direito ao lazer e à cultura na periferia, que passa a ter novas características, diferentes do passado, quando não havia – ou quase não havia – essa lógica de consumo implantada nesses públicos.

⁴ Cf. PASTERNAK, 2011. Nesse trabalho são analisados os dados do Censo 2010 da RMSP.

A repressão do Estado contra esses movimentos culturais da periferia nos mostra o quanto o Estado e a PM estão despreparados para manter a ordem e a inclusão social de todos no espaço urbano⁵ – o pobre e o negro ainda são os alvos da alta repressão do Estado, é o *apartheid* brasileiro.

Figura 4. Polícia militar ataca jovens com balas de borracha e bomba de gás lacrimogêneo durante “rolezinho” no Shopping Metrô Itaquera



Foto: Diógenes Muniz.

A escassez de equipamentos culturais e de áreas de lazer na periferia faz com que os fluxos e a massa popular oprimida se movam em busca de melhorias nesses setores. A cultura na periferia se manifesta muito fortemente por meio de seus símbolos e representações: a música, a culinária, as expressões artísticas, as artes visuais, entre outras. Entretanto, a cultura de periferia, expressa atualmente pela lógica do consumo, é diferente do “habitual”, isto é, da cultura expressa nos bairros centrais e de classe média e alta. Desse modo, produz-se um discurso conservador em relação aos

⁵ Cf. PM APURA..., 2014.

“rolezinhos”. Esse discurso negativo tange ao seguinte argumento: o que se consome atualmente como cultura na periferia não é cultura, e sim baderna. Esse discurso conservador não preza pelas raízes históricas e culturais que as classes oprimidas tiveram durante toda sua trajetória de vida e não reconhece essa manifestação popular de lazer e sociabilidade como cultura. Entretanto, sabemos que a cultura periférica da cidade está além desse discurso conservador. Ela está na representação do ser, a partir do seu meio e do seu modo de vida, manifestando-se, independentemente do discurso.

A seguir, mostraremos alguns dados comparando o baixo índice de equipamentos culturais de Itaquera em relação ao município de São Paulo (MSP) e a outras subprefeituras, que têm mais equipamentos culturais de acordo com cada segmento cultural. Essa comparação será sempre entre Itaquera e as subprefeituras que apresentam maior oferta desses recursos. Comprova-se, então, o raciocínio de que o bairro sofre uma escassez de investimentos em cultura, tanto na rede mantenedora pública quanto na privada.

Tabela 1: Centros culturais, espaços culturais e casas de cultura – comparação entre as subprefeituras de Itaquera e Pinheiros

Unidades territoriais	Total MSP	Rede			
		Municipal	Estadual	Federal	Particular
MSP	90	25	18	1	46
Itaquera	2	1	1	-	-
Cidade Líder	-	-	-	-	-
Itaquera	1	-	1	-	-
José Bonifácio	1	1	-	-	-
Parque do Carmo	-	-	-	-	-
Pinheiros	14	-	-	-	14
Alto de Pinheiros	-	-	-	-	-
Itaim Bibi	-	-	-	-	-
Jardim Paulista	5	-	-	-	5
Pinheiros	9	-	-	-	9

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura/Guia da Folha de São Paulo.

Tabela 2: Galerias de arte, comparação entre as subprefeituras de Itaquera e Pinheiros

Unidades territoriais	Total MSP	Rede		
		Municipal	Estadual	Particular
MSP	185	5	5	175
Itaquera	-	-	-	-
Cidade Líder	-	-	-	-
Itaquera	-	-	-	-
José Bonifácio	-	-	-	-
Parque do Carmo	-	-	-	-
Pinheiros	114	-	-	114
Alto de Pinheiros	2	-	-	2
Itaim Bibi	15	-	-	15
Jardim Paulista	52	-	-	52
Pinheiros	45	-	-	45

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura/Guia da Folha de São Paulo.

Tabela 3: Salas de shows e concertos – comparação entre as subprefeituras de Itaquera e Pinheiros

Unidades Territoriais	Total MSP	Rede						
			Municipal		Estadual		Particular	
	n°	Assentos	N°	Assentos	n°	Assentos	n°	Assentos
MSP	270	165.583	8	2.580	7	980	255	162.023
Itaquera	-	-	-	-	-	-	-	-
Cidade Líder	-	-	-	-	-	-	-	-
Itaquera	-	-	-	-	-	-	-	-
José Bonifácio	-	-	-	-	-	-	-	-
Parque do Carmo	-	-	-	-	-	-	-	-
Pinheiros	117	53.821	1	250	1	120	115	53.451
Alto de Pinheiros	1	110	-	-	-	-	1	110
Itaim Bibi	38	22.658	-	-	-	-	38	22.658
Jardim Paulista	21	9.647	-	-	-	-	21	9.647
Pinheiros	57	21.406	1	250	1	120	55	21.036

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura/Guia da Folha de São Paulo.

Tabela 4: Salas de Teatro – comparação das subprefeituras de Itaquera e Sé

Unidades territoriais	Total MSP	Rede						
		Municipal		Estadual		Particular		Assentos
	nº	Assentos	nº	Assentos	nº	Assentos	nº	
MSP	254	52.731	18	3.909	18	4.395	218	44.427
Itaquera	1	100	-	-	-	-	1	100
Cidade Líder	-	-	-	-	-	-	-	-
Itaquera	-	-	-	-	-	-	-	-
José Bonifácio	-	-	-	-	-	-	-	-
Parque do Carmo	1	100	-	-	-	-	1	100
Sé	136	26.369	8	944	13	3.510	115	21.915
Bela Vista	40	9.858	-	-	6	1.882	34	7.976
Bom Retiro	4	860	-	-	1	328	3	532
Cambuci	1	40	-	-	-	-	1	40
Consolação	22	3.493	1	200	1	140	20	3.153
Liberdade	10	2.264	6	744	-	-	4	1.520
República	34	7.272	-	-	2	850	32	6.422
Santa Cecília	21	2.332	-	-	3	310	18	2.022
Sé	4	250	1	-	-	-	3	250

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura/Guia da Folha de São Paulo

Tabela 5: Salas de cinema – comparação entre as subprefeituras de Itaquera e Sé

Unidades territoriais	Total MSP	Rede pública								Rede Particular				
		Municipal		Estadual		Federal		Total		Em shoppings centers		Cinemas de rua		
		Salas	Assentos	Salas	Assentos	Salas	Assentos	Salas	Assentos	Salas	Assentos	Salas	Assentos	Assentos
MSP	332	70.997	3	1	1	100	1	104	327	70.342	299	64.185		6.157
Itaquera	24	5.133	-	-	-	-	-	-	24	5.133	24	5.133	-	-
Cidade Líder	14	2.473	-	-	-	-	-	-	14	2.473	14	2.473	-	-
Itaquera	10	2.660	-	-	-	-	-	-	10	2.660	10	2.660	-	-
José Bonifácio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parque do Carmo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sé	53	9.039	2	350	-	-	-	-	51	8.689	41	7.000	10	1.689
Bela Vista	17	2.745	-	-	-	-	-	-	17	2.745	17	2.745	-	-
Bom Retiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cambuci	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Consolação	26	4.559	-	-	-	-	-	-	26	4.559	24	4.255	2	304
Liberdade	1	110	1	110			-	-	-	-	-	-	-	-
República	8	1.538	1	240			-	-	7	1.298	-	-	7	1.298
Santa Cecília	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sé	1	87					-	-	1	87	-	-	1	87

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura/Guia da Folha de São Paulo.

Ao fazer uma leitura sobre os dados dos equipamentos culturais de Itaquera, comprovamos a penúria na infraestrutura cultural da região. Existem apenas 2 centros culturais/casa de cultura na região, sendo que o suporte destas não supre a necessidade da população local. Não existem galerias de arte, tampouco salas de shows e concertos na região. A região toda de Itaquera conta apenas com uma sala de teatro privada, com 100 assentos. O ponto mais positivo no que refere à infraestrutura de equipamentos culturais se encontra nas salas de cinema – todas da iniciativa privada –, a região conta com 24 salas, que somam 5.133 assentos. O Shopping Metrô Itaquera é o maior responsável por essas salas.

Os dados mostram que o contingente populacional da região de Itaquera e dos outros distritos da ZL que consomem algum tipo de equipamento cultural nesse bairro, por ser uma centralidade, sofre pela baixa infraestrutura do setor. A superlotação dos espaços, as filas gigantes para conseguir entrar ou comprar um bilhete de ingresso, tudo isso acaba se tornando algo comum e, simultaneamente, banal para quem quer consumir algum desses tipos de equipamentos culturais. A atividade cultural nesses locais, que poderia ou possibilitaria ter um sentido de lazer e descanso, muitas vezes acaba deixando a sensação de exaustão pelos desafios da superlotação dos locais.

No geral, para os moradores de Itaquera consumirem qualquer tipo de atração cultural, eles procuram outra região da cidade que possua melhor infraestrutura no setor, principalmente o centro e a zona oeste da cidade de São Paulo. Não podemos negligenciar de maneira alguma as atividades culturais que são desenvolvidas pelas organizações de bairros, igrejas e comércios, entre outras. Durante todo ano, datas pontuais, como carnaval, festas juninas, feriados religiosos etc. são marcadas por atividades festivas na região – movimentando a circulação do comércio e de pessoas nas ruas e firmando, ao mesmo, tempo a identidade do bairro. São atividades que firmam os fixos e fluxos que a região possui no que se refere à cultura local.

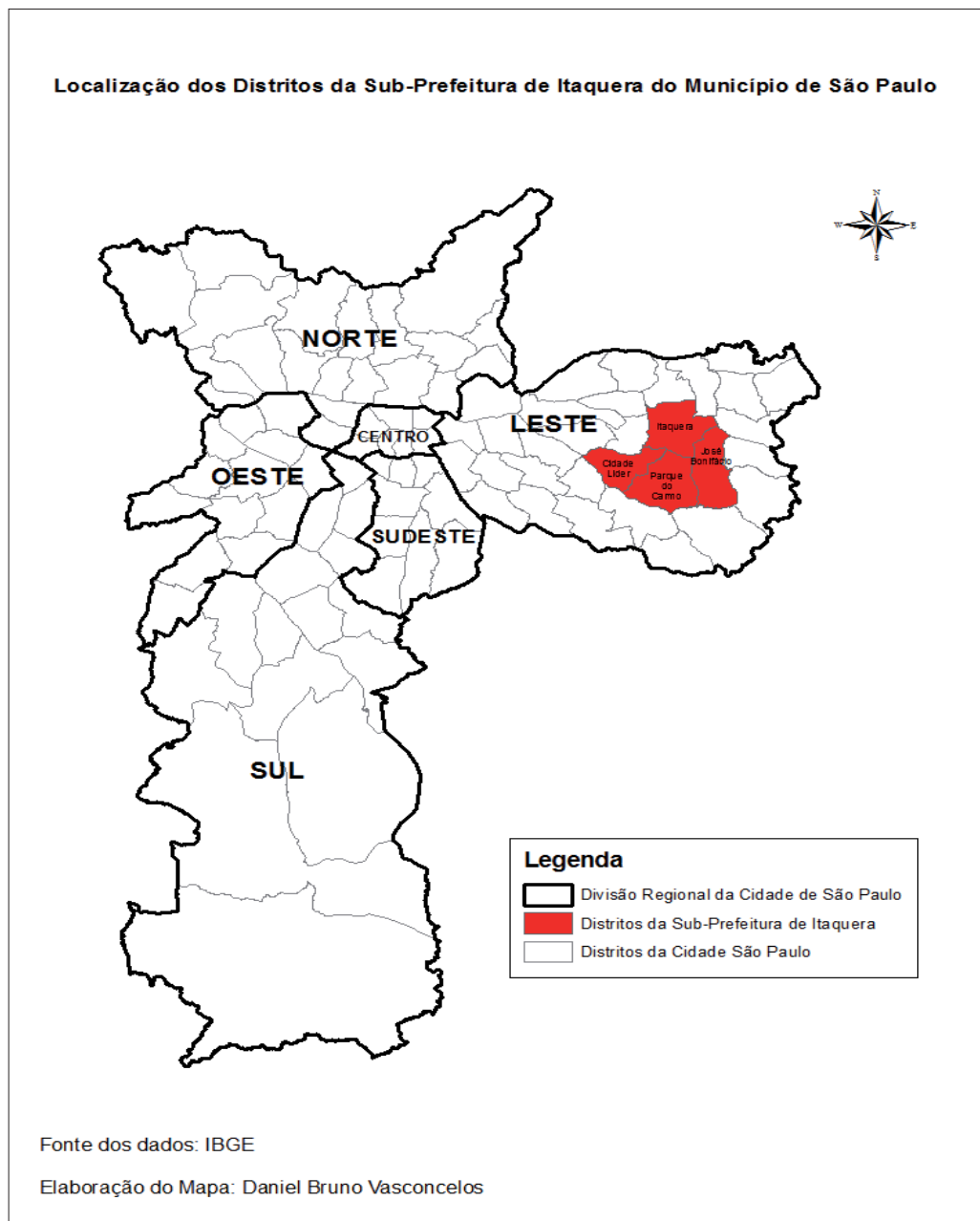
2.2 A situação de Itaquera dentro da formação socioespacial

Primeiramente, traremos o mapa de localização dos distritos que compõem a subprefeitura de Itaquera. Esse mapa servirá para dar a noção espacial dos dados da PMSP que são usados como base deste subcapítulo. Em seguida, será feita análise geográfica dos dados de Itaquera, que foram extraídos do *site* Infocidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da PMSP. Começaremos com a caracterização da região que corresponde à subprefeitura de Itaquera (Cidade Líder, Itaquera, José Bonifácio

e Parque do Carmo), abordando dados populacionais, educacionais, de faixa de rendimentos, dos ramos econômicos e empregatícios. Em seguida, será feita a descrição da região, analisando sua evolução geográfica na formação socioespacial. Será vista a conjuntura da formação socioespacial da região, ligando as ações do capitalismo hegemônico imposto pelas grandes corporações com a Copa do Mundo, e até mesmo com o Estado na relação local-global.

As subprefeituras do município de São Paulo possuem uma autonomia financeira e de gestão em relação à PMSP. São elas as responsáveis pelos serviços de manutenção infraestrutural de cada local, mas sempre ficando à mercê da PMSP, principalmente quando abrange projetos de grande porte, por diversas Secretarias da PMSP, como transportes, educação, obras etc.

Figura 5. Localização dos distritos que compõem a subprefeitura de Itaquera



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

A evolução populacional da região de Itaquera dos anos 2000 até 2010 foi de mais de 30 mil pessoas – um crescimento considerável. A maioria delas se encontra no Jardim José Bonifácio, um bairro de Cohabs. Praticamente quase toda a região que engloba a subprefeitura de Itaquera é de casas e prédios populares. Essa área se caracteriza como uma região de bairros dormitórios, nas quais a maioria de sua população não exerce suas atividades principais de trabalho e estudos. Existe atualmente um movimento político para a requalificação da região, melhorando sua infraestrutura para a população local. Entretanto, ao mesmo tempo que existe esse movimento de requalificação, há outro de valorização financeira deste espaço, acarretando na segregação socioespacial da população. Alguns movimentos sociais locais conceituam esse processo no bairro como gentrificação.

No ano de 2010, a população da região de Itaquera marcava pouco mais que 520 mil habitantes. Os dados que a PMSP fornece sobre a educação por grau de instrução da população são de 2007 e aqueles que dizem respeito à população que mora na região da subprefeitura de Itaquera são alarmantes, do ponto de vista comparativo com o município de São Paulo. No ano de 2007, pouco mais de 5% da população tinham concluído o ensino superior e pouco mais de 65% não tinham o ensino médio completo. Esses dados nos mostram a realidade da educação em Itaquera no ano em que a Copa do Mundo foi anunciada no Brasil. Em trabalhos de campo realizados na PMSP, atrás de dados mais recentes sobre educação, o órgão informou que não disponibiliza nenhuma informação além da publicada em seu *site*.

Dados da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de São Paulo – Infocidade⁶

⁶ Todas as tabelas foram extraídas da plataforma Infocid@de (SÃO PAULO, 2008).

Tabela 6: Dados da população recenseada município de São Paulo, subprefeitura de Itaquera e seus distritos municipais, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Unidades territoriais	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
São Paulo	2.151.313	3.667.899	5.924.615	8.493.226	9.646.185	10.434.252	11.253.503
Itaquera	15.246	36.965	129.314	256.383	431.191	489.502	523.848
Cidade Líder	7.254	15.064	38.420	70.508	97.370	116.841	126.597
Itaquera	5.070	15.245	63.070	126.727	175.366	201.512	204.871
José Bonifácio	1.188	2.706	11.313	24.049	103.712	107.082	124.122
Parque do Carmo	1.733	3.949	16.511	35.099	54.743	64.067	68.258

Tabela 7: Dados da população total por grau de instrução município de São Paulo, subprefeitura de Itaquera e seus distritos municipais, 2007

Unidades Territoriais	Total	Não alfabetizado	Ens. fundamental incompleto	Ens. fundamental completo	Ensino médio completo	Superior completo
		Até 3ª série ensino fundamental	(4ª a 7ª séries)	Ensino médio incompleto	Superior incompleto	
São Paulo	10.896.639	2.386.780	2.336.606	1.813.075	3.048.922	1.311.255
Itaquera	522.604	123.947	125.687	91.378	153.253	28.339
Cidade Líder	127.951	29.408	27.744	22.090	41.645	7.064
Itaquera	217.239	50.043	54.296	36.978	63.105	12.816
José Bonifácio	108.662	23.749	29.656	20.746	30.689	3.822
Parque do Carmo	68.752	20.747	13.991	11.563	17.814	4.637

Tabela 8: Dados dos domicílios por faixa de rendimento, em salários mínimos município de São Paulo, subprefeitura de Itaquera e seus distritos municipais, 2000

Unidades territoriais	Domicílios particulares permanentes					
	Domicílios (*)	Classes de rendimento nominal mensal domiciliar (salário mínimo) ⁽²⁾				
		Até 3	>3 a 5	>5 a 10	>10 a 20	>20
São Paulo	2.995.258	656.517	472.989	778.395	555.038	532.319
Itaquera	130.424	33.172	23.518	39.695	24.810	9.229
Cidade Líder	31.293	7.106	5.649	9.621	6.275	2.643
Itaquera	53.603	14.894	10.167	15.686	9.079	3.777
José Bonifácio	28.638	6.536	4.712	9.186	6.617	1.587
Parque do Carmo	16.890	4.636	2.989	5.202	2.839	1.223

(*) Total de domicílios MSP : Base Amostra do Censo 2000, excluídos 41422 domicílios sem resposta para este dado. Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00.

Tabela 9: Dados dos domicílios por faixa de rendimento, em salários mínimos município de São Paulo, subprefeitura de Itaquera e seus distritos municipais, 2010

Unidades territoriais	Domicílios particulares permanentes								
	Total ⁽¹⁾	Classes de rendimento nominal mensal domiciliar (salário mínimo) ⁽²⁾							
		>1/2	>1/2 a 1	>1 a 2	>2 a 5	>5 a 10	>10 a 20	>20	Sem rendimento ⁽³⁾
São Paulo	3.574.286	20.129	225.166	588.778	1.212.485	714.900	380.801	224.798	202.016
Itaquera	155.863	868	11.362	30.452	62.533	31.882	8.714	1.206	8.819
Cidade Líder	37.561	171	2.574	6.953	14.550	8.466	2.769	374	1.693
Itaquera	60.185	375	4.382	11.792	23.823	12.367	3.394	428	3.615
José Bonifácio	37.832	230	2.982	7.707	16.589	7.066	1.232	81	1.939
Parque do Carmo	20.285	92	1.424	4.000	7.571	3.983	1.319	323	1.572

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento nominal mensal domiciliar. (2) Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00. (3) Inclusive os domicílios com rendimento mensal domiciliar somente em benefícios.

Tabela 10: Dados dos estabelecimentos e empregos formais no setor do comércio, serviços, indústria de transformação e construção civil município de São Paulo, subprefeitura de Itaquera e seus distritos municipais, 2007

Unidades territoriais	Comércio		Serviços		Indústria de transformação		Construção civil	
	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos
São Paulo	92.048	735.408	106.968	1.834.337	27.597	546.814	7.837	189.543
Itaquera	2193	18.994	1.286	17.197	708	13.089	115	2.989
Cidade Líder	792	8.581	353	3.438	232	2.421	27	156
Itaquera	907	6.480	642	10.916	256	3.858	57	1.875
José Bonifácio	214	2.234	141	1.211	84	3.122	15	473
Parque do Carmo	280	1.699	150	1.632	136	3.688	16	485

Tabela 11: Estabelecimentos e empregos formais no setor do comércio, serviços, indústria de transformação e construção civil Município de São Paulo, subprefeitura de Itaquera e seus distritos municipais, 2011

Unidades Territoriais	Comércio		Serviços		Indústria de Transformação		Construção Civil	
	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos
São Paulo	107.016	892.880	130.838	2.378.309	29.632	573.732	12.023	310.667
Itaquera	2.722	22.273	1.615	34.216	834	14.447	277	4.476
Cidade Líder	856	8.732	410	4.026	286	2.918	69	508
Itaquera	1.149	7.948	790	16.562	285	2.921	109	2.473
José Bonifácio	322	2.947	195	4.991	107	4.341	39	523
Parque do Carmo	395	2.646	220	8.637	156	4.267	60	972

A formação social que encontramos em Itaquera é de forte relação com o seu espaço. A formação socioespacial de Itaquera é atribuída às características de sua população e ao espaço físico em que se habita. Itaquera, na história, passou de subúrbio para periferia,⁷ na passagem das décadas de 1970 para 1980 houve um *boom* populacional. Isso se reflete até os dias de hoje. Sua população naquela época – na grande maioria, nordestinos e sem qualificação profissional – não deixou de exercer as atividades trabalhistas e econômicas, trabalhando em empregos que não necessitavam de um alto grau de instrução escolar para sustentar a família. Essa população evoluiu e as crianças que nasceram nas décadas de 1970 e 1980 cresceram. Assim, muitas delas procuraram estudar e se qualificar profissionalmente para o mercado, não necessariamente todos se qualificaram com o ensino superior, mas com cursos técnicos e profissionalizantes também. A partir de meados da década de 2000, o ensino superior foi se popularizando com alguns programas educacionais do governo federal, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), desta forma, se iniciou a inserção das pessoas mais pobres no ensino superior, não necessariamente garantindo qualidade de ensino em todos os cursos, porque muitas faculdades e universidades acabaram tornando o ensino uma espécie de mercadoria, seria como o “*fast-food*” da formação profissional. Foi o início de um processo de uma mercantilização massiva do ensino superior, fugindo da sua proposta inicial.

Na conjuntura capitalista periférica que o Brasil se encontra, na qual a exploração do trabalhador pelo empregador ainda é subversiva e aos moldes exploratórios trabalhistas que as políticas nacionais nos determinam, a qualificação profissional do indivíduo por meio de uma educação de qualidade, independente do seu ramo de atividade, é o principal fator que controla o seu salário e, em alguns casos, sua carga horária de trabalho. A exploração do trabalho no Brasil ainda é concomitantemente abusiva, a carga 44 horas semanais imposta pelas leis trabalhistas é o fator principal

⁷ José de Souza Martins relata a diferenciação de subúrbio e periferia em um depoimento na revista *Espaço & Debates*, n. 42, “Há uma distinção espacial importante entre subúrbio e periferia. No subúrbio, mesmo na fase já alcançada pela industrialização e pelos loteamentos de terrenos para moradias operárias, os lotes eram grandes, as casas tinham espaço para o grande quintal, um remanescente do rural que permanecia no urbano: fruteiras, hortas, galinheiros, fornos de pão e broa, jardins, muitas flores e um certo suave perfume suburbano. A periferia já é o produto da especulação imobiliária, ruas estreitas, calçadas estreitas, falta de praças, terrenos minúsculos, casas ocupando na precariedade de seus cômodos todo o reduzido espaço disponível para construção, falta de plantas” (ESPAÇO & DEBATES, 2001, p. 78).

dessa exploração. O trabalhador, no contexto metropolitano, enfrenta em média três horas diárias de locomoção de sua casa para o trabalho e vice-versa, e ainda encontramos muitas exceções nesse contexto de trabalhadores que gastam seis horas diárias no transporte. O preço do transporte público é alto, a qualidade é péssima (pelo desconforto da viagem e o transporte sempre lotado) e a negligência do Estado é alarmante. O tempo de lazer e de estudo que o cidadão deve ter por direito não é respeitado pelas políticas capitalistas do mercado de trabalho, e muito menos pelo Estado.

O *boom* populacional derivado de uma especulação imobiliária mórbida das décadas de 1970 e 1980, o baixo nível educacional das pessoas que ocuparam a região, a cultura trabalhista imposta pelas empresas na época, juntamente com o discurso abusivo vindo da ditadura militar, se refletem nessa sociedade até hoje. A formação socioespacial de Itaquera está intrinsecamente ligada à fusão e às misturas culturais pelas quais a região passou durante a segunda metade do século XX, em que as pessoas da região passaram por diversas crises econômicas juntas – em muitos casos, uma família ajudando a outra para sua sobrevivência. Por meio dos trabalhos de campo, constatamos que a maioria da população de Itaquera é de migrantes ou filhos de migrantes da região Nordeste do Brasil, uma territorialidade consolidada por esse povo que ajudou a construir social e fisicamente a cidade de São Paulo.

No século XXI, com o crescimento econômico advindo dos governos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, chegaram algumas políticas de assistencialismo e justiça social (Bolsa Família, Renda Mínima, Renda Cidadã etc.), o investimento no setor educacional (cursos técnicos, tecnólogos, graduação e pós-graduação) e a abertura de crédito para os pobres foram primordiais para reconfigurar a formação socioespacial da região. A classe pobre, que é menos inserida na dinâmica do mercado capitalista, também se inclui minimamente no sistema. Os programas de expansão do ensino superior do governo federal desencadearam a formação profissional de muitas pessoas, aumentando a renda das famílias e, conseqüentemente, o poder aquisitivo delas. Desse modo, as junções de diversas políticas econômicas e sociais modificaram a estrutura urbana de Itaquera e a sua formação socioespacial ao longo do tempo.

A formação social que se configura no espaço de Itaquera hoje está ligada principalmente às atividades dos setores de comércio e serviços. Os empregos que são oferecidos na região não são necessariamente usufruídos por todos os moradores dali, e sim de diversos locais, principalmente dos extremos periféricos da ZL (Cidade Tiradentes, Guaianases, Itaim Paulista, São Miguel, São Mateus etc.) e dos municípios da

sub-região leste da RMSP (Ferraz de Vasconcelos, Suzano, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes etc.). Os empregos oferecidos hoje na região não necessariamente precisam de uma mão de obra qualificada com ensino superior, e sim de uma formação básica de ensino médio e cursos técnicos. Assim, as atividades econômicas empregatícias de Itaquera atraem trabalhadores de diversos locais da metrópole, mas sua faixa salarial média fica entre um e dois salários mínimos.

Os setores da indústria da transformação e da construção civil não são os pontos mais fortes de empregos registrados em Itaquera. Porém, nessa primeira metade da década de 2010, cresceu significativamente o número de empregados gerados na área da construção civil. A construção do estádio de futebol do SCCP trouxe uma especulação imobiliária muito grande para a região e, com isso, houve um aumento significativo nesse setor nos últimos seis anos. Constatamos pelos dados que o número de empresas desse setor ainda é pequeno em Itaquera, mas se duplicou no período de 2007 até 2011, vide a Tabela 10.

Na cidade de São Paulo, o setor da construção civil, de 2007 até 2011, cresceu 53% em número de estabelecimentos; em seguida vem o setor de serviços, com 22%; o comércio tem 16%; e o setor da indústria da transformação, 7%. Em Itaquera, o setor que mais cresceu em número de estabelecimentos foi o da construção civil, com 140%; em seguida, o setor de serviços, com 25%; o comércio, com 24%; e o setor da indústria da transformação, com 17%. Os números mostram que o desenvolvimento que a região de Itaquera vem passando nos últimos anos está acima da média do crescimento da cidade. Porém, os valores dos salários dos trabalhadores da região não acompanharam esse mesmo ritmo.

Continuando as comparações entre os dados da cidade de São Paulo e de Itaquera, partiremos para os dados de empregos. Na cidade de São Paulo, entre os anos de 2007 e 2011, houve um crescimento empregatício no setor da construção civil de 63%; no setor de serviços, 29%; no comércio, 21%; e no setor da indústria da transformação, 5%. Em Itaquera, no mesmo período, o crescimento empregatício no setor da construção civil foi de 49%; no setor de serviços, 98%; no comércio, 17%; e no setor da indústria da transformação, 10%. Conseguimos perceber pelos dados que a região de Itaquera, em número de crescimento empregatícios, está acima da média da cidade de São Paulo em quase todas as áreas analisadas. O setor de serviços é o que mais emprega ali: em números proporcionais de crescimento, está 100% acima da média da cidade.

Por meio dos dados anunciados percebemos que atualmente a região de Itaquera está se desenvolvendo aceleradamente, acima das médias municipais em alguns

aspectos. Desde o anúncio da construção do estádio, o processo de desenvolvimento da região se deu de forma intensiva e especulativa. O valor do espaço habitado e de seu uso saiu da “normalidade” vivida até aquele momento. As pessoas que ali habitam passaram a “ver com outros olhos” a sua própria região (começaram a valorizar mais o seu próprio espaço). A valorização do espaço ficou ligada primeiramente à construção do estádio, por sediar o megaevento Copa do Mundo e, logo em seguida, pelos investimentos que o Estado e a PMSP se propuseram a fazer na região – entre eles, a implantação do Polo Institucional Itaquera (na qual veremos seus atributos no subcapítulo 2.3.).

Diante do exposto até o momento, iremos fazer uma conexão da conjuntura socioespacial de Itaquera com o movimento global que está atuando em seu território, para isso usaremos como eixo central o artigo de Milton Santos, “O espaço: sistemas de objetos, sistemas de ações”, utilizando assim da teoria que compete essa discussão para compreender a realidade. Para Santos (2008d, p. 86),

o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Os sistemas de objetos não funcionam e não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem conhecimentos, se os vemos separados dos sistemas de ações.

Contudo, os sistemas de ações não acontecem sem os sistemas de objetos também, um está intrinsecamente ligado ao outro. Santos (2008d, p. 86-87) nos explica o que são os objetos e ações, começaremos pelos objetos:

Os objetos não são as coisas, dados naturais; eles são fabricados pelo homem para serem, a fábrica da ação. Hoje, esses sistemas de objetos tendem, em primeiro lugar, a ser um sistema de objetos concretos, isto é, objetos que se aproximam cada vez mais da natureza e buscam imitar a natureza. São também objetos cujo valor vem de sua eficácia, de sua contribuição para a produtividade da ação econômica e das outras ações. São objetos que tendem à unicidade, um sistema de objetos que, pela primeira vez na história do homem, tende a ser o mesmo em toda parte. Refiro-me, sobretudo, aos objetos novos, àqueles que formam os sistemas hegemônicos, surgidos para atender às necessidades das ações hegemônicas. Os objetos contemporâneos não são coleções, mas sistemas, já surgem debaixo de um comando único e já aparecem dotados de intencionalidade, como jamais no passado (intencionalidade mercantil ou intencionalidade simbólica), o que faz cada um claramente distinto dos outros,

numa fase da história em que o seu número se multiplicou exponencialmente: os últimos quarenta anos viram nascer sobre a face da terra mais objetos que nos anteriores quarenta mil anos. São objetos técnicos, que representam sistemas técnicos, dotados de uma força capaz de invadir qualquer outro sistema já instalado, estabelecendo sobre a face da terra uma área de combate que é, ao mesmo tempo, a base da dinâmica e o substrato da dialética do espaço.

Os objetos no caso de Itaquera são as obras que estão sendo implantadas pelas corporações e pelo Estado. O estádio Itaquerão é, por sua vez, um objeto construído que procura trazer o estigma de lazer e prazer para a sociedade. Porém, tudo tem seu preço e seu uso não será designado necessariamente para a população local usufruir, mas seus malefícios sim, já que é essa população irá arcar com as consequências de trânsito, tumulto no transporte público, violência e demais agravos da vida urbana. Os demais objetos do espaço que estão ou que estarão no futuro em torno do estádio são objetos de ações hegemônicas do Estado, PMSP e iniciativa privada, visando atender parte da sociedade e a produção do capital na região.

Sobre os sistemas de ações, Santos (2008d, p. 87) nos refere que estão indissociáveis aos sistemas de objetos.

As ações, por sua vez, aparecem como ações racionais, movidas por uma racionalidade conforme aos fins ou aos meios, obedientes à razão do instrumento, à razão formalizada, ação deliberada por outros, informada por outros. É uma ação inflada, e que por isso mesmo recusa o debate; e, ao mesmo tempo, uma ação não-explicada todos e apenas ensinada aos agentes. É uma ação pragmática, na qual a inteligência prática substitui a meditação, espantando toda forma de espontaneidade; e também ação não-isolada e que arrasta, que se dá, também ela, em sistemas.

Os grandes atores hegemônicos da produção do capital envolvidos com a Copa do Mundo estão com o “cartão verde” dado pelo Estado brasileiro por meio da Lei Geral da Copa (Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012). Essa lei abre precedente de um Estado de exceção dentro do território brasileiro, atropelando até mesmo a Constituição brasileira de 1988. A Fifa é o principal ator hegemônico e, em seguida, estão seus patrocinadores, os grandes beneficiadores desse Estado de exceção, tendo o poder hegemônico para usufruir parte do território brasileiro como bem entender e ainda tem o aparato do Estado sustentando essa grande hegemonia. Esse aparato vai de leis que dão aos agentes a isenção de impostos – beneficiando as grandes corporações a terem

mais lucro – até o alto policiamento nas ruas para assegurar sua atuação no território, contra qualquer tipo de manifestação.

O conjunto que liga os sistemas de objetos e os sistemas de ações em Itaquera está sendo realizado na política de Estado – nesse caso, em todas as instâncias. O volume de capital que este megaevento move dentro do sistema econômico é de uma proporção gigantesca, na casa dos bilhões. Grande parte desse dinheiro vem de impostos do cidadão brasileiro, no qual em vez de o governo investir nos setores que as populações mais desassistidas necessitam – como educação, saúde, habitação, segurança, saneamento básico, infraestrutura urbana, transporte público, programas assistencialistas e outros –, ele financia os objetos e as ações dos agentes hegemônicos. Nesse sentido, a cidade se torna o local da reprodução do capital entre Estado e setor privado, e na política, principalmente nos poderes executivos públicos, se encontram os provedores dessa natureza capitalista.

A Copa do Mundo nada mais é do que um grande negócio, e esse negócio não é para a maioria do povo brasileiro, muito menos para o povo de Itaquera. Ele é para os grandes agentes econômicos ganharem muito dinheiro com uma seleta parcela da sociedade brasileira – que tem um poder aquisitivo alto – e para os estrangeiros – na grande maioria, europeus e norte-americanos – que gastam seu dinheiro consumindo o megaevento e as outras atrações naturais e culturais brasileiras. A maioria do povo de Itaquera sequer passou perto do estádio nos dias de jogos da Copa do Mundo, por ter um isolamento de “segurança nacional”, quem dirá tenha assistido a um jogo.

O estádio depois da Copa do Mundo terá o papel de receber uma das maiores torcidas de futebol do Brasil, a torcida corintiana. Os jogos não serão para todos os torcedores, e sim apenas para uma parte seleta que pode pagar preços exorbitantes para a realidade social brasileira. Infelizmente, o futebol se tornou um grande negócio/mercadoria no Brasil e a paixão do torcedor em acompanhar os clubes nos estádios está ficando cada vez mais distante da realidade de muitos. Os estádios em formato de arena, os chamados “Padrão Fifa”, servirão apenas para fazer uma higienização social nas torcidas, a famosa “geral” dos torcedores, onde ficavam os torcedores pobres, não irá existir nunca mais no futebol profissional, ficando essa apenas nos estádios dos clubes com baixo poder aquisitivo de capital, sobretudo no futebol de várzea.

2.3 A reforma urbana e o plano de requalificação

Ao debater sobre reforma urbana, não direcionaremos nossa discussão apenas à remodelação do espaço físico, pois a reforma vai além dessa abordagem. Ela é uma reforma social e estrutural, com uma evidente dimensão espacial e que tem como objetivo principal melhorar a qualidade de vida da população, em especial a parcela mais pobre e menos favorecida no sistema capitalista, elevando-a ao nível de justiça social (SOUZA, 2005, p. 112-113).

De acordo com Souza (2005), os objetivos específicos da reforma urbana são diversificados. Os principais são:

- 1) coibir a especulação imobiliária, a qual, tipicamente, corre desenfreada em cidades de países periféricos e semiperiféricos;
- 2) reduzir o nível de disparidade sócio-econômico-espacial intra-urbana, assim reduzindo o nível de segregação residencial;
- 3) democratizar o mais possível o planejamento e gestão do espaço urbano. (SOUZA, 2005, p. 113)

O autor aponta dois objetivos auxiliares que fazem parte do objetivo específico relativo à redução do nível de disparidade socioeconômico-espacial intraurbana: “1) garantir segurança jurídica para as populações residentes em espaços carentes de regularização fundiária, tais como favelas e loteamentos irregulares; 2) gerar emprego e renda para os pobres urbanos” (SOUZA, 2005, p. 113).

Tendo em vista a discussão social da reforma urbana na conjuntura em que a cidade de São Paulo viveu sob efeitos do megaevento Copa do Mundo, a reforma urbana pela qual a região de Itaquera passa é de fato o oposto do que se preza para a população de menor renda. O que se constata são as transformações físicas na região, e não a transformação social em prol do morador local de baixa renda.

A reforma urbana deve acontecer de forma límpida pelo Estado, de maneira que haja justiça social para todos que vivem na cidade. É o Estado o principal agente de desenvolvimento dessa reforma, ele tem o conhecimento de todas as desigualdades sociais na cidade em todas as escalas, portanto, a negligência de não se fazer uma reforma urbana social para beneficiar as classes menos favorecidas é, de certa forma, uma forma de exclusão social urbana. Porém, deixemos claro que para uma reforma urbana acontecer o peso não pode e nem deve ficar somente nas costas do Estado, apesar de ele ser o principal ator das transformações espaciais urbanas, nas quais tem o poder de legislar mudanças nos marcos legais e institucionais. Mas essa reforma

deve ir além do aparelho do Estado, ela deve ter a participação popular da massa trabalhadora por meio da organização da sociedade civil, podendo, assim, pressionar o Estado para melhorar a economia, as condições de trabalho, os setores de saneamento, educação, saúde, transporte, habitação, entre outros. Em um país com tanta desigualdade social e uma burocracia estatal enorme como o Brasil, a sociedade não pode se desmobilizar e deixar de lutar pelos seus direitos que estão na Constituição brasileira de 1988 (SOUZA, 2005, p. 111-122).

Souza (2005) relata que a ementa original sobre políticas urbanas que tramitava no Congresso Nacional durante o período de elaboração da Constituição brasileira de 1988 eram duas dezenas de artigos, no entanto, foi diminuída e apenas dois artigos foram promulgados, o 182 e o 183 da Carta Magna (SOUZA, 2005, p. 119).

POLÍTICA URBANA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ART 182/183
CAPÍTULO II
DA POLÍTICA URBANA

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º – O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º – A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º – As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º – É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I – parcelamento ou edificação compulsórios;

II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III – desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º – O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º – Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º – *Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.*
(BRASIL, 1988)

Diante do exposto pela legislação federal, fica a cargo do plano diretor estratégico de cada município, uma legislação e um plano de desenvolvimento urbano para cada cidade. Em média, os planos diretores são realizados entre um período de 20 anos cada, podendo ocorrer uma reformulação dentro desse período. O plano diretor estratégico é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

O Plano Diretor Estratégico deveria ser o grande articulador das gestões municipais para uma requalificação do espaço, levando em conta os investimentos públicos em cada setor (transporte, saúde, educação, habitação, saneamento etc.), mas não é isso que acontece de fato na maioria das cidades brasileiras. O plano diretor estratégico, em muitos casos, é deixado de lado nas gestões seguintes de sua implantação, geralmente quando assumem partidos de oposição aos criadores do plano, e o dinheiro público é usado em projetos de escala temporal menor. Contudo, essas gestões posteriores, que usam o dinheiro público para projetos temporais de no máximo quatro anos, argumentam nas eleições que foram realizados muitos projetos em sua gestão, mas dificilmente com planejamento estrutural de longa escala.

Na atual política brasileira, a luta nas eleições e no cotidiano não é para saber quem irá administrar melhor o dinheiro público, e sim uma luta de poder pelo poder entre os grandes partidos; quem está no poder pode beneficiar quem o apoia, e é por isso que os grandes partidos políticos “devem moralmente” às grandes corporações, porque são elas que financiam suas campanhas eleitorais, de modo que, após o partido vencer a eleição, essas corporações serão beneficiadas em contratos com o

governo.⁸ Sendo assim, no geral, percebemos que, em muitos casos, o aparelho administrativo estatal não trabalha para melhorar a qualidade de vida da população, mas sim para beneficiar as corporações que lhes apoiam. Enquanto o poder político estiver nas mãos de quem tem o poder econômico, as políticas sociais para as classes menos favorecidas sempre ficarão com as “migalhas” dos investimentos do setor público, talvez nem isso.

O plano diretor estratégico da cidade de São Paulo foi realizado no ano de 2002, na gestão da prefeita Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores (PT). Nos anos entre 2005 e 2012, a PMSP foi administrada pelos partidos de oposição ao PT, estiveram na administração do município os ex-prefeitos José Serra (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB) e Gilberto Kassab (Democratas – DEM – e, posteriormente, Partido Social Democrático – PSD). Nessas duas gestões, de PSDB e DEM/PSD, não foram seguidos e desenvolvidos assiduamente os projetos de desenvolvimento urbano de acordo com plano diretor, no qual alguns projetos de operações urbanas foram congelados pela justiça por não seguirem as diretrizes básicas. Exemplo disso são os projetos Bairro Novo na Operação Urbana Água Branca (ANDRADE NETO, 2004) e Operação Urbana Centro/Projeto Nova Luz (RIBEIRO, 2013).

Em 2013, o PT volta à administração da PMSP com o prefeito Fernando Haddad, que começa a rever alguns pontos do plano diretor estratégico da cidade. A revisão foi dividida em quatro etapas: 1) avaliação temática participativa; 2) oficinas públicas para levantamento de propostas e contribuições; 3) sistematização das propostas; e 4) contribuições recebidas e devolutiva e discussões públicas da minuta do projeto de lei (SÃO PAULO, s.d.). Essa revisão foi aprovada no dia 30 de junho de 2014, na Câmara Municipal de São Paulo, em meio a interesses financeiros e manifestações populares que solicitavam uma maior justiça social na cidade, principalmente no setor de moradia.

É pelo plano diretor estratégico que o município obtém os zoneamentos de uso do solo e densidade, zoneamentos de prioridades, os instrumentos de regularização

⁸ No ano de 2014, quando foi escrito este capítulo, ainda existia o financiamento de empresas nas campanhas eleitorais. Este acabou por uma decisão do Supremo Tribunal Federal em setembro de 2015. Antes, as empresas faziam investimentos nas campanhas dos grandes partidos e logo depois buscavam o retorno desse investimento em políticas de benefício próprio com os governos, em todas as instâncias estatais. Agora, no novo modelo de financiamento de campanha, ela é feita com um fundo público e com doações de pessoa física, dificultando o favorecimento de empresas com os governos.

e desenvolvimento urbano, e as leis que regulamentam os projetos para a cidade. Deixamos claro que não basta ter um bom plano diretor para o município, cheio de instrumentos “progressistas” para desenvolver melhor as relações da cidade, é preciso “condições políticas, sociopolíticas e políticas-culturais para que eles sejam aplicados, e bem aplicados” (SOUZA, 2005, p. 123-132).

Os obstáculos para implementar a reforma urbana são de tão grandes proporções que a própria população desconhece. Esse conhecimento está contido no campo de especialistas da área e deve ser difundido para todos. Não é a segregação do conhecimento, e sim a complexidade de difundi-lo para toda a sociedade, que faz com que a opinião pública não dê importância para a reforma urbana (SOUZA, 2005, p. 133).

Os obstáculos principais são: *os políticos, culturais/de mentalidade, econômicos e jurídicos-institucionais*. Esses obstáculos podem ser adicionados às *dificuldades gerenciais e técnicas*. Por fim, temos um obstáculo de natureza sociopolítica, especialmente em grandes cidades, como é o caso de São Paulo (SOUZA, 2005, p. 133-138).

Os *obstáculos políticos* envolvem interesses contrários a uma genuína reforma urbana, sua capacidade de pressão sob o Estado é muito grande.

Instrumentos como o IPTU [Imposto Predial e Territorial Urbano] progressivo no tempo, o “solo criado” e outros contrariam os interesses dos agentes modeladores do espaço urbano que ganham com a especulação imobiliária, com a densificação excessiva em certas áreas nobres da cidade, com a destruição do patrimônio natural e histórico arquitetônico. Muitas vezes, argumentos “técnicos” contrários à utilização desses instrumentos têm por trás de si interesses muito bem articulados de defesa do direito de se fazer o que quiser com as propriedades e o espaço da cidade, em nome da “liberdade individual”, da “modernização”, do “progresso” ou coisas que tais. (SOUZA, 2005, p. 134)

Os obstáculos políticos são reforçados e, em larga escala, possibilitados graças à técnica que os grupos e as classes dominantes têm por meio de propagandas e utilizando a mídia elitista “fazem a cabeça” da opinião pública e, em muitas ocasiões, dos próprios técnicos e estudiosos; a reprodução do capital dita as regras do jogo. São os *obstáculos culturais/de mentalidade*. Logo, ao mesmo tempo que o senso comum costuma acreditar que o problema das cidades brasileiras é a “falta de planejamento”, os grupos dominantes costumam boicotar de diversas maneiras a regulamentação do “crescimento urbano e o uso do solo, tentando fazer que o planejamento, mesmo

quando é até relativamente tímido em matéria de combate a especulação imobiliária e ao superadensamento, pode ser nocivo” (SOUZA, 2005, p. 134).

Os *obstáculos econômicos* variados estão ligados aos obstáculos políticos. A escassez de recursos para alcançar certos objetivos está aliado ao endividamento do Poder Público municipal, a desatualização cadastral dos imóveis, de gastos governamentais insensatos, da fraqueza econômica de muitos municípios, entre outros aspectos. “Sem recursos suficientes para investir, a adoção de um orçamento participativo, para exemplificar, pode acabar gerando frustração, por criar expectativas que não poderão ser satisfeitas” (SOUZA, 2005, p. 136). A solução para isso é cuidar melhor das finanças municipais e tentar promover objetivos que busquem uma melhor justiça social (SOUZA, 2005, p. 135-136).

Os *obstáculos jurídicos-institucionais* são derivados dos obstáculos até agora mencionados. “Mesmo com o Estatuto da Cidade, não se fez, ainda, tudo o que se pode fazer para respaldar adequadamente os esforços em prol de uma reforma urbana em nível federal, mediante a legislação adequada” (SOUZA, 2005, p. 136). O Brasil necessita de uma estrutura institucional mais apropriada, na esfera do governo federal, “para auxiliar no suporte técnico, econômico e mesmo jurídico a um eventual esforço concertado de impulsionamento na reforma urbana em escala nacional, na base da cooperação entre União, estados e municípios” (SOUZA, 2005, p. 136).

Todos esses *obstáculos* que citamos até o momento podem ser adicionados às *dificuldades gerenciais e técnicas*. Elas compreendem desde a falta de profissionais qualificados no quadro técnico do gerenciamento das prefeituras, passando pelas dificuldades de implementação de recursos e administração dos gastos públicos, chegando até a ineficiência burocrática, corrupção etc. (SOUZA, 2005, p. 136).

Por fim, e não menos importante que os outros *obstáculos* que comentamos até o momento, temos um de natureza *sociopolítica*, na qual este, em especial, tem suas representatividades territoriais demarcadas no espaço urbano. A formação de enclaves territoriais por grupos e facções criminosas, as associações de moradores sem-teto, associações de bairros periféricos irregulares, de certo modo, são uma própria gestão da cidade. O Poder Público, ao intervir no território desses grupos, sempre “negocia” antes de agir e obter sua anuência. Na maioria dos casos, ele intervém, porém não resolve o problema estrutural que ali se reside, ocasionando uma “guerra urbana” na qual milhares de pessoas no Brasil e no mundo já morrem lutando por uma justiça social para todos (SOUZA, 2005, p. 136-137).

Percebemos que não são poucos os obstáculos para se chegar a uma reforma urbana, são muitas barreiras e empecilhos que travam seu desenvolvimento, e o que está sempre por trás de tudo isso é a obtenção de lucro por parte dos grandes agentes capitalistas da sociedade, tanto na esfera do mercado quanto na política (em que esses agentes capitalistas se autopromovem para defender seus interesses).

A região de Itaquera nos anos pré-Copa do Mundo passou por uma reforma urbanística que trouxe benefícios locais; porém, no que diz respeito a algumas estruturas urbanas, as estruturas sociais da região ainda sofrem com a falta de uma justiça social mais plana (HARVEY, 1980), comparando com outras áreas da cidade. O que não pode acontecer é a população local deixar de lutar por seus direitos de cidadão, passando tanto pelos excluídos moradores de favelas quanto pelas classes com uma condição social mediana ou alta. A luta pelos direitos diante do Estado é a única forma de mostrar que a população não está satisfeita com o que acontece na região, é necessário a utilização de todos os instrumentos de luta possíveis, de atos nas ruas ao uso de tecnologias midiáticas para difusão de informação.

A discussão geográfica do plano de requalificação da área estudada visa a uma série de aspectos que se inserem neste meio. Como vimos, as definições de espaço geográfico e espaço urbano nos trazem as bases para esse estudo. A partir deste momento, trabalharemos o plano de requalificação do espaço em Itaquera. A escala temporal que será analisada está ligada à construção do estádio de futebol do SCCP desde o anúncio da construção, no ano de 2010 até o ano de 2015.

Para fazer um debate de ideias sobre o plano de requalificação do espaço, faremos primeiro uma breve análise sobre a produção e reprodução do espaço urbano. Deixemos claro que esta passa primeiramente pela discussão do espaço geográfico, que por sua vez tem uma margem de discussões muito ampla na esfera do urbano. Podemos discernir a produção e reprodução do espaço geográfico em inúmeros segmentos: produção e reprodução da paisagem, do capital, do lugar, da obra, entre outras. A cidade possui uma escala de produção e reprodução espacial indescritível em uma análise da totalidade (LEFEBVRE, 1991), que passa do extremo periférico da cidade até os bairros de mais alto padrão, e está ligada intrinsecamente à produção e reprodução do capital, nos mais diversos segmentos da economia, advindo do circuito inferior ao circuito superior da economia (SANTOS, 2008b).

O espaço urbano de São Paulo se produz e reproduz ao mesmo tempo, de forma que diversas áreas da cidade vão se consolidando e, em muitos casos, se tornando

uma gentrificação⁹ (SMITH, 2006) e/ou requalificação. Na região de Itaquera, muitos moradores dizem que está se começando a desenvolver um processo de gentrificação, no qual moradores que viviam na região estão saindo por conta do preço alto dos aluguéis (em principal). Famílias que tinham uma história na região estão buscando bairros com aluguéis mais baratos e estes estão sendo ocupados por novos moradores, de outros locais. Assim, a região começa a configurar-se como um novo espaço social, de identidade e de consumo, embora ainda mantenha suas raízes bairristas.

A produção do espaço acontece de forma mais intensa nas periferias da cidade, onde encontramos áreas de menor valor econômico e não ocupadas (vazios urbanos). De tal modo, o tecido urbano se dilui a cada dia, de forma horizontal e vertical, nos vazios urbanos do município (BONDUKI, 2011). Nesse contexto, os usos dos vazios urbanos começam a dar nova forma e característica para a malha urbana, sendo usados por diversos setores: habitacional, educacional, industrial, comercial, entre outros.

A criação do Polo Institucional de Itaquera está sendo concluída nos vazios urbanos que a região tem. Esse Polo Institucional já marca desde 2007, com a inauguração do Shopping Metrô Itaquera e do Poupatempo, uma nova centralidade (D'ANDREA, 2012), tanto nos setores de serviços – lojas de vestimenta, lojas de departamentos, hipermercado etc. – quanto nos setores públicos do Poupatempo – Detran, Receita Federal, Sabesp, Procon, etc. Encontram-se no projeto futuro desse Polo instituições educacionais de ensino profissionalizante, técnico e tecnólogo, fórum, ampliação do terminal de ônibus, edifício comercial, nova rodoviária, centro de convenções, parque tecnológico e parque linear de área verde.

Esses investimentos públicos e privados que marcam uma produção do espaço na região começam a requalificar a área e a beneficiar a qualidade de vida dos moradores. Porém, há uma série de processos para a institucionalização das obras que deixam de

⁹ Gentrificação é o fenômeno que afeta uma região ou localidade da cidade, alterando as dinâmicas de sua composição do local. Os exemplos desse processo são novos pontos comerciais, construções de novos edifícios, vias, monumentos e parques, entre outros aspectos de transformação urbana que afetam diretamente a população local de baixa renda. Essa transformação urbana valoriza a área e é seguida de um aumento de custos dos bens consumíveis e de serviços, dificultando a permanência dos moradores antigos de renda insuficiente para sua sustentação no local cuja realidade foi modificada. Esse conceito foi criado por Neil Smith (2006), em uma análise interpretativa sobre a realidade de alguns bairros de Londres, Inglaterra. Na América Latina, esse conceito é utilizado por muitos movimentos sociais, mas não é um totalmente aceito academicamente para compreensão e exemplificação das transformações urbanas.

lado um dos setores mais defasados atualmente na cidade, o setor habitacional. Ele foi tomado pela iniciativa privada, causando uma bolha imobiliária (esse tema será abordado mais especificadamente no Capítulo 3).

Bonduki (2011) sugere “dar um melhor aproveitamento aos espaços urbanizados, de modo a propiciar melhor qualidade tanto para os usos já existentes como as necessidades futuras” (BONDUKI, 2011, p. 31). Seguindo a ideia do autor, o processo de verticalização do espaço seria a melhor solução para as questões da habitação e do terceiro setor. Ele acredita que dando melhor uso dos espaços ocupados hoje na cidade de São Paulo teríamos uma menor segregação espacial no que se refere à localização das classes baixas no espaço urbano e melhor uso dos aparelhos públicos.

Partindo para a análise de uma requalificação do espaço urbano, pensando em todas as classes sociais, é preciso pensar em um planejamento urbano que tenha uma escala temporal de no mínimo 20 anos. Pensar a requalificação do espaço é raciocinar como mudar o cenário atual de desenvolvimento do Brasil. A burocracia, a má gestão (política e técnica) e a corrupção são as faces de um país subdesenvolvido que se amarra ao capitalismo visando à segregação de muitos e a elitização de poucos.

A renovação urbana em Itaquera veio diante do discurso de “declínio” (TRINDADE JUNIOR, 2010) da região, por ser uma área pouco desenvolvida no que se refere à geração de empregos. Itaquera é uma centralidade na ZL, porém não está entre as principais do município, porque não gera a quantidade de empregos necessários para suprir a sua própria demanda. Itaquera também está começando recentemente a implantar instituições educacionais públicas de ensino superior e técnico, tendo, assim, em vista a qualificação profissional de sua população local.

A população da região de Itaquera necessita do direito à cidade. O lazer próximo às residências, hospitais e escolas com fácil acesso, transporte de qualidade, mais empregos na região etc., tudo isso é necessário para a reprodução da vida cotidiana (CARLOS, 2011). O direito à vida é, no mínimo, o direito que a Constituição brasileira de 1988 nos coloca, mas que não é cumprido devidamente pelos Três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Sabe-se que quem tem o poder do capital, tem o poder de corromper todas essas esferas no Brasil, com algumas exceções contrárias.

Pensando as transformações da estrutura urbana e seguindo a ideia do direito à vida, faremos uma ligação com as ideias de Carlos (2007). Ela trabalha o assunto explicando a produção e reprodução da vida no espaço urbano.

a produção da vida não envolve apenas a reprodução de bens para satisfação das necessidades materiais; é também a produção da humanidade do homem. Assim, o plano da produção articula o desenvolvimento das relações de produção de mercadorias e da produção da vida e de suas possibilidades, num sentido mais amplo e profundo – esse é o fundamento da desigualdade que explicita o conflito. Refere-se a modos de apropriação que constroem o ser humano e criam a identidade que se realiza pela mediação do outro. Identidade que está construída a partir da escala do habitar sustentando a construção/estabelecimento da memória. (CARLOS, 2007, p. 54)

Sobre a reprodução da vida, Carlos (2007, p. 55-56) nos expõe:

a reprodução da vida realiza-se na relação contraditória entre necessidade e desejo; uso e troca; identidade e não-identidade; estranhamento e reconhecimento que permeiam a prática socioespacial. O entendimento da produção do espaço se revela, portanto, na necessidade do desvendamento do modo como se realiza, concretamente, o processo de reprodução da sociedade em sua totalidade, onde o mundial aparece como tendência inexorável e se realiza, hoje, enquanto processo de reprodução da sociedade a partir da reprodução do espaço, onde ganha sentido uma nova relação espaço-tempo.

Para analisar a posição de Carlos (2007) no que se refere à produção e reprodução da vida, temos que fazer a ressalva de que esta análise se compõe de diversas escalas, a escala mundial, a nacional, a regional e a local. Essas escalas se comunicam entre si, todavia, em cada localidade do espaço ela tem uma ação e reação diferente da outra. O processo de produção e reprodução da vida dentro da escala local é respectivamente auxiliado e demandado por meio do meio técnico-científico-informacional que se insere no respectivo espaço através da globalização (SANTOS, 2006, p. 271).

Fazendo uma análise na conjuntura do direito à vida, o morar na periferia da cidade é, “na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres, eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou utiliza-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos” (SANTOS, 2012b, p. 63). Os serviços públicos por sua vez ficam a desejar nas periferias da cidade, os serviços de educação, lazer, saúde, habitação, segurança, transporte, entre outros, são caros, ruins e demorados na maioria das vezes.

Agora, como conciliar o direito à vida ao cotidiano das famílias pobres que sofrem o desprezo do Estado e da iniciativa privada? O planejamento das cidades fica

a desejar para uma boa parcela da sociedade. O setor de transporte/locomoção de pessoas, o qual a maioria da população usufrui cotidianamente, é estimulado pela iniciativa privada e pelo Estado ao uso do automóvel individual. Isso deixa de lado o transporte público, que seria a melhor opção para resolver o caos do trânsito nas cidades, na escala de metrópole. Outros setores não ficam longe do descaso do Estado com os bens de uso público, como o lazer, a saúde, o saneamento e a educação, que são setores primordiais do direito à vida. Estes também são estimulados pela iniciativa privada, com o apoio do Estado (SANTOS, 2012b, p. 63).

O direito à vida também está ligado aos espaços hegemônicos e aos espaços hegemonzados (SANTOS, 2008d). Atrelando o direito ao entorno a isso (SANTOS, 2012b, p. 63-65), percebemos que os espaços públicos (praias, montanhas, parques, calçadas, praças etc.) estão sendo impunemente privatizados. Santos (2012b, p. 64) nos expõe seu ponto de vista sobre o assunto.

Temos que comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os *playgrounds* ou, ainda mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessários à sua proteção. O lazer na cidade torna-se igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais.

O direito à privacidade também está ligado ao direito ao entorno. As construções debruçadas umas às outras, fazem com que a privacidade do ser seja exposta face ao meio de sua habitação e trabalho. Os condomínios de casas e prédios das grandes cidades não produzem uma privacidade ao indivíduo, tanto no ponto de vista particular quanto no coletivo, e ainda em muitos casos levam a feiura de suas construções ao espaço habitado, trazendo consigo o costume de conviver com os abusos impostos na cidade por meio de propagandas, de perdas de paisagem natural com o levantamento de altos prédios, etc. Isso acontece por conta das leis e políticas municipais de cada cidade (SANTOS, 2012b, p. 64).

A poluição sonora, visual e do ar nas cidades já está incorporada ao espaço urbano. De fato, não gostaríamos que fosse dessa forma, mas o organismo público que seria responsável em proteger a população dessa poluição acaba que desnortando “com as suas classificações incompletas e incompreensíveis, e a falta deliberada de ação protetora da saúde dos cidadãos” (SANTOS, 2012b, p. 64).

“O resultado de todos esses agravos é um espaço empobrecido e que também se empobrece: material, social, política, cultural e moralmente” (SANTOS, 2012b, p. 65). O autor diz que, diante de tantos abusos, o cidadão acaba por se tornar impotente perante tanta desordem, a começar pelas distorções da representação política. A desordem na política e o não cumprimento das leis, decretos e regulamentos são um dos pontos-chave no empobrecimento do espaço e da sociedade, é quando os cidadãos não creem em uma perspectiva melhor de vida para a sociedade. “A própria existência vivida mostra a cada qual que espaço em que vivemos é, na realidade, um espaço sem cidadãos” (SANTOS, 2012b, p. 65).

Neste momento, partiremos para uma caracterização da requalificação do bairro de Itaquera, o que nos permite fazer uma análise geográfica em escala local, mostrando as transformações que ferem o espaço físico e uma mudança no também espaço social, passando pela reprodução espacial, pelo direito à vida e pelas transformações socioespaciais. Descreveremos aqui essas mudanças na estrutura urbana que aconteceram nos anos que antecederam a Copa do Mundo de 2014 em São Paulo, com isso será exposto também o movimento de transformação da paisagem em Itaquera.

Para descrever as transformações no espaço de Itaquera, será mostrada uma sequência de imagens de satélites da região de Itaquera extraída do Google Earth. O período das imagens vai do ano de 2001 até 2014. Fizemos um recorte desse período para mostrar o avanço em que as transformações ocorreram na região entre os anos de 2001 a 2009 e os avanços de 2009 até 2014.

Figura 6. Imagem de satélite da região de Itaquera em 2001



Fonte: Google Earth, 2013.

Figura 7. Imagem de satélite da região de Itaquera em 2009



Fonte: Google Earth, 2013.

A percepção da mudança na paisagem em Itaquera pela imagem de satélite no período de 2001 a 2009 é muito baixa. Na imagem de 2001, percebemos que a Pedreira Itaquera ainda mantinha suas atividades em funcionamento, não havia o Shopping Metrô Itaquera ao lado da estação de metrô e já havia sido inaugurado o Poupatempo para agilizar a burocracia em diversos setores dos serviços públicos. A região onde se localiza o Polo Institucional hoje era de vazios urbanos, a única centralidade que essa área tinha em 2001 era no setor de transporte público, com a estação de trem, a de metrô e o terminal de ônibus, e nos serviços burocráticos do Estado.

A região de Itaquera é estigmatizada por muitas pessoas da sociedade paulistana de classe média e alta como periferia, não apenas com o sinônimo geográfico de localização, mas sim como área de excluídos, um lugar ruim de se viver. Com uma caracterização física de casas de baixo padrão e de conjuntos habitacionais populares, Itaquera e suas redondezas eram e continuam sendo vistas por muitos como uma área de pouco interesse no que diz respeito a diversos segmentos – por exemplo, nos setores econômico, de lazer, entre outros. Itaquera, no ano de 2001, era praticamente apenas um bairro dormitório, com pouquíssimos empregos, sua centralidade principal era dentro do próprio bairro, onde a maioria da sua população consumia no comércio local, e/ou parte dela saía para consumir em outros bairros com maior infraestrutura e/ou fetiche do consumismo/ostentação.

Com o passar do tempo e a ascensão econômica da denominada classe C, Itaquera passou a ter mais reconhecimento perante a sociedade paulistana. Essa periferia acabou se tornando uma centralidade muito forte na ZL da cidade e o sinônimo pejorativo de periferia foi se desfazendo aos poucos, apesar de ainda persistir no discurso de certa classe elitista da sociedade.

Dentre os anos de 2009/2010 até 2014, ano do megaevento Copa do Mundo em Itaquera, foram previstos investimentos milionários na região. A finalidade do projeto para o Polo Institucional de Itaquera é reforçar essa centralidade e criar um setor de desenvolvimento no sentido da ZL da cidade de São Paulo. Fizemos um recorte do projeto que a empresa privada Accenture fez para a PMSP¹⁰ no que diz respeito ao evento Copa do Mundo na cidade de São Paulo. Nesse recorte do projeto, mostraremos as implantações futuras no Polo Institucional de Itaquera e a sua argumentação para implantação. No projeto da Accenture não há informações sobre desapropriações e especulação imobiliária.

¹⁰ Cf. ACCENTURE, 2011.

Mostraremos parte do projeto Accenture “Estádio da abertura da Copa 2014 como dinamizador do desenvolvimento da ZL e da Cidade de São Paulo” para realçar o visual de transformação que foi planejado para a Copa do Mundo e o que se constata pela imagem de satélite de 2014. As transformações na paisagem implicam fortemente as transformações do espaço.

Figura 8. Obras no Polo Institucional Itaquera – 2013

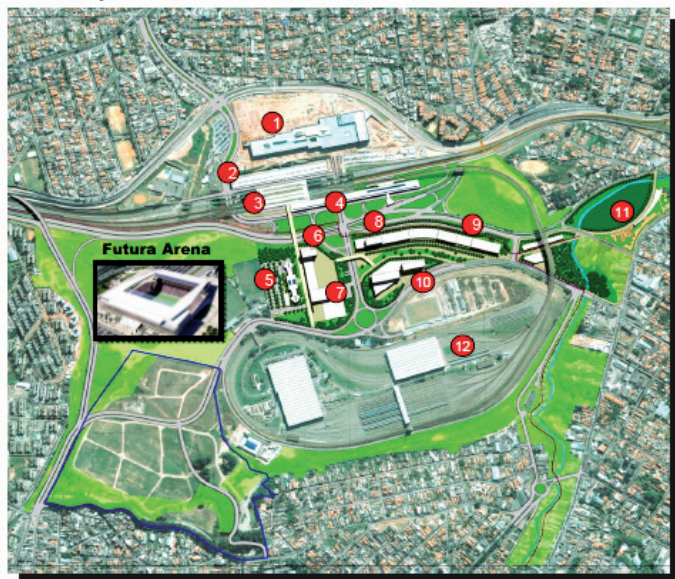


Foto: Antonio Miotto

Figura 9. Projeto da área da nova centralidade de Itaquera – Polo Institucional Itaquera

A área onde será construído o Estádio, está localizada junto a um dos mais importantes projetos de intervenção da PMSP para a Zona Leste, gerando sinergias com o investimento público

Localização do novo Estádio na Zona Leste



- 1 Shopping metrô Itaquera
- 2 Poupatempo Itaquera
- 3 Estação Itaquera (METRÔ/CPTM)
- 4 Nova rodoviária
- 5 Novo fórum Itaquera
- 6 Futuro edifício salas comerciais
- 7 Futuro centro de convenções
- 8 Futuro SENAI
- 9 Parque tecnológico
- 10 Futura FATEC
- 11 Parque linear Rio Verde
- 12 Pátio de manobras do Metrô

Fonte: Prefeitura de São Paulo

13

© 2010 Accenture. Todos os direitos reservados.

Fonte: Accenture (2011, p. 13).

Figura 10. Imagem de satélite da Região de Itaquera em 2014



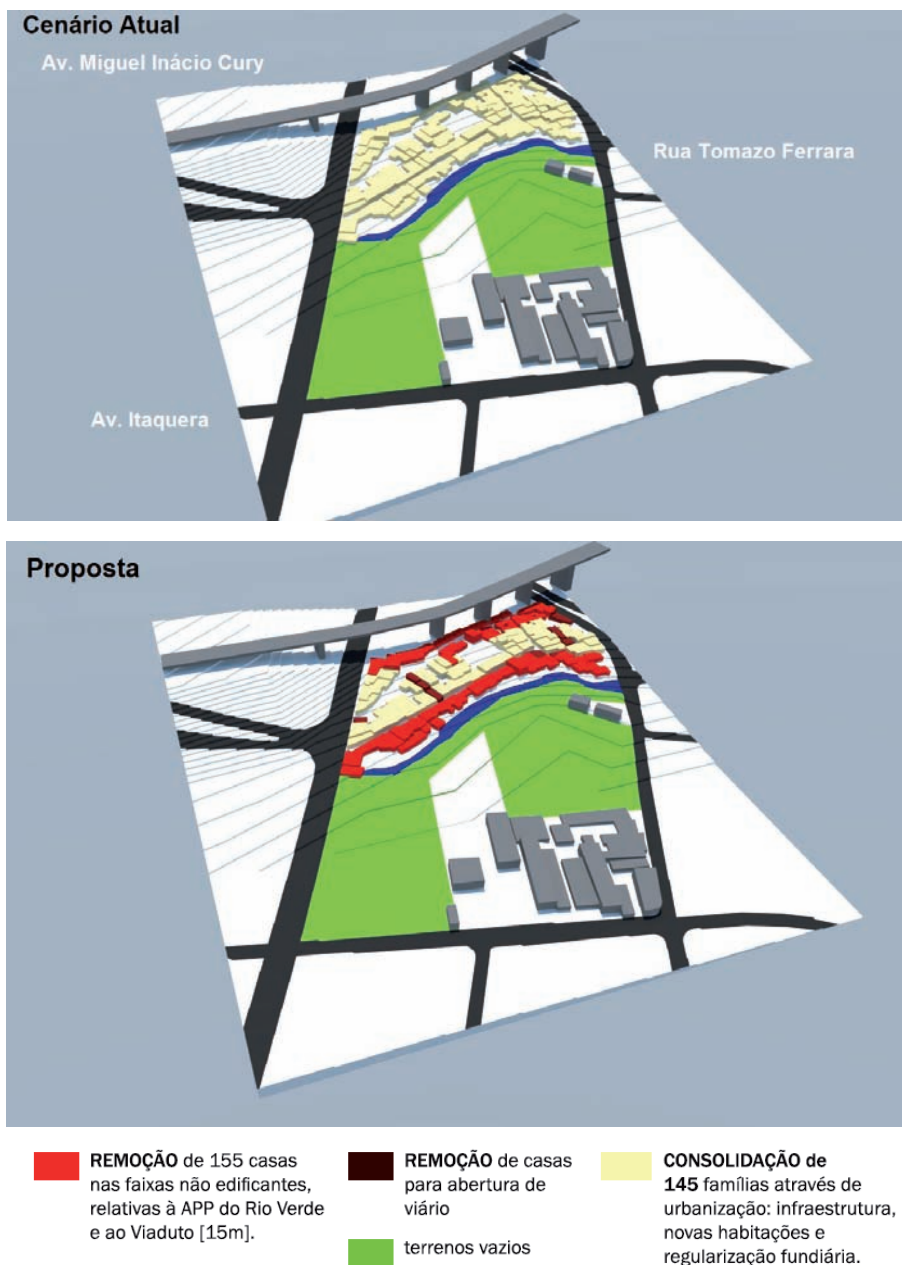
Fonte: Google Earth, 2014.

No ano de 2010, quando começou a corrida do desenvolvimento local a curto prazo em Itaquera, uma série de projetos de implantação física (um parque linear, transformação das vias e prédios destinados aos serviços públicos e privados) no Polo Institucional Itaquera foram levantados pela PMSP para desenvolver a ZL da capital até o início da Copa do Mundo; entretanto, muitos desses projetos não saíram até o início do Mundial de Seleções, por conta de uma série de fatores, dentre eles a falta de planejamento da prefeitura. No local onde, em 2012, se planejava construir o Parque Linear Rio Verde, parte do Polo Institucional de Itaquera, há uma favela – a Comunidade da Paz –, o que acabou se tornando um empecilho para sua instalação, em primeiro momento (para o poder público). Contudo, os moradores da Comunidade da Paz lutaram fortemente durante os anos pré-Copa para terem o direito à moradia e à cidade. Muitos residem nessa favela há anos – desde 1991 – e têm suas raízes culturais muito fortes com aquele espaço.

Os moradores da favela, auxiliados pela força dos movimentos sociais, fizeram um Plano Popular Alternativo para a Comunidade da Paz,¹¹ no qual apresentam à PMSP o projeto de urbanização e revitalização dessa área, também com o histórico da região e os direitos e deveres do Estado. Mostraremos um recorte do Plano Alternativo da Comunidade da Paz; neste visualizaremos a alternativa de uma reurbanização que os próprios moradores da favela propuseram para a PMSP.

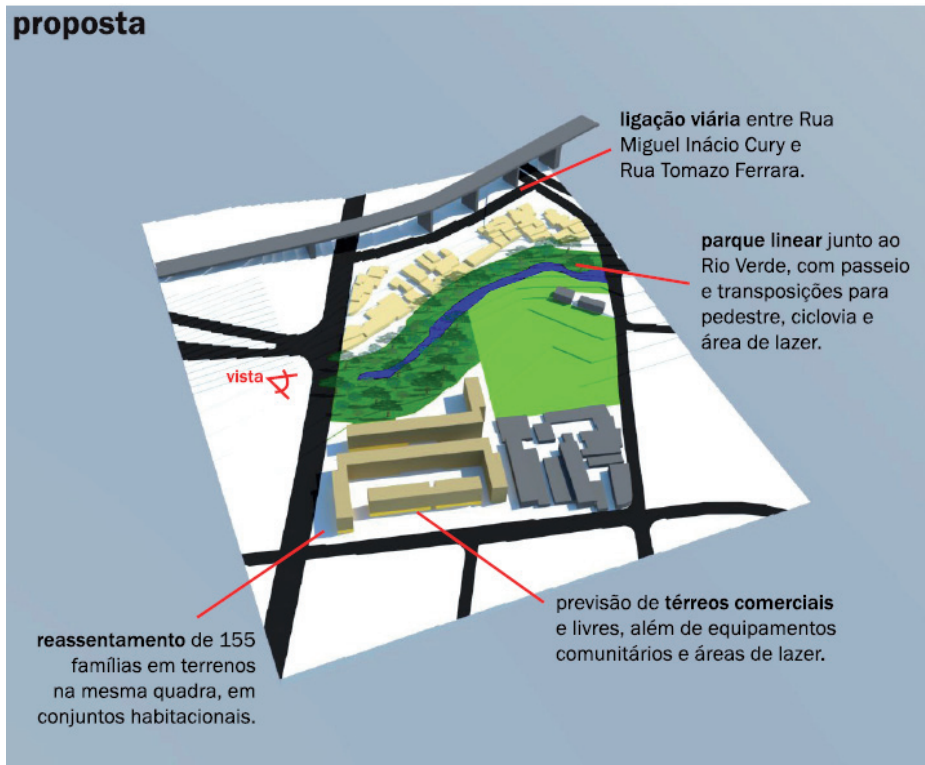
¹¹ O Plano Popular Alternativo para a Comunidade da Paz apresentado junto a Secretaria de Habitação da PMSP foi retirado do ar. Data de leitura do documento: 5 dez. 2013. Data de verificação da indisponibilidade: 2 dez. 2018.

Figura 11. Plano Alternativo da Comunidade da Paz – cenário atual da localidade da Comunidade da Paz e proposta de reurbanização



Fonte: Plano Alternativo para a Comunidade da Paz, 2012-2013.

Figura 12. Plano Alternativo da Comunidade da Paz – proposta final do projeto de reurbanização da área da favela



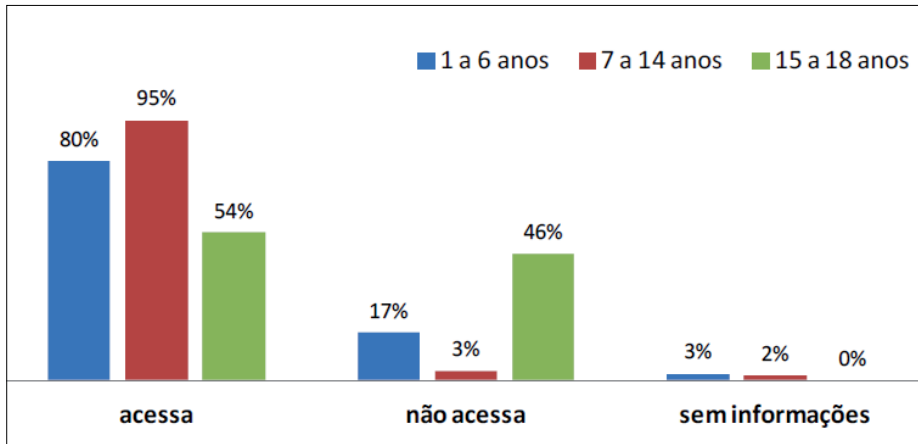
Fonte: Plano Alternativo para a Comunidade da Paz, 2012-2013.

Se a proposta feita pelos moradores fosse concretizada pela PMSP, o espaço atual seria mais otimizado, preservando o rio Verde com uma mata ciliar. Também haveria os blocos habitacionais novos, que supririam a demanda habitacional da favela, dando uma cara nova para o local e, o principal, as pessoas não seriam removidas de sua área de identidade. Desse modo, esses moradores continuariam a viver no mesmo bairro e não perderiam as raízes culturais e espaciais que os identificam com a região. O Plano Alternativo da Comunidade da Paz foi a solução que os moradores encontraram para lutar pelo seu espaço já habitado, uma vez que a PMSP tem como objetivo remover as famílias do seu local para construção do Parque Linear Rio Verde, o que deve ocorrer nos próximos anos.¹²

Agora vamos fazer uma caracterização da favela segundo o Plano Alternativo da Comunidade da Paz. A área em que a favela se encontra pertence à Cohab e nela residem 377 famílias. A infraestrutura de água, esgoto e energia elétrica é irregular. Os moradores também deparam com episódios de violência no local devido à disputa por território entre traficantes de drogas. Desde o surgimento da favela já houve incêndios com casos de mortes ocasionados por ligações clandestinas de energia. Atualmente existem barracos de madeira e casas de alvenaria no local. Os dados de renda *per capita* são: 61% dos residentes na favela vivem com 339 reais mensais, e 34% das pessoas que trabalham vivem com menos de 1 salário mínimo. Ali, 68% das famílias são chefiadas por mulheres. No âmbito da assistência social direta, 57% das famílias não têm acesso a nenhum programa e 43% tem acesso a algum tipo de assistencialismo, como Bolsa Família (140 reais), Renda Mínima (175 reais) e Renda Cidadã (339 reais). Foi constatado que 78% das famílias recorrem aos serviços de saúde pelo Sistema Único de Saúde (SUS), os atendimentos são feitos na Unidade Básica de Saúde (UBS) e na Assistência Médica Ambulatorial (AMA). Com relação ao setor educacional, 46% dos adolescentes e jovens não têm acesso a nenhuma unidade escolar devido à ausência de vagas – a Figura 13 mostra a situação do acesso aos equipamentos de educação e nas Figuras 14 e 15 temos as imagens mostrando a favela para ressaltar suas características.

¹² No momento em que o texto foi escrito, no ano de 2014, as famílias ainda não tinham sido removidas da área. Entre os anos de 2015 e 2017, 101 famílias foram removidas e realocadas com prioridade para outra área em Itaquera, Conjunto São Sebastião. As 276 famílias restantes foram cadastradas na Secretaria Municipal de Habitação para uma segunda etapa de realocação na região.

Figura 13. Acesso aos equipamentos de educação – Comunidade da Paz



Fonte: Plano Alternativo para a Comunidade da Paz, 2012-2013.

Figura 14. Panorâmica – Comunidade da Paz

Vista panorâmica da área - 2007
Futuro parque linear Rio Verde em 1º plano, favela da Paz e pátio do metrô



Fonte: São Paulo, 2012.

Figura 15. Favela – Comunidade da Paz



Fonte: Costa, 2012.

Percebe-se pela Figura 15 (ano de 2012) que a condição de saneamento da Comunidade da Paz estava muito precária, e que esse cenário degradante, além de poder trazer doenças para a população da favela, também está marcado na história de todos habitantes desse local. A falta de infraestrutura de saneamento para a favela está atrelada ao discurso e às leis de preservação ao meio ambiente. Contudo, desde 1991, quando a favela surgiu, a PMSP e o GESP não se preocuparam com as condições de saneamento dessa população, alegando que a área era irregular. A PMSP buscou a remoção da favela por intermédio do discurso da preservação ambiental e da criação do Parque Linear, argumentando, assim, que irá “higienizar a área”, tirando as famílias dessa situação precária – em outras palavras, “tirando os pobres do seu espaço”. Sabendo que as instâncias estatais só agem nesse tipo de espaço quando há algum interesse por fora, tanto na esfera política quanto na esfera econômica, esse interesse está atrelado à valorização da área para ação da especulação imobiliária, em principal.

A imagem que se têm da favela pela fotografia é a pobreza e a desigualdade social dentro do contexto urbano. A paisagem desse local é fruto do processo de usurpação

do Estado com essa população; no entanto, esta pouco tem influência política para mudar esse cenário, mas a luta de todos acontece cotidianamente para melhorias na infraestrutura e habitação de qualidade. Esse cenário da fotografia é um dos piores lugares que um ser humano pode viver, a conviver com ratos, baratas, insetos etc., os quais trazem consigo diversas doenças de contaminação. O processo de requalificação da área que deveria ter chegado para essa população ter uma melhor qualidade de vida não chegou, e ela ficou muitos anos à mercê do aparelho do Estado para saber qual será o seu destino e sua situação social: se continua na região ou se terá que sair da área. Ao final desse processo, entre os moradores da Comunidade e os órgãos estatais, o contrato firmado pela PMSP foi que essa população saísse da área atual e fosse alocada na própria região de Itaquera em conjuntos habitacionais nos anos seguintes, até 2017.¹³

O bairro de Itaquera, onde se localiza a antiga centralidade e a maioria das habitações dessa região, não teve grandes mudanças em si. O que aconteceu nessas localidades foram investimentos corriqueiros, como operação tapa-buraco, troca de lâmpadas para melhorar a iluminação pública, limpeza de boca de lobo e córrego, operação cata-entulho, manutenção nos jardins e áreas verdes, operação de podas de árvores, entre outras. Contudo, os investidores privados de alta escala não veem ainda uma transformação de fato nessa área para aplicar seu capital com retorno de lucro alto e rápido. Os investimentos que acontecem hoje na região estão no ramo imobiliário, devido à especulação imobiliária estar em alta ali. Assim, o lucro é garantido por meio das agências financiadoras, principalmente no setor habitacional.

A requalificação de parte da área de Itaquera será concretizada após a Copa do Mundo. Esse megaevento serviu para acelerar o processo de desenvolvimento da ZL; porém, esse desenvolvimento que tanto o Estado (todas as esferas) quanto a iniciativa privada buscam alcançar na região não é para todos: ele é segregacionista dentro da própria periferia. A segregação dessa requalificação começa com o valor de uso e troca do solo; além disso, o valor do consumo para sobreviver na região já sofre e sofrerá ainda mais o aumento dos preços das mercadorias, uma alta inflação devida à especulação. O espaço público dos parques e corredores verdes será aberto para todos, mas será que todos usufruirão desse espaço no cotidiano ou nas horas de lazer? A falta de investimentos em lazer na periferia é muito grande, os poucos lugares que existem

¹³ Esse contrato entre os moradores e a PMSP foi cumprido de acordo com o estabelecido originalmente.

são sempre muito lotados e muitas pessoas não desfrutam desses locais por conta da superlotação. Esses espaços, em vez de se tornarem lugares de lazer e descanso, acabam muitas vezes se tornando locais de desgaste físico e mental para várias pessoas.

A requalificação urbana é uma melhoria para uma parcela da sociedade, e não para todos. Assim sendo, a segregação pelo valor do consumo no espaço – segregação socioespacial – é o modo de desmembrar as classes sociais uma das outras no espaço urbano. No contexto urbano, ainda hoje encontramos, além da segregação social, a discriminação racial e regional, a qual ainda perdura pelo cotidiano da cidade. Essa discriminação não será resolvida com um projeto de requalificação urbana, e sim com investimento em educação e cultura. Somente dessa forma podemos ter uma sociedade mais justa, com menor disparidade entre as classes sociais.

As classes excluídas pelo sistema não têm, na prática, o direito à cidade, e esse direito não vem e nem surge sem a luta popular. É um dever de todos lutar por seus direitos, pensando sempre no coletivo e não apenas individualmente. Só assim poderemos ter uma cidade mais justa socialmente, que tenha educação e respeito pelo próximo, independentemente de sua origem, gênero, cor, etnia e religião. Dessa forma, poderemos conquistar igualdade entre todos, tanto nos direitos sociais quanto em relação aos equipamentos urbanos de qualidade para suprir as necessidades cotidianas de todos, principalmente das pessoas menos assistidas pelo Estado.

Segregação socioespacial e especulação imobiliária

*As grades do condomínio são pra trazer proteção,
Mas também trazem a dúvida se é você que está nessa prisão.*

Marcelo Yuka (O Rappa)

3.1 Da segregação socioespacial à produção imobiliária

Entendemos a segregação como processo de diferenciação socioespacial constituído historicamente e reconhecido como característica intrínseca das cidades contemporâneas, particularmente evidenciado nas metrópoles latino-americanas. A produção imobiliária diz respeito ao processo que abrange diferentes formas de produção¹ que operam simultaneamente com dinâmicas internas peculiares e entrelaçamentos entre elas responsáveis por um resultado global (Jaramillo, 1982: 150). Dentre essa diversidade de formas deter-nos-emos, principalmente sobre a forma de produção para mercado, reconhecendo seu papel determinante na lógica de produção das cidades contemporâneas. (RUFINO; PEREIRA, 2011, p. 65-66)

¹ “As formas de produção de construção da cidade corresponderiam a diferentes relações sociais de produção de espaço. Numa classificação das diferentes formas de produção, conforme Pereira (2004: p.1 9), teríamos: produção doméstica, produção por encomenda, produção para o mercado e produção estatal. [...]” (RUFINO; PEREIRA, 2011, p. 66, grifo dos autores).

A intensa fixação de São Paulo no processo de globalização, o grau de coordenação dos agentes envolvidos na produção do espaço e a veemência das dinâmicas imobiliárias fazem da cidade um objeto excepcional para o debate, na medida em que esses fatores propiciam de forma clara a análise da manifestação do predomínio da produção imobiliária sobre a transformação do espaço urbano como produto das transformações das relações sociais na indústria da construção, que já começam a ser compreendidas na generalidade das metrópoles latino-americanas (RUFINO; PEREIRA, 2011, p. 66).

Com o avanço dos sistemas de informação por meio das redes (CASTELLS, 1983), o fenômeno da globalização (SANTOS, 2003) atingiu os espaços ocupados, principalmente nas metrópoles. Esse avanço liga diretamente o processo de reestruturação socioeconômica do território brasileiro, em que o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008d) ocasionou a difusão dos fluxos e das transformações do espaço.

Rufino e Pereira (2011) constroem a ideia de que sob o marco dos processos de privatização e concessão de diversos segmentos do Estado, entre eles a “desregulação e abertura econômica [e] a reestruturação dos espaços metropolitanos passou a constituir um fenômeno onde fatores externos a metrópole e ao país tendem a avançar sobre fatores internos” (RUFINO; PEREIRA, 2001, p. 67), produzindo uma avaria de controle sobre os processos econômicos, sociais e territoriais que progridem nesses espaços urbanos (CICCOLELLA, 1999 apud RUFINO; PEREIRA, 2011, p. 67). A necessidade de novas dinâmicas urbanas indica, de certo modo, um princípio do envolvimento no processo de globalização, que irá eclodir da natureza e da amplitude da influência desse processo em cada realidade particular (MARCUSE; VAN KEMPEN, 2001 apud RUFINO; PEREIRA, 2011, p. 67).

De Mattos (2004, p. 190) faz a seguinte afirmação:

Sujeita a essas mudanças, a cidade da globalização é, acima de tudo, uma cidade polarizada e segregada. Isso porque a reestruturação e flexibilização de seus mercados de trabalho não foram capazes de atenuar as desigualdades sociais herdadas do período anterior e, em muitos casos, parecem aumentá-las. Assim, no cenário urbano emergente persiste – e na maior parte dos casos se acentua – uma polarização social associada à existência de amplos setores que não conseguem se inserir em mercados de trabalho estruturados em razão da competitividade, junto com outros grupos para os quais a acumulação de riqueza parece não ter limites; dessa maneira se impõe novas modalidades de

segregação e exclusão socioterritorial e os conflitos sociais tendem a se agravar de forma imprevisível. (DE MATTOS, 2004, p. 190)

A simultaneidade entre a ampla mobilidade de capitais internacionais e o caráter liberal das políticas de planejamento e gestão urbana acarretou um fortalecimento da produção imobiliária, processo que passa a surgir como um dos fatores decisórios na reestruturação destes espaços (RUFINO; PEREIRA, 2011, p. 68). Poderíamos endossar que o que está se concretizando é um tipo de configuração urbana que corresponde à zênite de uma ordem precisamente capitalista de produção ou reprodução urbana, em que a maximização da mais-valia urbana tem se confirmado como base urbanística medular. Nessa conjuntura, a cidade da globalização tem de ser entendida como produto que corresponde a esse caminho característico de modernização capitalista, na qual uma progressão marcada pela continuidade e pela mudança o que é novo está arriscando se juntar de forma conflituosa e contraditória à construção histórica que modulou e modula a identidade da metrópole (DE MATTOS, 2004, p. 191).

Após a mencionada introdução desse subcapítulo, iremos discorrer sobre a temática da “segregação”. Partiremos do conceito de segregação – classes sociais –, em seguida será desenvolvido o tema “produção imobiliária”, atribuindo a esta os temas da especulação e do financiamento imobiliário, e tentaremos levar essas discussões de segregação e produção imobiliária para a realidade de Itaquera, nosso objeto de estudo, a qual passa por um processo de transformação espacial acelerado.

A segregação residencial é um aparecimento espacial das classes sociais. Para entender melhor, é relevante saber como no capitalismo as classes sociais foram estruturadas. Corrêa (2005), de acordo com Marx, Paulantzas, Giddens e Harvey, argumenta que no capitalismo há três forças básicas que estruturam as classes sociais:

- (a) Uma força primária, básica, que vem das relações entre capital e trabalho, gerando uma estrutura dicotômica de classes: os detentores dos meios de produção e os que vendem sua força de trabalho.
- (b) Uma força residual, que é originada de formas pretéritas de organização social ou do contato de um modo de produção dominante e um subordinado. Traduz-se, por exemplo, na existência de uma aristocracia rural e de camponeses mais ou menos incorporados ao capitalismo.
- (c) Forças derivativas, que emergem devido às necessidades de preservar os processos de acumulação do capital através de inovações tecnológicas e controlar

as mudanças na organização social. Tais forças geram: (1) Fragmentação da classe capitalista e proletária devido à divisão do trabalho e especialização funcional; (2) Classes distintas de consumo visando a uma demanda variável e contínua; (3) Aparecimento de uma classe média burocrata, trabalhando na esfera do Estado e grandes empresas, devido à necessidade de organizar produção, circulação, distribuição e consumo; (4) Desvios de consciência de classe e projeção ideológica. Que é a da classe dominante, visando desviar a atenção dos problemas das relações capital-trabalho; (5) Controle sobre a mobilidade social através da criação de barreiras, visando evitar instabilidade social que mudanças no processo de produção, troca, comunicações e consumo poderiam produzir. (CORRÊA, 2005, p. 61-62)

No alcance em que essas forças atuam profundamente e durante um extenso período, causam uma acentuada fragmentação da estrutura social, ao mesmo tempo em que se constata um crescente agrupamento de atividades e população na cidade. “Da localização diferenciada no espaço urbano destas classes sociais fragmentadas, emerge a segregação residencial da cidade capitalista” (CORRÊA, 2005, p. 62).

“Mas como se verifica o rebatimento no espaço das classes sociais fragmentadas?” (CORRÊA, 2005, p. 62). O autor averigua, sobretudo, o diferencial da envergadura que cada grupo social tem de pagar pela residência que ocupa na cidade, a qual proporciona particularidades diferentes no que alude ao tipo e à localização. Resumindo, as áreas sociais derivam das várias soluções que as classes sociais e suas frações acharam para extinguir os problemas de *como e onde morar*. Mas essas soluções não resultam de uma conduta autônoma por parte das classes sociais vistas enquanto consumidoras (CORRÊA, 2005, p. 62).

Para compreender melhor o assunto do *como morar*, é preciso que se entenda o problema da produção da habitação. Refere-se a uma mercadoria especial, tendo valor de uso e de troca, o que faz dela uma mercadoria sujeita às estruturas de mercado. Seu caráter especial surge no alcance em que depende de outra mercadoria especial – a terra urbana –, da qual a produção é lenta, artesanal e cara, excluindo uma parcela significativa, aliás, a maior parte, da população de seu acesso, acatando apenas a uma pequena demanda solvável (CORRÊA, 2005, p. 62-63).

“A intervenção do Estado, quer direta, quer indiretamente, se torna necessária” (CORRÊA, 2005, p. 63). Indiretamente, por meio do financiamento aos consumidores e às empresas construtoras, expandindo a demanda solvável e proporcionando o processo de acumulação do capital; diretamente, por meio da construção, pelo

próprio Estado, de habitações. A sublocação de residências deterioradas, pútridas ou arruinadas constitui-se outra alternativa ao *como morar* por parte daqueles que não conseguem introduzir-se no mercado capitalista de habitação; demais alternativas fazem referência à autoconstrução na periferia urbana e outra, ainda, à construção de barracos – de madeira, lona, bambu e, alguns casos, até de alvenaria – em favelas pelos próprios moradores (CORRÊA, 2005, p. 63).

No que concerne ao *onde morar*, é necessário lembrar que existe um diferencial espacial na localização de residências no que tange aos termos de conforto e qualidade. A diferença está em primeiro lugar no que diz respeito ao preço da terra – que é função da renda esperada –, que diferencia em função da acessibilidade e das amenidades. Os terrenos de maior preço e com localização melhor em relação à infraestrutura da cidade serão utilizados para as melhores residências, atendendo à demanda solvável, às classes sociais com maior poder aquisitivo. Os terrenos com menores preços, pior localizados e sem infraestrutura local serão utilizados na construção de residências inferiores – barracos, casas e apartamentos populares –, a serem habitadas pelos que dispõem de menor renda ou aqueles sem renda (CORRÊA, 2005, p. 63).

Corrêa (2005, p. 63, grifos do autor) diz sobre a uniformidade social interna da cidade:

O *como* e o *onde* se fundem, dando origem a áreas que tendem a ser uniformes internamente em termos de renda, padrões culturais, valores e, sobretudo, tem termos dos papéis a serem cumpridos na sociedade pelos seus habitantes. Esta tendência se afirma de modo mais marcante nos extremos da sociedade, isto é, nos grupos mais elevados e mais baixos da sociedade.

Lefebvre (1999b, p. 139, grifos do autor) relata que existem diversos tipos de urbanismo, no qual cada um vem com um propósito no espaço urbano:

Existem diversos urbanismos, o dos humanistas, o dos promotores imobiliários, o do Estado e dos tecnocratas. Os primeiros propõem utopias abstratas; os segundos vendem o urbanismo, ou seja, felicidade, “estilo de vida”, “*status*”; quanto aos últimos, sua atividade, assim como a do Estado, dissocia-se em vontade e representação, em instituições e ideologias. As pressões simultaneamente exercidas pelos dois aspectos do urbanismo estatista em nada lhe conferem o caráter unitário e a organização coerente que ele próprio se atribui.

Poder-se-á objetivar: “sem os urbanistas seria o caos”. Ora, exatamente, é o caos, sob uma ordem imposta.

Refletindo sobre a citação de Lefebvre (1999b), pensamos que o urbanismo imposto hoje nas cidades, tanto o promovido pelos agentes imobiliários quanto pelo Estado, é, de fato, não imposto para suprir as necessidades da falta de moradia, mas sim para gerar a especulação, a acumulação do capital – superlucro – e a segregação, indiretamente gerando a exploração da mão de obra e o endividamento da população, fazendo com que as pessoas se tornem “escravas” de sua moradia, por terem que dispor de uma parte grande da renda mensal familiar apenas com o pagamento da habitação.

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, capítulo II “Dos direitos sociais, art. 6º, está claro: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988). Porém, o direito à moradia que a lei garante para o brasileiro não é colocada em prática pelo Estado. A moradia é o principal setor de desenvolvimento social; sem ela, o indivíduo fica à mercê da vida, jogado na rua, desamparado socialmente, enfrentando no seu cotidiano as condições climáticas atacando seu corpo assiduamente, sem proteção, acarretando inúmeros tipos de doença, além da violência urbana por parte de civis sobre os que vivem desamparados e precisando de ajuda social, e por parte do Estado, com a PM e os guardas municipais e metropolitanos, que usam sua “autoridade” para oprimir e reprimir, usando de violência, o mais fraco. O Estado brasileiro não garante os direitos do cidadão e ainda oprime o que luta por eles. O Estado garante o interesse da classe burguesa para a produção do capital, ferindo o direito de qualquer indivíduo, se for necessário.

Santos (2008c, p. 233) reforça nossos pensamentos sobre a ação das sociedades no território:

A ação das sociedades territoriais é condicionada no interior de um dado território por: a) o modo de produção dominante à escala do sistema internacional, sejam quais forem as combinações concretas; b) o sistema político, responsável pelas formas particulares de impacto do modo de produção; c) mas também pelos impactos dos modos de produção precedentes e dos momentos precedentes ao modo de produção atual.

Partiremos agora para outra discussão que está ligada diretamente à segregação: a produção imobiliária. A produção imobiliária na última década aumentou exorbitantemente devido à abertura de crédito imobiliário. Essa abertura se deu por intermédio dos bancos (financiadores), que por sua vez formam um dos setores que mais lucrou no Brasil nesse período, juntamente com as construtoras. Para compreender melhor a produção imobiliária, iremos fazer uma análise sobre a *especulação*, segundo Santos (2009), e uma breve contextualização sobre o financiamento imobiliário e o endividamento, segundo Costa (2012). Em seguida, partiremos para abordagem da produção imobiliária atual e colocaremos nosso estudo de caso em xeque.

Para entender a especulação hoje, vamos fazer um breve histórico do modelo de urbanização da cidade de São Paulo, segundo Santos (2009). São Paulo teve, a partir do ano de 1964, a presença do Banco Nacional de Habitação (BNH), que foi responsável pelo acesso da classe trabalhadora com baixos salários à propriedade e à terra. Mas houve muitas críticas a esse modelo de desenvolvimento urbano imposto pelo BNH, uma delas trazida pela arquiteta Miranda M. Magnoli que, em sua tese de 1982, faz referência à sua total desarticulação:

As soluções por unidade plurifamiliares são sempre estereotipadas em blocos rígidos, desarticulados entre si, desarticulados com o entorno, desarticulados com o suporte. Esquemas repetitivos, despersonalizados, anônimos, sem qualquer justificativa sequer de sistema construtivo. (MAGNOLI, 1982, p. 78 apud SANTOS, 2009, p. 37)

Segundo Santos (2009), o modelo desenvolvido pelo BNH também foi desarticulador da cidade como um todo. *A posteriori*, a escolha das terras para edificação dos conjuntos habitacionais teve um critério principal, que foi o distanciamento das moradias construídas em relação ao centro que praticamente se concebeu em quase todos os casos – a periferia. Como São Paulo tem um modelo de expansão radial, esses conjuntos habitacionais foram construídos nos extremos periféricos da cidade, deixando espaços vazios nos interstícios e abrindo campo à especulação fundiária. A posição periférica dos conjuntos residenciais convém como justificativa à instalação de serviços públicos ou à sua demanda.

É dessa forma que se criam na cidade as infraestruturas, que Manoel Lemes (1986 apud SANTOS, 2009) chama de “extensores” urbanos, como a adução de água, os esgotos, o calçamento, o asfaltamento, a eletricidade, entre outras coisas que, simultaneamente, revalorizam variavelmente os terrenos, impõem crescimento maior à

malha urbana e, mediante o papel da especulação, garantem a permanência de espaços vazios. Como estes ficaram à espera de novas valorizações, as extensões urbanas reclamadas pela força da demanda vão sempre se dar em áreas periféricas. O processo de crescimento urbano tornou-se, assim, um alimentador da especulação, a inversão pública colaborando para acelerar o processo (SANTOS, 2009, p. 37).

Regina Célia dos Santos (1986, p. 71-72) diz sobre as vítimas desse processo, os pobres, que podemos chamar de processo da cidade como mercadoria:

Num determinado momento, para as classes trabalhadoras, as transformações revelando-se em melhoramentos, benfeitorias proporcionadoras de melhores condições de vida, são aceitas com euforia. Sempre há os que permanecem reticentes, preocupados em face da expectativa de aumento nos impostos e taxas a serem pagos. [...] Qualquer investimento realizado implica maior valorização do espaço, em geral muito acima do que a parcela mais explorada da classe trabalhadora pode pagar. Ela é então expulsa para as áreas menos valorizadas, as quais, mais cedo ou mais tarde, também serão alcançadas pelas versões capitalistas e daí nova expulsão... Assim, a cidade vai sempre expandindo, incorporando novas áreas e sempre segregando os seus moradores de acordo com a estratificação social.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1978, p. 77-78) descreve o processo de urbanização em São Paulo:

Numa rápida visão do processo que envolve os loteamentos na cidade de São Paulo, observamos que, não é de todo comum os grandes investidores do mercado imobiliário (de terras) estarem à frente dos loteamentos. Via de regra, opta-se por uma empresa imobiliária que “administra o loteamento”. [O primeiro passo é superar os trâmites burocráticos], o segundo passo é colocar apenas parte da gleba loteada à venda (a oferta de lotes deve ser, sempre que possível, inferior à procura). [...] Instalados os serviços básicos (padaria, farmácia, botequins, mercearias, linha de ônibus, etc.), é chegada a hora de colocar novas áreas à venda, obviamente por um preço superior às primeiras, a “melhoria” da localização permitindo dessa vez, aumentar a renda diferencial e, conseqüentemente, aumentar a renda fundiária auferida pelo proprietário do solo. E assim vai até o final das últimas áreas ou lotes, levando à evolução dos preços das áreas melhor localizadas, numa espiral que sobe vertiginosamente.

Partiremos agora para uma análise do financiamento imobiliário e o endividamento das famílias. Costa (2012) cita Fernando Torres (2012) sobre alguns dados do mercado imobiliário. A renda média do trabalho do brasileiro subiu 43% entre 2007 e 2011, porém o valor médio dos financiamentos de compra de imóveis feitos pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH) aumentou 83%. No ano de 2007, o empréstimo médio cedido pelo SFH era de R\$ 82 mil, pagando inicialmente na parcela 42% da renda de um casal de classe média, considerando o prazo de 30 anos. Em 2011, o financiamento médio pelo SFH atingiu R\$ 150 mil, com parcelas iniciais de 52% da renda do casal de classe média, considerando o prazo de 35 anos.

Costa (2012) diz que “na avaliação dos bancos, a parcela do financiamento não deve ultrapassar 30% da renda disponível do casal (ou das pessoas que compuserem a renda)”. Ele mostra alguns dados do setor imobiliário dizendo que, em 2007, o casal ou a família precisava ter uma renda disponível de R\$ 3.163,00 mensais para fazer um financiamento imobiliário; já no ano de 2011, esse valor subiu para R\$ 5.640,00 por mês. Esses dados mostram que o acesso ao financiamento imobiliário não é para todas as camadas sociais e quem consegue compromete mais de 50% da renda mensal em habitação. A Caixa Econômica Federal tenta amenizar esses valores para aquisição do imóvel com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com leve queda na taxa de juros, quase insignificante pelo valor que já é ganho com o lucro do financiamento. Costa (2012) diz “no Brasil, com a má distribuição de renda, o preço médio do imóvel financiado pelo SFH equivalia a 10,5 vezes a renda média anual do brasileiro em 2007”. Em 2011, esse índice subiu para 12,1 vezes.

Percebe-se que mesmo com a abertura do crédito imobiliário, o indivíduo de classe média que consegue fazer um financiamento de imóvel passa dificuldades para conseguir pagar essa dívida imobiliária, pelo fato de haver outros gastos que são prioritários para a sobrevivência do ser, como água, esgoto, luz, gás, transporte, saúde, vestimenta e alimentação, entre outras coisas. A classe pobre não tem condições de comprar um imóvel atualmente nas condições impostas pelo mercado e nas configurações metropolitanas de São Paulo, pelo alto valor da renda que é necessário ter para fazer o financiamento e devido à supervalorização dos imóveis no mercado, segregando cada vez mais a população. A saída de muitos para essa situação é ocupar áreas urbanas vazias, terrenos, prédios antigos, casas abandonadas etc. Mesmo assim, uma grande parte das pessoas acaba vivendo em condições sub-humanas, sendo excluídas do sistema muitas vezes.

Lefebvre (1999a, p. 163-164) deixa clara a relação do setor imobiliário com o espaço:

O setor imobiliário se torna tardiamente, mas de maneira cada vez mais nítida, um setor subordinado ao grande capitalismo, ocupado por suas empresas (industriais, comerciais, bancárias), com uma rentabilidade cuidadosamente organizada sob a cobertura da organização do território. O processo que subordina as forças produtivas ao capitalismo se reproduz aqui, visando à subordinação do espaço que entra no mercado para investimento dos capitais, isto é, simultaneamente o lucro e a reprodução das relações de produção capitalistas. Os lucros são imensos e a lei (tendencial) de queda da taxa de lucro médio é muito eficazmente bloqueada.

Pereira (2005) diz sobre o modelo de urbanização latino-americano, centro-periferia, que foi a marca registrada do processo de urbanização das metrópoles no século XX. Porém ele ressalta que esse modelo está ultrapassado e que o novo modelo de urbanização está fragmentado pelo tecido urbano de modo mais intensivo, a verticalidade.

A cidade que na verdade é um resultado sócio-espacial de uma produção coletiva precisaria ser compreendida em sua totalidade. Se o modelo centro-periferia consagrou a interpretação dualista na análise da urbanização, as interpretações atuais sobre a metrópole entendem a diversidade da dinâmica imobiliária e da produção da cidade como fragmentos. A antiga dualização do modelo centro-periferia se traveste em fragmentação produzindo múltiplos centros e periferias. Num caso e no outro, reitera-se ausência de unidade e falta de articulação entre as partes. (PEREIRA, 2005, p. 6)

Avaliamos que a soma dessas transformações urbanas explana a intensificação da ação das grandes incorporadoras nas áreas periféricas, trocando agentes clássicos da produção, acarretando o deslocamento das classes médias que não conseguem mais anuir à propriedade privada nas áreas mais centrais e “intensificando a ocupação do território através de produtos com novos formatos e novas estratégias de financiamento e marketing” (RUFINO; PEREIRA, 2011, p. 80).

Essa produção imobiliária tem uma função crucial na organização socioespacial da cidade, apropriando-se de um modelo histórico de segregação e inovando-se de acordo com o mercado para obter redução de custos e, simultaneamente, mais

lucro por meio da intensificação de uso em terrenos baratos. Concomitantemente, a produção imobiliária atua de maneira conflitante na reversão, até mesmo simbólica, do ideário de periferia. Assim, promove a valorização por meio do marketing imobiliário na ressignificação dos valores, dos bairros periféricos e das áreas desvalorizadas.

Os promotores tentam conceber o espaço e as propagandas de vendas mostram ao comprador uma representação do espaço urbano que não se baseia no mundo real. Mapas com vias rápidas, serviços e amenidades são usados nessas propagandas, traduzindo uma alteração do espaço vivido. Eles desenvolvem condomínios fechados verticalizados, com muros grandes, cercas elétricas, segurança privada, aplicando o discurso da “segurança do lugar” em seu marketing, uma vez que o discurso da violência urbana é imposto pela grande mídia de rádio, televisão e internet, manejando o cidadão a buscar um local “privilegiado” no quesito segurança da família. Padronizam o local – fisicamente e socialmente – e reduzem as áreas privativas a dadivosas áreas livres com equipamentos de lazer. Esses condomínios muitas vezes não têm relações com seu lugar e transformam esses espaços, na maioria das ocasiões, em um novo fragmento urbano. O resultado das estratégias do marketing imobiliário no mercado residencial é a intensificação da valorização imobiliária e a redefinição do crescimento urbano (RUFINO; PEREIRA, 2011, p. 80-81).

São Paulo, não está mais definindo o seu crescimento pela franja, ou seja, pela incorporação de áreas, cada vez, mais distantes e precárias. Isso, não quer dizer que a dinâmica extensiva deixou de acontecer, mas que essa dinâmica deixou de ser definidora do crescimento urbano. Agora esse crescimento é definido, de outra maneira, pela dinâmica da produção imobiliária intensiva que se manifesta como uma nova lógica de crescimento, que intimamente se subordina a metropolização dos espaços: um urbanismo sem urbanização. (PEREIRA, 2005, p. 8)

O crescimento urbano está sendo redefinido visivelmente a partir dos novos artefatos imobiliários que remodelam o *ver* da paisagem urbana e dos megaprojetos, que são os dominantes na definição de novas relações de apropriação do espaço (RUFINO; PEREIRA, 2011, p. 81).

A propagação da lógica da produção imobiliária hegemônica encontrará uma estrutura marcada por contestações, que tende a se tornar ainda mais desigual e mais segregada no espaço urbano, porque “a ação da produção imobiliária de mercado

ao subordinar o espaço não tende a uniformizar a organização socioespacial, mas a diferenciá-la ainda mais” (RUFINO; PEREIRA, 2011, p. 81).

Ao fazer uma análise crítica do sistema, percebemos que a desigualdade acontece porque parte da rentabilidade do setor imobiliário é alcançada a partir da “apropriação da estrutura de segregação historicamente herdada e da ampliação da valorização imobiliária dessa estrutura, que se dá pela redefinição da segregação com elevação do gradiente de preços” (RUFINO; PEREIRA, 2011, p. 81). As disparidades entre as áreas centrais e as periféricas continuarão existindo, mas se multiplicarão e serão redefinidas, proporcionando fragmentações no espaço urbano. Assim, adequando os grupos sociais a uma melhor aproximação das atividades urbanas, por vezes, pela falta de infraestrutura em alguns lugares, o distanciamento dessas atividades é inevitável (RUFINO; PEREIRA, 2011, p. 81).

Partindo para o nosso estudo de caso, Itaquera não é diferente do restante da cidade. Nessa região encontramos todas as características até aqui citadas no texto. É uma área onde se encontram *vazios urbanos* esperando o momento certo para se especular de forma mais devastadora. Alguns vazios já estão sendo ocupados para valorizar outras áreas ainda não ocupadas. Contudo, o processo segregacionista do mercado imobiliário mantém-se de forma a usurpar a renda das famílias e do cidadão que paga aluguel ou que paga a prestação de seu imóvel financiado.

O legado da Copa do Mundo, juntamente com a produção imobiliária em Itaquera, fez com que o processo de segregação no bairro aumentasse de forma exorbitante. Os moradores pobres da região, da qual parte são analfabetos funcionais, que têm empregos pouco valorizados no mercado de trabalho, tais como auxiliar de serviços gerais, auxiliar de limpeza, auxiliar de cozinha, entre outros, foram e estão sendo excluídos de seu território pelo poder do capital, não apenas pelo alto valor de se habitar, mas também pelo aumento do custo de vida na região. A maioria dessas pessoas não tem forças para lutar contra os preços inflacionados no território, atrelados ao sistema capitalista vigente e imposto pelo mercado. Dessa forma, preferem migrar para áreas mais distantes e periféricas da metrópole, onde o custo de vida é mais baixo. Para maioria, o prato de comida na mesa da família é mais importante do que o local da moradia.

Muitas pessoas que passam por essa segregação urbana, imposta pelo mercado imobiliário e pelo Estado, se engajam nos movimentos sociais de luta pela moradia e buscam o direito à cidade por meio da luta por habitação, com ocupações em áreas vazias, ocupação de prédios vazios, manifestações, organização social, dentre outras

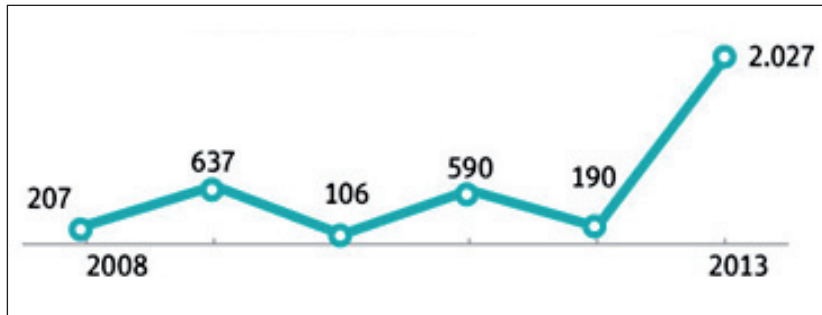
atividades. No Capítulo 4 será exposta com mais detalhes a atuação dos movimentos de resistência em Itaquera, assunto que será tratado como uma *rugosidade urbana* (SANTOS, 2006; 2008c) no sistema capitalista.

3.2 A produção do espaço urbano: os novos projetos de capitalização do espaço e a nova configuração socioespacial de Itaquera

Nesta parte do capítulo, mostraremos os dados quantitativos dos novos projetos privados de capitalização do espaço. Esses dados expõem a configuração territorial que Itaquera vive atualmente. Durante a pesquisa, buscamos diretamente as informações na fonte primária, porém não obtivemos sucesso em alguns deles. Portanto, alguns dados que serão expostos são de fontes secundárias.

Durante a amostra dos dados será feita uma análise geográfica espacial no sentido de mostrar o quanto a região de Itaquera se transformou nos últimos anos. Serão expostos índices imobiliários da soma de unidades verticais e horizontais lançadas ou que estão para ser lançadas no período de 2008 até 2014, empreendimentos que foram aprovados pela PMSP. Mostraremos um mapa da região de Itaquera com a localização dos novos projetos imobiliários. Em seguida, traremos os dados de valorização do metro quadrado dos imóveis residenciais em Itaquera, com dados de venda e aluguel de apartamentos e casas nessa região e da cidade de São Paulo, fazendo uma análise comparativa dos valores.

Vamos começar pelos dados dos imóveis lançados no momento da pesquisa ou que estavam para ser lançados no período entre 2008 e 2013. Em seguida, faremos uma análise geográfica sobre os dados.

Figura 16. Soma das unidades verticais e horizontais aprovadas pela PMSP²

Fonte: Vasques, 2013a.

A Figura 16 da matéria jornalística intitulada “Palco da Copa, Itaquera vira aposta das incorporadoras”, realizada por Daniel Vasques (2013a), nos traz o tamanho da proporção dos investimentos realizados nos últimos dois anos que antecederam a Copa do Mundo. Em outra matéria de Daniel Vasques (2013b), intitulada “Construtoras seguram lançamentos em Itaquera para vender mais caro”, concluindo que houve uma jogada estratégica das construtoras em Itaquera, ele releva por outras palavras que as construtoras estão segurando os lançamentos na região, esperando valorizar mais o solo urbano, no âmbito de lançar ali apartamentos de alto padrão. Dessa forma, percebemos que uma nova configuração do padrão econômico e social da região está em formação.

As áreas dos vazios urbanos em Itaquera atualmente são de grandes incorporadoras/construtoras, são elas os grandes agentes imobiliários que dominam e controlam em sua grande maioria o setor de moradia, tanto em Itaquera quanto na cidade de São Paulo. Essas grandes incorporadoras/construtoras possuem contratos e acordos com os governos federal, estadual e municipal; por conseguinte, sua intenção na cidade é explorar o espaço da melhor forma possível, visando ao lucro, ganhando isenção de impostos e benfeitorias para “desenvolver” a cidade, em que, na verdade, há uma aliança política por trás de tudo isso. A incorporadora/construtora financia campanhas eleitorais para diversos candidatos e, em contrapartida, esses candidatos beneficiam os seus financiadores de campanha. A formação política brasileira está atrelada ao poder econômico; dessa forma, sempre haverá políticas de desenvolvimento beneficiando os

² Os dados de lançamentos das unidades do ano de 2013 foram aprovados pela PMSP; nem todos foram lançados, as incorporadoras esperam por uma maior valorização (VASQUES, 2013a).

grandes agentes econômicos que atuam na cidade, principalmente os bancos – financiadores das grandes obras – e as incorporadoras/construtoras.

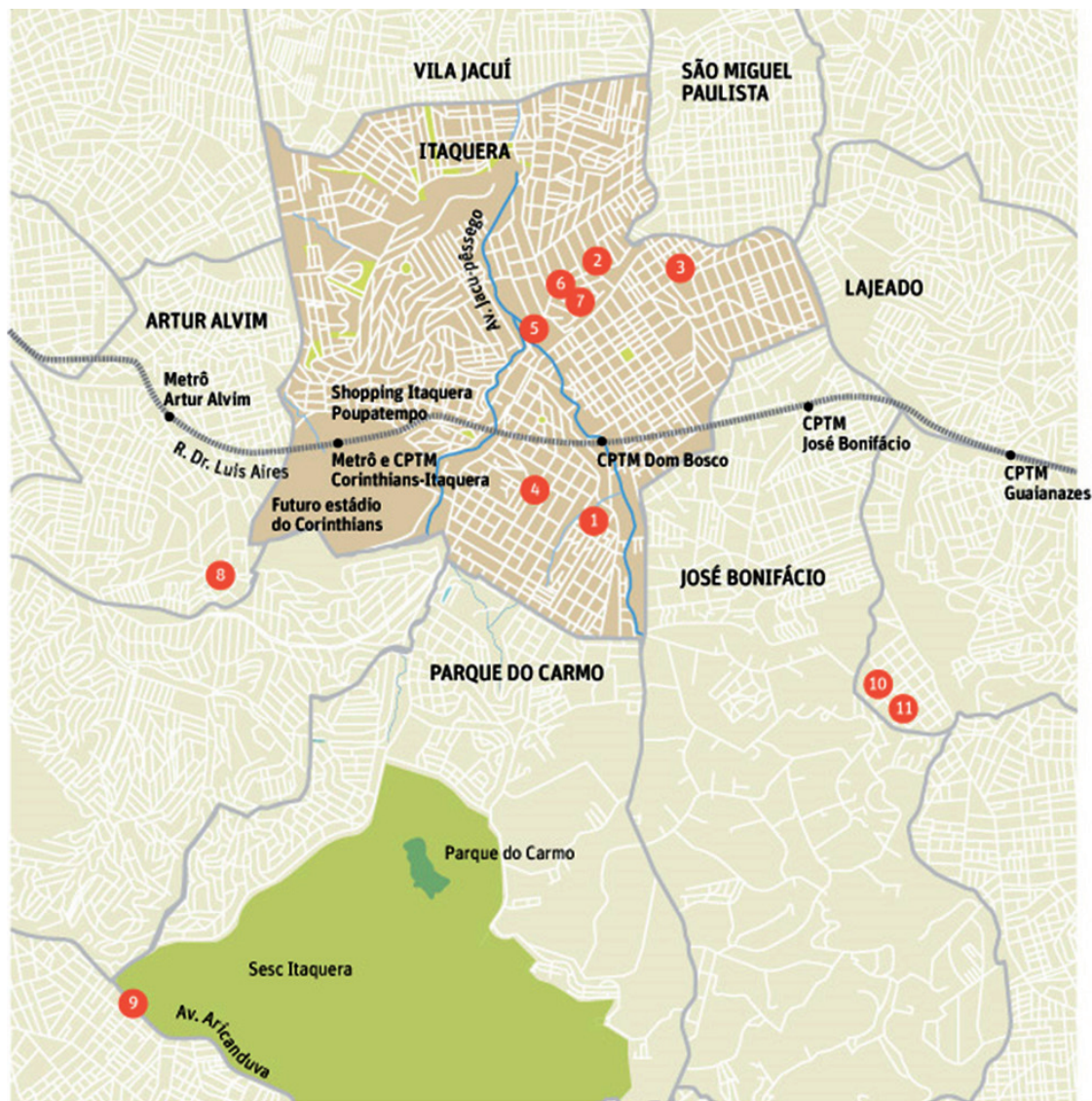
Pensar a questão da habitação no espaço urbano, na perspectiva econômica capitalista, é algo que vai contra todas as políticas sociais, pelo fato de que os agentes imobiliários usurpam o espaço, supervalorizando o uso do solo urbano para habitá-lo. Com isso, milhares de pessoas ficam à mercê do mercado imobiliário e acabam ficando sem uma habitação por não ter condições de comprar ou pagar um aluguel. O lucro para os agentes imobiliários está acima de tudo e não há uma política social desses agentes. Existem alguns planos governamentais que amenizam esse grande impacto do mercado no espaço urbano, porém essas políticas são apenas as migalhas que o sistema capitalista deixa para a população pobre.

O projeto do Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, foi um avanço nas políticas sociais para sanar a questão da habitação no Brasil. Por outro lado, as incorporadoras/construtoras usam desse incentivo governamental para obter grandes lucros com a construção de imóveis. O controle dos preços dos imóveis no Brasil fica à mercê da oferta e da procura de cada lugar, é a lei do mercado. Respectivamente, percebemos que não houve avanços na questão do controle de mercado pelo Estado, a especulação imobiliária se apropria do espaço urbano de forma a reger o controle social e econômico de cada lugar.

A maioria dos imóveis em Itaquera do Programa Minha Casa, Minha Vida não fica de fora desse contexto: são feitos com materiais de baixo valor, inferiores, assim o imóvel sai mais barato para a incorporadora/construtora e o lucro sempre será alto. Para as incorporadoras/construtoras não importa a qualidade do imóvel, se irá durar 10 ou 50 anos, o que importa é o lucro imediato com a venda da moradia pronta. Para o mercado, a construção de casas com materiais de baixa resistência é melhor, porque assim os imóveis sempre precisarão de reformas, e estas alimentarão o mercado da construção civil, reproduzindo sempre o capital nesse ramo.

Daniel Vasques (2013b) em sua reportagem traz os dados dos empreendimentos imobiliários já aprovados pela PMSP em 2013 e o mapa com a localização deles no bairro de Itaquera.

Figura 17: Mapa dos novos empreendimentos imobiliários em Itaquera



Fonte: Vasques, 2013b.

Legenda dos empreendimentos imobiliários de acordo com mapa:

1. **Ello Home Club:** 400 unidades de 44 m² e 45 m²; lançado em abril de 2013; m² a partir de R\$ 4.200.
2. **Viseu:** 95 unidades de 50 m²; lançado em março de 2013; m² a partir de R\$ 4.000.
3. **Camuri:** 63 unidades de 50 m²; lançado em março de 2013; m² a partir de R\$ 4.000.
4. **Zeus:** 56 unidades de 50 m²; lançado abril em 2013; m² a partir de R\$ 4.000.
5. **Belvedere:** 54 unidades de 52 m²; lançado em fevereiro de 2013; m² de R\$ 4.000 a R\$ 5.000.
6. **Ônix:** 54 unidades de 52 m²; lançado em abril de 2013; m² de R\$ 4.000 a R\$ 5.000.
7. **Agrimensor Sugaya:** 552 unidades de 45 m² a 55 m²; lançado em novembro de 2013; m² de R\$ 4.500 a R\$ 5.000.
8. **Frimais:** 700 unidades de 44 m²; preço e data de lançamento não definidos.
9. **Flores do Parque do Carmo:** 673 unidades de 45 m² a 94 m²; lançado em março de 2013; m² em torno de R\$ 4.400.
10. **Parque Saint Dimas:** 280 unidades de 45 m²; preço e data de lançamento não definidos.
11. **Parque Saint John:** 280 unidades de 45 m²; preço e data de lançamento não definidos.

Os imóveis construídos em Itaquera ainda não são de alto padrão, os que estão sendo lançados são de classe média baixa. São eles os prédios com pouca infraestrutura no condomínio, construídos com materiais mais baratos; o tamanho dos apartamentos é pequeno. Na sua grande maioria, são apartamentos que têm em média 50 m², tamanho considerado médio para o mercado imobiliário, mas pequeno para uma família que se compõe de quatro pessoas ou mais. As incorporadoras/construtoras aguardam ainda mais investimentos em infraestrutura no bairro por parte do Estado (nesse caso, em todas as esferas, em principal a municipal), assim o preço da terra irá subir valorizando mais o espaço, conseqüentemente segregando ainda mais. Dessa forma, vem na contramão dos nossos pensamentos o discurso do mercado capitalista da habitação que é implantado na sociedade e direciona que “haverá um espaço mais qualificado em Itaquera” para as pessoas que necessitam de um melhor padrão de vida. O poder do discurso, assim, fica relacionado diretamente à propaganda/marketing e ao valor da terra.

Não há ainda no Brasil uma lei que controle o mercado imobiliário de habitação, uma lei do inquilinato. A única regulação do mercado é a lei da oferta e da procura, o

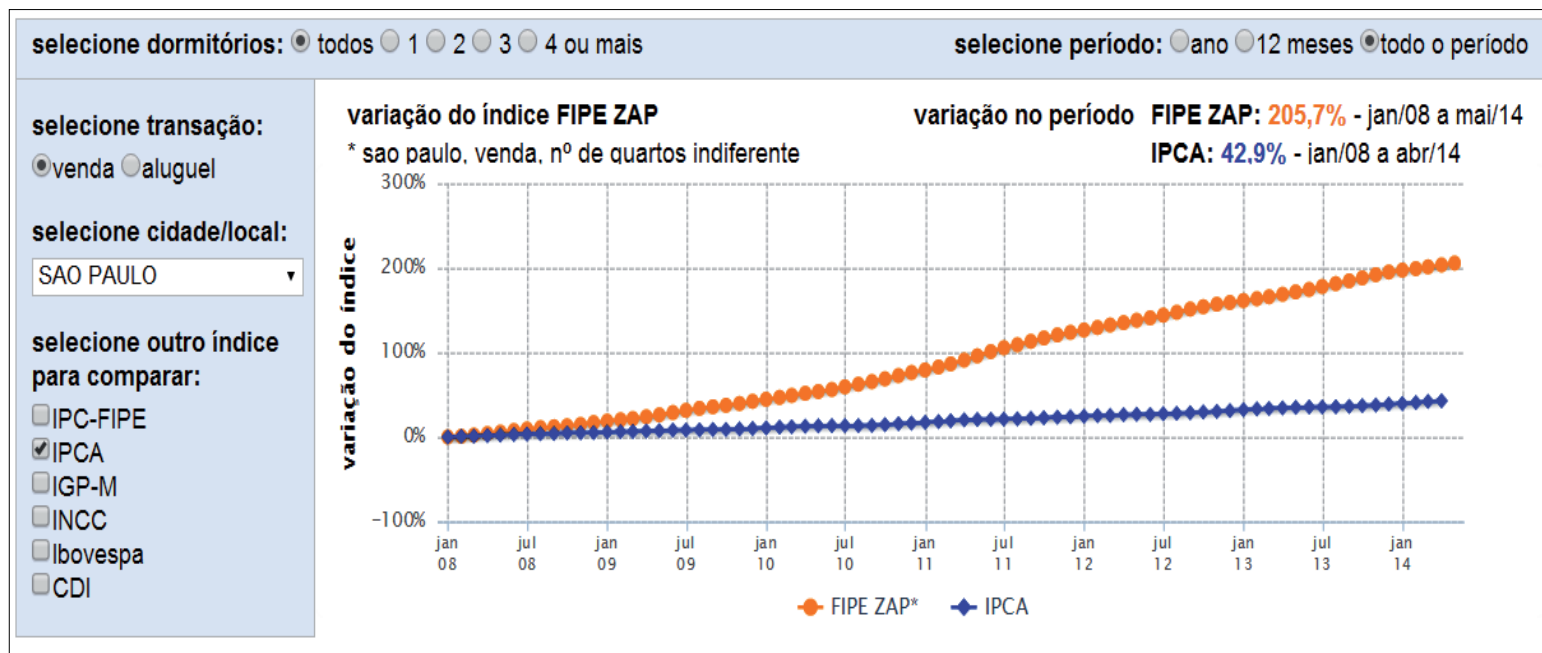
próprio mercado se regula, beneficiando sempre os proprietários, as agências financeiras e seguradoras. Para alugar um imóvel hoje em São Paulo é enorme a burocracia das imobiliárias, as práticas mais usadas por estas para locação de imóveis são a locação via seguro-fiança e fiador com dois imóveis na cidade. Com isso, o locatário, na maioria dos casos, não tem o fiador nos moldes em que a imobiliária solicita e acaba ficando à mercê da seguradora da imobiliária. Em outras palavras, trata-se de um cartel imobiliário.

A partir de agora iremos fazer uma análise do preço do metro quadrado para habitação em São Paulo e em Itaquera. Dividimos esses dados em dois segmentos, preço de venda e preço de locação. Os dados contêm a variação do preço do metro quadrado, cuja fonte é o site ZAP Imóveis (www.zap.com.br/imoveis). Esse site é, na atualidade, uma das referências nacionais do mercado imobiliário. Na Figura 18 vamos trazer os dados dos imóveis à venda com o Índice Fipe-ZAP³ e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no período de 2008 até 2014. Logo após, traremos os dados de locação com os respectivos índices, ambos da cidade de São Paulo.

Em seguida, traremos o Índice Fipe-ZAP para Itaquera no que tange ao setor de vendas e de locação de imóveis para habitação, tanto para apartamento quanto para casas. Assim poderemos mostrar a variação dos preços nos últimos seis anos e fazer uma análise do mercado imobiliário para a região.

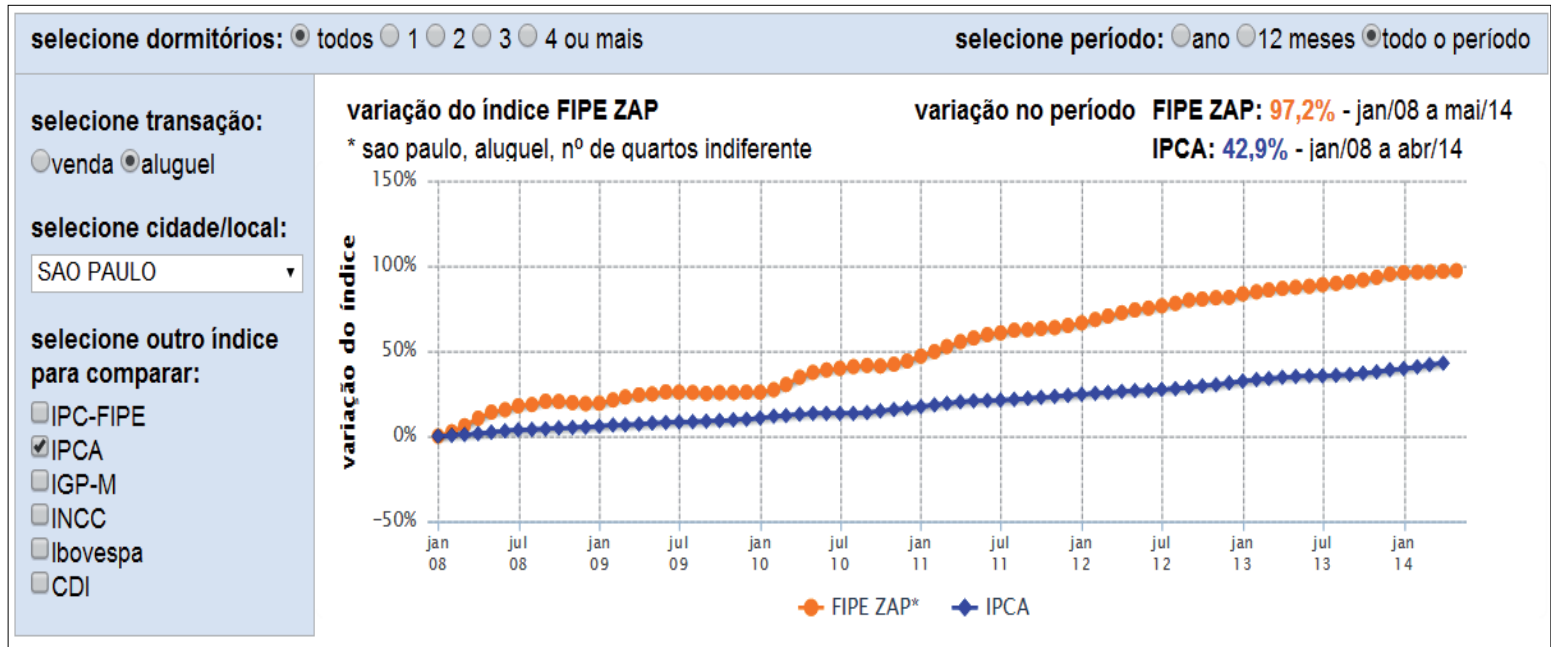
³ “A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe – é uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 1973, que apoia o Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) nas áreas de pesquisa e ensino. O ZAP, uma empresa do Globo, é o mais completo portal de classificados da internet brasileira, líder no segmento de imóveis. A Fipe se associou ao ZAP, pela qualidade e dimensão de sua base de informações sobre imóveis no Brasil, como parceiro exclusivo na elaboração do 1º índice nacional de preços do setor imobiliário, o Índice Fipe-ZAP de Preços de Imóveis Anunciados”. Informações extraídas do site: www.zap.com.br.

Figura 18. Variação de preço dos imóveis residenciais à venda em São Paulo no período de janeiro/2008 até maio/2014 – Índice Fipe-ZAP



Fonte: Gráfico gerado no site ZAP Imóveis.

Figura 19. Variação de preço dos imóveis residenciais para locação em São Paulo no período de janeiro/2008 até maio/2014 – Índice Fipe-ZAP



Fonte: Gráfico gerado no site ZAP Imóveis.

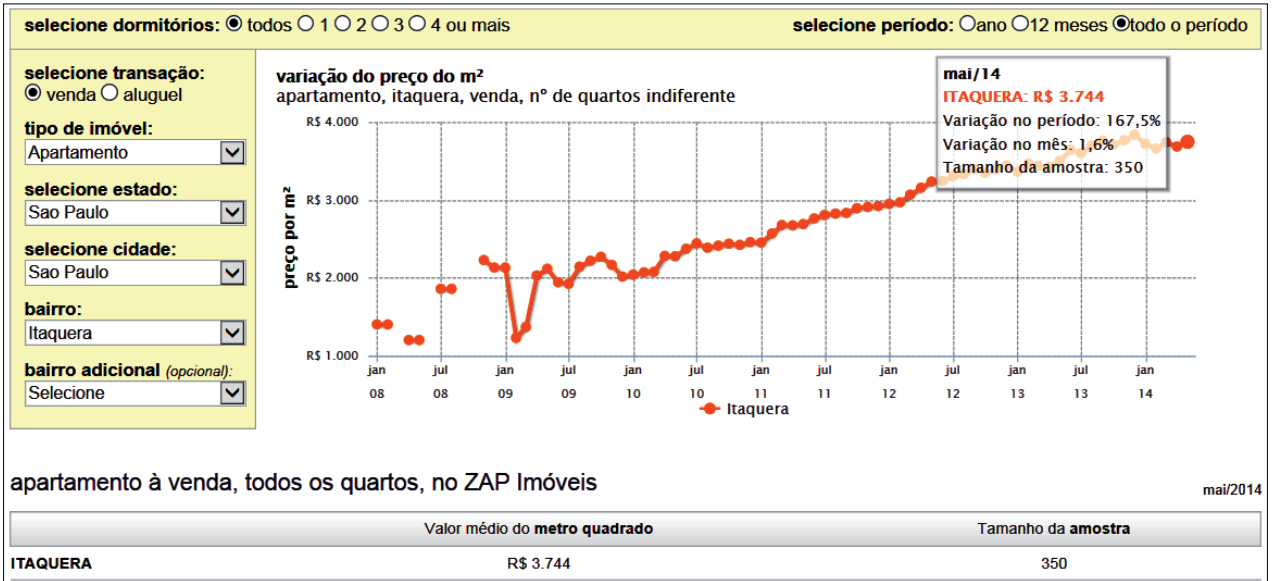
Ao fazer uma análise das figuras, percebemos que houve um aumento do valor em mais de 200% para os imóveis residenciais à venda e de quase 100% do valor para locação dos imóveis residenciais no período de 2008 a 2014, na cidade de São Paulo. Se comparados aos valores do IPCA, que foram de 42,9% no mesmo período, esses números mostram o tamanho do descompasso entre o mercado imobiliário e a inflação.

O valor do salário mínimo em 2008 era de R\$ 415,00; no ano de 2014 estava em R\$ 724,00, um aumento de 74% no período. Ao fazer uma comparação entre o valor do salário mínimo brasileiro e o valor dos aluguéis em Itaquera, percebemos que há uma disparidade grande (ver nas Figuras 20 a 23). O valor da habitação em Itaquera para locação está na média de 1.000 reais por mês em uma casa ou apartamento de 50 metros quadrados, sem contar os encargos de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), condomínio, água, esgoto, taxa do lixo, luz, telefone e internet. O valor para se habitar e ter as necessidades mínimas para se viver em Itaquera está em torno de três salários mínimos atuais (2014) e nessa soma não se inclui a alimentação da família, a qual é muito variável porque esse dado depende do número de pessoas que a compõe. O aumento do salário mínimo não acompanhou o aumento dos valores dos imóveis para locação, tampouco para os imóveis à venda.

A habitação na cidade de São Paulo se transformou em um grande negócio, em que o mercado imobiliário cada vez mais usurpa do cidadão. Itaquera, por ser alvo de investimentos públicos, foi a bola da vez do mercado. A falta de habitação fez com que houvesse um aumento significativo nos preços dos imóveis, tanto para venda quanto para locação. A construção do estádio de futebol também foi o grande *merchandising* do mercado imobiliário.

A seguir serão mostradas as figuras que representam a variação de preço de apartamentos e casas para venda e locação em Itaquera, no período de janeiro de 2008 até maio de 2014.

Figura 20. Variação de preço dos apartamentos para venda em Itaquera no período de janeiro/2008 até maio/2014 – Índice Fipe-ZAP



Fonte: Gráfico gerado no site ZAP Imóveis.

Figura 21. Variação de preço das casas para venda em Itaquera no período de janeiro/2008 até maio/2014 – Índice Fipe-ZAP



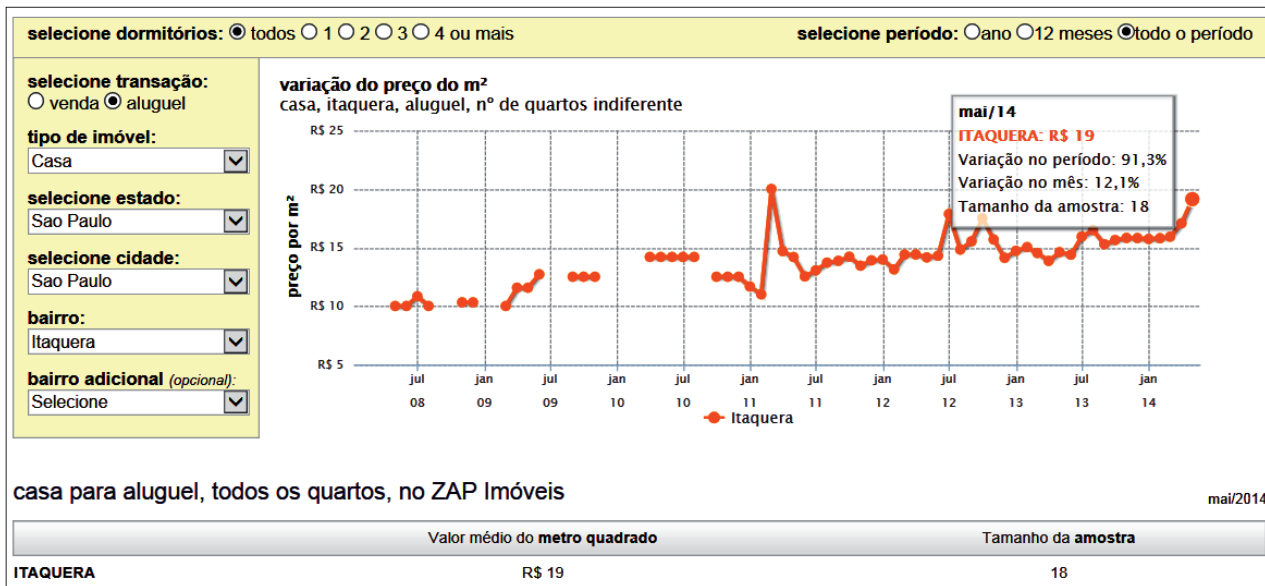
Fonte: Gráfico gerado no site ZAP Imóveis.

Figura 22. Variação de preço dos apartamentos para locação em Itaquera no período de outubro/2010 até maio/2014 – Índice Fipe-ZAP



Fonte: Gráfico gerado no site ZAP Imóveis.

Figura 23. Variação de preço das casas para locação em Itaquera no período de maio/2008 até maio/2014 – Índice Fipe-ZAP



Fonte: Gráfico gerado no site ZAP Imóveis.

Ao fazer uma análise do mercado imobiliário de Itaquera, constatamos por meio de trabalhos de campo que existem diversos tipos de consumidores, compradores e vendedores na região, os principais são:

- 1) As incorporadoras/construtoras e as imobiliárias, usando em seu marketing o discurso de ter uma habitação perto do estádio Itaquerão e fazendo até uma ligação entre o amor do torcedor do S.C. Corinthians Paulista e a facilidade de ir aos jogos do time.
- 2) Investidores que compram os imóveis à espera de uma maior valorização do solo na região, assim podendo obter o lucro com uma venda posterior (especulação imobiliária).
- 3) Pessoas que compram ou alugam um imóvel para morar, acreditando em uma grande ascensão social do lugar e que no futuro o local proporcionará uma melhor qualidade de vida.
- 4) Pessoas que compram ou alugam um imóvel para morar, porque não têm condições de comprar ou alugar em um bairro de condição social mais alta.
- 5) Pessoas que compram ou alugam um imóvel no bairro porque tem uma identidade com o lugar.

Essas são as principais características de consumidores, compradores e vendedores na região de Itaquera. Ao pensar nas características de locação e venda de imóveis para habitação, temos que levar em conta a seguinte ocasião: o déficit habitacional na cidade de São Paulo se encontra muito alto e a região de Itaquera (bairro dormitório) historicamente é composta por habitantes de classes sociais baixas, em suma, de migrantes nordestinos. Contudo, ao fazer uma ligação do déficit habitacional paulistano com a as classes sociais baixas de Itaquera e uma cultura popular nordestina em grande maioria, o bairro está às margens de mudar a sua configuração social e cultural nos próximos anos. A ascensão social de muitas famílias de Itaquera não é necessariamente a afirmação do seu povo em seu território, a alta nos preços dos imóveis é superior ao crescimento econômico da população dessa região.

A transformação social e cultural que configura atualmente em Itaquera está ligada também ao poder aquisitivo do cidadão. Por meio de trabalhos de campo realizados na região percebeu-se que os filhos dos migrantes e dos moradores tradicionais que vivem em Itaquera, com a qual tem uma identidade muito forte, por na maioria dos casos terem crescido ali, hoje se encontram na fase adulta da vida e não têm condições financeiras de comprar ou alugar um imóvel na região em que cresceram e/ou

viveram toda sua vida. Assim, se afastam de seu local de identidade vivida enquanto assistem à sua transformação socioterritorial.

O aumento populacional de Itaquera e o aumento dos novos serviços fez com que houvesse uma transformação nos fixos e fluxos da região, isso se vincula principalmente à dinâmica imobiliária. As novas configurações do espaço que tange à formação socioespacial e a estrutura urbana perpetuam no território de Itaquera, se impondo pela ação do mercado. Nesse sentido, as construtoras/incorporadoras acabam sendo os atores principais das transformações na estrutura urbana do bairro e a sua função gira em torno da especulação imobiliária, que atinge boa parte da população.

Ao fazer uma analogia entre os projetos que capitalizam o espaço para habitação e os que envolvem a sua reprodução percebemos que:

O momento da reprodução de espaços para a habitação produz a forma dos condomínios na metrópole, enquanto áreas fechadas, muradas, pretensamente homogêneas, como uma das formas da segregação no espaço – revelando uma estratégia imobiliária que se realiza sob o “discurso” da necessidade de um “outro modo de vida” capaz de fazer frente, ou melhor de isolar/ poupar e proteger os indivíduos numa metrópole que se torna congestionada e violenta e de outro, a necessidade de se morar em meio ou próximo ao verde, que a metrópole, em seu crescimento, destruiu (como aparece nos folhetos de venda de imóveis). Nesta direção, a estratégia imobiliária cria também um discurso “anti-cidade”, para continuar reproduzindo a metrópole. (CARLOS, 2003, p. 6)

A produção do espaço que se configura em Itaquera não é diferente do restante da metrópole de São Paulo, o que a diferencia hoje é uma intensificação no processo de produção espacial e nas relações da produção por causa da construção do Polo Institucional e do estádio Itaquerão. A condição urbana imposta pelo sistema de reprodução do capital está atrelada ao sistema de reprodução de relações entre os seres nas grandes cidades, reforçadas pelo poder do discurso imposto pela mídia massificadora e elitista, que influencia o modo de vida das pessoas que consomem esses meios de comunicação e que “compram a ideia” desses formadores de opinião. Assim, reproduzindo práticas individualistas e segregacionistas no espaço urbano.

A organização do sistema que reproduz as práticas de produção e reprodução do capital está vinculada à implantação de leis e normas no território por meio do sistema político. Desse modo, o sistema consegue moldar o pensamento do indivíduo pela falta de conhecimento crítico coletivo da sociedade, o que é nada mais e nada menos que

uma desorganização do sistema de organização social produtiva. Os que tendem a ir contra esse sistema imposto são reprimidos pelo poder da iniciativa privada e pelo Estado, de forma a serem excluídos socialmente, presos ou até mesmo exterminados pelo sistema.

Rugosidades e resistências: transformando os processos

*Mesmo não querendo nós temos um inimigo
que em dias de tempestade nos negam abrigo.
esse é o sistema, mas armaremos o nosso esquema
lutando com nossas próprias armas
pra anular o poder do inimigo
e ajudar o povo a esquecer que um dia ficou sem abrigo:
de baixo da ponte, com a cabeça na pedra, cobertos com papelão
famílias inteiras em depressão, depressão, depressão.*
Lucas Kastrup, Hélio Bentes e V100T (Ponto de Equilíbrio)

4.1 Rugosidades e resistência: a questão da habitação

Neste capítulo partiremos da discussão sobre as rugosidades e resistências em Itaquera de acordo com os conceitos de Santos (2006; 2008c). “O processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas” (SANTOS, 2006, p. 140). Ao seguir esse raciocínio, pensamos que o processo de acumulação espacial histórico estabelecido é ao mesmo tempo uma rugosidade e resistência na condição de novas práticas de urbanização. Como exemplos, uma estrada, uma favela, uma linha férrea, a densidade, a distribuição populacional etc.; todas essas heranças participam da categoria prático-inerte, a prática depositada nas coisas, uma acumulação desigual dos tempos (SANTOS, 2006, p. 140).

Em cada qual dos seus momentos, o processo social abrange um remanejamento dos seus fatores e esse remanejamento não é apático às categorias preexistentes. Desse modo, as formas herdadas são derivadas de momentos anteriores. As formas naturais e o meio ambiente construído englobam-se entre essas formas herdadas (SANTOS, 2006, 140).

O que na paisagem atual, representa um tempo do passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. Chamemos *rugosidade* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho. (SANTOS, 2006, p. 140)

A formação social do espaço e a acumulação das forças de trabalho estão ligadas à rugosidade do espaço. A transformação do espaço é fruto de um processo de produção e reprodução do capital, na qual o tempo age sobre o próprio espaço e sobre a paisagem, modificando as formas e se adaptando às já estabelecidas, as rugosidades. Para Santos (2008c, p. 173) as rugosidades são:

o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados. [...] Assim, o espaço, espaço-paisagem, é o testemunho de um momento de um modo de produção nestas suas manifestações concretas, o testemunho de um momento do mundo.

Após passar pela abordagem de Santos (2006; 2008c) sobre as rugosidades, agora vamos discorrer sobre a questão da moradia como uma rugosidade no tecido urbano. As favelas que predominam nas cidades são a acumulação de um processo de exclusão social do Estado. A intensificação das massas na periferia, o aglomerado nas favelas, a precariedade dos serviços públicos, entre outras coisas, são reflexos do processo histórico da cidade. A falta de moradia e a falta do direito à vida (CARLOS, 2007)

atualmente estão relacionadas às injustiças sociais do Estado em relação ao pobre, nas quais o seu olhar direciona-se plenamente aos interesses da elite burguesa, cumprindo apenas o seu papel mínimo, sucateando os serviços públicos e aplicando o discurso de incapacidade estatal para privatizar os serviços e enriquecer ainda mais a elite que permanece no poder econômico e político.

A questão da moradia em Itaquera se tornou o principal motivo das lutas sociais da população excluída pelo sistema. Os movimentos sociais sem teto, especialmente o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), realizaram algumas ocupações na região nos anos pré-Copa do Mundo; terrenos e prédios vazios foram o alvo dessas ocupações que tiveram como objetivo sanar o problema da habitação para os excluídos, moradia digna e reforma urbana.

No ano de 2014, o MTST publicou um texto no livro “Brasil em Jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?”. Tal texto foi elaborado por Guilherme Boulos, Josué Rocha e Maria das Dores, membros da coordenação do MTST e da Frente de Resistência Urbana. No texto “O que quer o MTST?” (BOULOS; ROCHA; DORES, 2014) é exposta a luta da resistência por moradia, explicando todo o processo.

No final de 2013 e início de 2014, a luta do MTST por moradia digna e reforma urbana obteve maior destaque público. Mas essa luta é realizada há quase 20 anos pelo movimento, apesar do silêncio da mídia e do menosprezo de sucessivos governos (BOULOS; ROCHA; DORES, 2014, p. 85).

O fortalecimento do MTST está unido, paradoxalmente, aos efeitos colaterais do crescimento econômico e à exclusão social das minorias. O governo ofereceu incentivos ao setor da construção civil, especialmente por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, compensatoriamente, foi favorecido com a concernente facilitação do crédito ao consumo. “Com isso, o mercado imobiliário se aqueceu, as empreiteiras engordaram seu patrimônio e a especulação imobiliária foi às alturas” (BOULOS; ROCHA; DORES, 2014, p. 85).

Ainda que esse ponto possa parecer afastado da vida prática, as decorrências foram percebidas diretamente pelos trabalhadores mais pobres. Grande parte dos moradores que vivem na periferia não tem casa própria e depende do aluguel. Com o *boom* imobiliário em São Paulo, o valor do aluguel cresceu brutalmente (vide Capítulo 3), segregando espacialmente e socialmente ainda mais esses moradores (BOULOS; ROCHA; DORES, 2014, p. 85-86).

“Os bairros de periferia foram diretamente afetados por esse fenômeno. O resultado foi um aprofundamento da lógica de expulsão dos mais pobres para cada vez

mais longe” (BOULOS; ROCHA; DORES, 2014, p. 86). Os moradores de Itaquera nos últimos anos foram expulsos para periferias extremas da cidade: Guaianazes, Cidade Tiradentes, São Miguel Paulista, ou mesmo para fora da capital e região metropolitana. Devido à especulação imobiliária em Itaquera e à expulsão dos moradores da região, o MTST se organizou e fez uma ocupação em um terreno baldio, a “Ocupação Copa do Povo”, com 4 mil barracos. Esse terreno estava sendo usado como vazio urbano, esperando apenas a valorização do lugar – uma especulação territorial de alta atuação das incorporadoras/construtoras. As ocupações “são resultados da falta de política urbana para regular o mercado imobiliário e priorizar os interesses sociais” (BOULOS; ROCHA; DORES, 2014, p. 86).

O aluguel passou a corroer boa parte da renda familiar e forçou as pessoas a viverem em lugares e condições piores. Ir para mais longe significa mais tempo no transporte para o trabalho, além de serviços públicos e infraestruturas urbana mais precários. A especulação imobiliária deteriorou a qualidade de vida dos trabalhadores. O que o Bolsa Família e o aumento progressivo do salário mínimo deram com uma mão, o aluguel mais caro tirou com a outra. [...] A intensificação das ocupações de terrenos e prédios ociosos foi a forma de resistência popular a esse processo perverso de segregação social e territorial. Aqueles que não aceitaram ser jogados para buracos ainda mais distantes estão ocupando terras. Vale ressaltar: terras ociosas utilizadas para especulação imobiliária, em geral por agentes de mercado como empreiteiras e incorporadoras. (BOULOS; ROCHA; DORES, 2014, p. 86)

A Copa foi um agravante para o aumento da especulação imobiliária, a qual age no território de forma brutal quando acontece qualquer megaevento. Ela serviu para enrijecer ainda mais os muros sociais da cidade e, antes de começar o torneio, já tinha definido seus perdedores e vencedores. Os perdedores como sempre foram os moradores da periferia, o povo pobre, que viu o aluguel abocanhar sua renda de forma avassaladora. Os vencedores foram as grandes corporações, empreiteiras e o capital privado de modo geral, que induziram dinheiro público para obras de desígnio social duvidoso. Como denúncia dessa disparidade, o MTST e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ocuparam a sede da Odebrecht no dia 8 de maio de 2014, lançando a Campanha “Copa Sem Povo, Tô na Rua de Novo” (BOULOS; ROCHA; DORES, 2014, p. 86).

Por meio do texto “O que quer o MTST?”, o movimento deixa sua nota explicando os objetivos do movimento social e as lutas cotidianas:

o que quer o MTST com suas ocupações e mobilizações pelo país? Queremos derrubar os muros sociais que dividem a cidade. Dizer em alto e bom som que a cidade deve ser de todos e não usufruída por um pequeno grupo que pode se estabelecer nos melhores lugares e ter acesso a bens e serviços privados. A cidade privada para poucos é a cidade da privação para a maioria. Entendemos que essa mudança passa por uma profunda reforma urbana, que deve rediscutir a apropriação social do espaço, dos bens e dos serviços urbanos. [...] Entendemos ainda que uma mudança dessa natureza não virá do Congresso Nacional, com seus parlamentares financiados até o pescoço pelo capital imobiliário. Ela vem de baixo. A história dos povos ensina que as grandes transformações são resultado de movimentos populares de massa, que enfrentam as relações de poder constituídas. Chamamos isso de poder popular. É isso que quer o MTST. (BOULOS; ROCHA; DORES, 2014, p. 87)

Percebemos que os abusos realizados em prol do capital e de exclusão popular fortaleceram os movimentos sociais, não apenas o de moradia, mas também os movimentos trabalhistas, de transporte, educação, culturais, entre outros. Manifestações, greves e ocupações foram à tona em São Paulo e em outras cidades do Brasil, o descontentamento do povo com as políticas urbanas e trabalhistas enalteceu multidões.

Em Itaquera, duas ocupações marcaram a luta do movimento de moradia na região. A primeira foi a ocupação do Conjunto Habitacional Caraguatatuba (COHAB II, José Bonifácio, Itaquera), onde mais de 1.000 famílias ocuparam 31 prédios – 940 apartamentos. A ocupação durou cerca de oito meses, a reintegração de posse realizada pela PM durou três dias, permeados por resistência pelo direito de morar (WILKSON, 2014). Pessoas foram presas pela resistência; tiros de bala de borracha, bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral foram lançados em cima dos habitantes: crianças, idosos, deficientes físicos, mães e pais de família foram aniquilados pelo poder do Estado, deixando dezenas de feridos.

Os 31 prédios pertenciam à Caixa Econômica Federal, foi ela quem solicitou a reintegração de posse e em nota disse que não negociava com invasores. A reintegração começou no dia 17 de fevereiro de 2014 e seu término foi em 20 de fevereiro de 2014, meses antes de começar a Copa do Mundo. Os moradores que ocuparam os prédios em grande maioria eram do Jardim Pantanal, bairro que sofre com muitas enchentes durante o verão, por falta de políticas públicas e investimentos na estrutura urbana do local.

Figura 24. Resistência na reintegração de posse do Conjunto Habitacional Caraguatatuba



Fonte: Wilkson, 2014.

A segunda ocupação, conhecida como “Copa do Povo”, ocorreu em um terreno vazio, pertencente à Construtora Viver, que estava sem uso, esperando a valorização do solo para especulação imobiliária. Na madrugada do dia 3 de maio de 2014, o MTST ocupou com cerca de 1.500 famílias um terreno particular de 150 mil m², na rua Malmequer do Campo, em Itaquera. Em menos de uma semana de ocupação, o número de barracos passou de cerca 1.500 famílias para 4 mil (ALVEZ, 2014; ITALIANI, 2014). Essa ocupação foi uma das mais representativas do MTST. Foi a luta do povo sem teto contra o poder hegemônico do capital, mais especificamente, contra todos os agentes imobiliários, desde construtoras/incorporadoras às imobiliárias.

Figura 25. Panorâmica geral da ocupação Copa do Povo – Itaquera



Fonte: Ocupação..., 2014.

Figura 26. Ocupação Copa do Povo – Itaquera¹



Fonte: Justiça..., s.d.

¹ A liminar que determinava o fim da ocupação caiu antes da reintegração de posse, assim permanecendo a ocupação.

A ocupação desse terreno teve um valor simbólico de luta muito grande para o movimento, pois ele se encontra dentro da área que foi reservada à Fifa, a qual passou pelo Congresso Nacional, a Lei Geral da Copa, que mostrou Estado de exceção permanente contra o seu povo (MAIOR, 2014). Como sempre, quem saiu perdendo com essas políticas foi o povo de Itaquera e da ZL, que não pôde nem circular em alguns pontos do bairro, fechados exclusivamente para a Fifa – a qual retirou do cidadão o direito de ir e vir em determinados locais.

Em razão da ocupação “Copa do Povo” e das manifestações realizadas pelo movimento de moradia na cidade de São Paulo, os governos federal e estadual e a PMSP fizeram um acordo com o movimento. O governo federal se propôs a dar um subsídio de R\$ 76 mil por unidade; o governo do estado e a PMSP também subsidiarão os imóveis, porém não foi informado o valor. O acordo foi o subsídio de 2 mil unidades habitacionais no terreno que foi ocupado pelo MTST (SOUZA, 2014).

Em relação às políticas de moradia pensadas após esse episódio, o programa Casa Paulista do GESP irá subsidiar em R\$ 20.000,00 as habitações, o MTST reivindica um aumento para R\$ 30.000,00 e pede que os empreendimentos habitacionais cresçam de um mínimo de 36 m² para 45 m². O governo federal alterou o salário limite das famílias da faixa 1 de benefício para o programa Minha Casa, Minha Vida, de R\$ 1.600,00 para 3 salários mínimos, valor que corresponde a R\$ 2.172,00 (valores de 2014). O Programa Entidades, do Minha Casa, Minha Vida, que corresponde à construção de moradias por cooperativas habitacionais, associações e entidades privadas, terá o limite de unidades construídas de mil para 4 mil habitações (SOUZA, 2014).

No dia 3 de julho de 2014, em uma audiência de conciliação feita pela 3ª Vara Cível de Itaquera, o MTST firmou um acordo de sair do terreno e acabar com a ocupação “Copa do Povo” voluntariamente, no período de 45 dias. “O Movimento chama o ato ‘saída provisória’, já que o acordo foi feito mediante o compromisso da dona do terreno em vender o local em 30 (trinta) dias e das três esferas governamentais transformarem o local em moradia popular” (LOBEL, 2014). Esse passo é visto pelo MTST como uma grande conquista do movimento de moradia.

A população, reprimida pelo poder do Estado e pelos agentes da produção do capital, não abaixou a cabeça para as ilegalidades que eles vêm aplicando no espaço urbano. Ambos são designados a exercer a força do capital; doa a quem doer, quase tudo que dá lucro de capital maior do que prejuízo político será aplicado pelo Estado – o prejuízo político depois é regulado pelas distorções de informações na mídia. O GESP, administrado pelo PSDB, tem suas políticas claramente neoliberais, suas ações são

em prol do capital privado, assim sucateando os órgãos públicos, a matéria física (estradas, ferrovias, prédios etc.) e instituições do Estado para a aplicação de políticas de privatização e concessão público-privada. Quando o povo se revolta por suas políticas neoliberais, a repressão e ação da PM, com seu poder bélico, aniquilam a massa trabalhadora que luta por melhores condições de vida.

É um sentimento de muita tristeza assistir a essas ações governamentais, pois os políticos que estão atrelados ao poder do capital não buscam medidas para os povos menos favorecidos, desses eles querem usurpar ao máximo e tentam convencer as pessoas de todas as formas, com todos os veículos de comunicação possíveis, que suas ações é para o bem público e que no mais bem da verdade é para o bem particular privado, seja próprio ou seja do grupo que lhe apoia.

4.2 Transformar os processos: a luta dos excluídos *versus* a atuação do Estado e do capital

Como transformar os processos de produção e reprodução do espaço urbano? Essa é a pergunta que vamos tentar responder ao longo deste subcapítulo. A produção e a reprodução do espaço urbano estão aliadas à produção e à reprodução do capital, no qual se representa de forma determinista ao inferir tudo e todos para obtenção do lucro. As questões de transformação dos processos seguem a linha de que a maneira que estão sendo feitas essa produção e reprodução do espaço urbano não agrada a todos, somente a uma pequena parcela da sociedade que detém o poder econômico e político para fazer o que quiser com a cidade e, da forma que bem entender, sempre visando à acumulação de renda e não à distribuição.

Acreditamos que para mudar os processos seja necessário nada mais e nada menos do que a luta popular, a luta dos excluídos do sistema. Essa luta tem como objetivo principal a conquista de melhores condições de vida, o direito à cidade, no que diz respeito a moradia, educação, saúde, saneamento, transporte, lazer, entre outros serviços. Essa luta não vem com uma exigência de querer o melhor em tudo, e sim de poder ter apenas o mínimo que não lhe é garantido, alcançando, então, dignamente o necessário para a reprodução da vida (CARLOS, 2007).

Nos últimos anos, o Brasil se preparou para a Copa do Mundo, um dos megaeven- tos de maior repercussão mundial. Essa preparação “mexeu” com o povo brasileiro. Passou por cima da Constituição da República Federativa do Brasil, entrando num

Estado de exceção (AGAMBEN, 2004; MAIOR, 2014), em que o primeiro eliminado foi o povo pobre, tanto para a preparação dos Jogos Pan-americanos em 2007, na cidade do Rio de Janeiro, quanto para a Copa do Mundo de 2014, em diversas capitais pelo Brasil, e para a preparação das Olimpíadas de 2016, novamente na cidade do Rio de Janeiro, que foi o principal alvo desse estado de sítio – e talvez possamos dizer que foi a cidade na qual mais se rebelou contra esses processos de transformação socioespacial e de transformação do espaço urbano.

Além do Estado de exceção, tentaremos explicar a cidade de exceção, por Carlos Vainer (2011a; 2011b). Em entrevista para o programa de televisão *Juca Entrevista* (com apresentador e sociólogo Juca Kfourri), o prof. Carlos Vainer do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) expõe seus pensamentos sobre o processo de transformação das cidades, focando nos megaeventos esportivos. Vainer (2011b) diz que as cidades se tornaram cidades de exceção porque seu planejamento se baseia no livre mercado e no neoliberalismo. A cidade de exceção não nasce com os megaeventos, ela surge a partir de meados da década de 1990 no Brasil, com o pensamento neoliberal. Esse pensamento vai colocar no “banco dos réus” o “Estado de Bem-Estar Social”, planejador e interventor, posto como argumento:

este Estado não gera eficiência, ele não é um bom gestor e a sua intervenção ao invés de ajudar atrapalha. O resultado da sua ação ao invés de melhorar as condições de vida, de aumentar a igualdade como muitas vezes ele pretendia, acaba gerando mais desigualdade, e que o melhor mesmo é deixar o livre funcionamento do mercado, porque o mercado vai gerar as eficiências, as empresas privadas são eficientes e, o funcionamento do mercado é melhor de que qualquer intervenção do Estado, mesmo quando ele tem problemas. [...] O mercado capitalista é a forma mais perfeita de organização social. (VAINER, 2011b)

Vainer (2011b) diz que esse pensamento se adequa ao novo pensamento dominante das elites brasileiras. “A forma como o Estado vai se relacionar com a sociedade tem a ver com a forma de como o Estado vai se relacionar com a cidade” (VAINER, 2011b). O Estado passa a tratar a cidade como uma empresa que está no mercado mundial, concorrendo com outras empresas (cidades), estas concorrendo entre si para atrair capitais, turistas, eventos, investimentos públicos e privados. As cidades, em vez de se planejarem para os seus cidadãos que vivem e usufruem de seu espaço

cotidianamente, fazem ao contrário, elas se vendem. A cidade se vende para o grande capital, as corporações, os grandes agentes econômicos, os especuladores, as organizações de eventos. No entanto, para a cidade se vender é necessário que se flexibilize sua legislação, para que esta seja amigável ao mercado e, assim, se forma a “cidade de exceção”, que precisa estar pronta desta forma para o capital se reproduzir (VAINER, 2011b).

Os megaeventos se apropriam dessas cidades de exceção. “Nesta cidade, tudo passa ao largo dos mecanismos formais-institucionais” (VAINER, 2011a, p. 11). A cidade de exceção caminha para o “desenvolvimento urbano espontâneo”, ou seja, do mercado, “[...] o urbanismo *ad hoc*² vai afirmar a primazia do mercado e operar a reconfiguração do modelo, definindo o negócio e a oportunidade de negócio, como fundamentos essenciais da nova cidade e do novo planejamento” (VAINER, 2011, p. 5).

A cidade de exceção nada mais é do que uma cidade mercadoria, que se vende para o capital e para o mercado, capitais fixos e capitais de fluxo. A cidade se tornou ao longo das últimas duas décadas o lugar da produção e reprodução do capital livre e flexibilizada a qualquer custo para execução dos projetos privados. A parceria público-privada (PPP) fez com que o Estado desse aval para o capital privado usufruir do espaço urbano como quiser, desimpedido. Os governos neoliberais não planejam mais a cidade para os seus cidadãos, mas para o mercado – em outras palavras, para o capital privado, representado pela elite burguesa que sempre governou essas esferas diretamente e indiretamente.

Eis que vem a pergunta: como modificar essa configuração de planejamento urbano? Se pensar na escala macro da cidade, isso é quase irreversível, mas se pensar em escala local, a luta popular é o meio de amenizar esse impacto de planejamento. A luta popular pelo direito à cidade é primordial para que o poder do capital e de sua transformação espacial não arrebente a corda sempre do lado mais fraco, ou seja, a unificação das massas populares para a luta por direitos é necessária para que não sejam sempre os mais pobres os excluídos do urbano. A cidade e o espaço urbano simbolicamente são para todos, mas nem todos têm o direito à cidade igualmente: uns

² Vainer (2011, p. 5) faz uma ressalva sobre o urbanismo *ad hoc*: “O que Ascher (2001) chamava de urbanismo *ad hoc*, o que pudicamente se designou de flexibilidade, o que outros saúdam como empreendedorismo urbano e cidade-empresa, se transfigura em permanente e sistemático processo de desqualificação da política”.

com muitos benefícios e outros com quase nada, uma segregação socioespacial dividida territorialmente na malha urbana da cidade.

Pensar na transformação dos processos de produção e reprodução da cidade é pensar em como modificar o sistema de produção e reprodução do capital no espaço urbano. A cidade mercadoria ou a cidade de exceção funciona como um leilão, quem pagar mais leva – no caso da cidade quem pagar ou investir em algum setor terá toda a flexibilidade e os benefícios que desejar para reproduzir seu capital. Dessa forma, aplica-se o neoliberalismo da forma mais livre possível, isentando-o de seu papel com a sociedade – Estado mínimo – e deixando o capital usurpar os cidadãos com a alta cobrança de taxas, tarifas e mensalidades para os equipamentos de utilidades que deveriam ser públicas, acessíveis e de qualidade, como as rodovias, hospitais, escolas, transporte coletivo, saneamento, energia elétrica, entre outras áreas.

Percebe-se de fato que o espaço da cidade se tornou uma mercadoria urbana, sua transformação espacial na maioria dos casos se dá de acordo com a reprodução do capital no local. Por exemplo, a falta de um centro comercial em determinado bairro de alta densidade demográfica é o ponto certo para o capital se reproduzir por meio do comércio e isso, conseqüentemente, aumenta o custo de vida das pessoas que vivem nesta determinada região.

Quando o Estado ou a prefeitura anunciam a construção de escola, hospital, posto de saúde, área de lazer, asfalto, saneamento, entre outras coisas, em alguma região periférica, os valores do solo imediatamente tendem a subir; no caso das capitais, esses valores aumentam exorbitantemente. Os valores dos terrenos para construção nas capitais estão supervalorizados, as prefeituras e os Estados usam esse discurso para justificar o porquê de não construírem moradias populares para os cidadãos pobres em uma escala maior. Esse argumento sobre o alto preço dos terrenos em Itaquera foi relatado em entrevista com os membros da assessoria de imprensa do Comitê Especial para a Copa do Mundo de 2014, da PMSP, em 14 de fevereiro de 2013.

O poder do discurso está associado a inúmeros argumentos da produção e reprodução do capital, à alienação do povo em prol do capital pela mídia conservadora, direitista e elitista, que é a principal chave do sistema neoliberal. O filósofo Michel Foucault (1996) nos faz uma reflexão sobre o poder do discurso que se fixa na sociedade.

Eis a hipótese que gostaria de apresentar [...], [...] para fixar o lugar – ou talvez o teatro muito provisório – do trabalho que faço: suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada,

organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p. 5-6)

O discurso implantado pelos grandes agentes do capital e, conseqüentemente, pelo Estado atende aos interesses dessas classes dominantes. Nesse sentido, o oligopólio da mídia conservadora e reprodutora de informação nacional está ligado aos interesses do capital para o consumo e para a ordem que fazem juízo de valores. No caso do Brasil, o discurso desenvolvido e aplicado na sociedade pela igreja cristã (católica, evangélica, neopentecostal etc.) é de um juízo de valor muito significante. Muitas leis se baseiam nos valores cristãos e, em muitos casos, não progridem socialmente devido a esses valores enraizados na sociedade – como exemplos simples, as leis proibicionistas (para entorpecentes, aborto e outros), que apenas fortalecem a indústria bélica, a medicina ilegal e a corrupção no próprio Estado, entre outros setores. Todavia, o poder mais forte do discurso e de alienação da massa ainda continua com os detentores do capital, que têm como forte aliado o Estado na maioria dos casos.

No Brasil, a não democratização e regulamentação dos meios de comunicação, juntamente com o sucateamento da educação básica e superior, fundamentam a manipulação da massa populacional. O controle dos grandes veículos de comunicação no Brasil está dividido em uma cadeia hegemônica de poucas famílias; a propagação de desinformação, a manipulação da informação e a omissão da informação são a “melhor informação” que a maioria desses veículos de comunicação servem para a sociedade, resumindo, uma manipulação política do sistema capitalista.

O poder do discurso é, sobretudo, a arma mais valiosa que os governos e a burguesia têm para controlar as massas. Para eles, nada melhor do que alienar a sociedade usando de seus meios de comunicação e pela educação pública de péssima qualidade, na qual os governos estaduais – responsáveis pela educação básica pública – deveriam ter como prioridades investimentos e planejamento coletivo nesse campo. Assim, a elite econômica e determinados governos fazem com que o povo acredite que o discurso neoliberal aplicado seja uma verdade absoluta, mesmo existindo as crises. Uma verdadeira mentira! A aplicação do discurso neoliberal dos Estados Unidos da América no Brasil durante décadas foi marcada por uma geração que ainda acredita que o mercado capitalista regula a distribuição do capital entre as pessoas, quando na verdade é o Estado que regula, embora de acordo com seus interesses, vide a crise urbana de 2008 nos Estados Unidos, a qual nos mostrou que o mercado livre gera

crises e desigualdades, tendo que recorrer aos cofres públicos para amenizar o rombo financeiro do mercado.

Com uma massa populacional alienada e conformada com o discurso do medo (aplicado pela mídia direitista, apoiada pela elite econômica e por alguns governos) nas cidades, o cidadão não consegue enxergar saída para a pobreza e para uma maior e melhor distribuição de renda, tanto no sentido do dinheiro quanto no sentido de benfeitorias públicas para a cidade. Além disso, existe uma repressão muito forte por parte do Estado para que as pessoas não se manifestem mais nas ruas, com prisões arbitrárias, flagrantes forjados, justiça comprada, entre outras inúmeras coisas. O Brasil voltou a ter presos políticos por causa das lutas sociais. No próximo subcapítulo será discorrido sobre o tema “As manifestações populares” e nele falaremos sobre a luta contra o processo de desencadeamento da Copa do Mundo no Brasil.

Se não bastasse alienar e reprimir, o Estado, ao lado da elite burguesa, extermina o pobre de diversas formas, pela segregação socioespacial, pelo discurso do consumismo, fazendo com que as pessoas aceitem tudo o que seja do interesse do grande capital e deixando de lado as necessidades básicas de vida. O que fazer para resolver esse problema? Acreditamos que transformar os processos de forma mais justa, sem acumulação de bens e de capital é a melhor forma. Como fazer? Com a luta popular, da grande massa, das multidões tomando conta das ruas, acabando com esse modelo de mercado capitalista que está imposto pelo sistema político neoliberal, assim gerando maior distribuição de renda na sociedade.

Atualmente, as muitas políticas públicas impostas pelos governos são políticas de curto prazo, são quase nulos os projetos e os pensamentos daquelas de longo prazo. Tudo é pensado em torno da eleição. Tanto na questão municipal quanto na questão estatal, o planejamento urbano é feito com projetos que visam ao período das eleições, projetos de curto prazo com pouca eficiência urbana. Praticamente não existe um planejamento urbano com políticas de longo prazo que interpretem o espaço urbano como um bem coletivo, e não bem privado. Alguns exemplos disso são o uso do automóvel particular inflando as ruas, a segurança pública realizada pela PM cuidando dos interesses privados (comércios em geral, residências de alto padrão etc.), os sistemas de educação e de saúde privados sendo administrados por grandes corporações etc. Além disso, temos diversos ocorridos de usos dos espaços públicos para empresas privadas fazerem festas, gravações, eventos etc., utilizando a verba pública para apenas uma parcela seletiva da alta classe. Os equipamentos urbanos e o espaço público, que deveriam ser de uso coletivo e público, são sucateados e planejados

exclusivamente para o uso privado, dessa forma firmando as políticas neoliberais e visando à reprodução do capital através das condições urbanas.

Planejar o espaço urbano para uso coletivo da sociedade é fortalecer o planejamento urbano para todos, e não apenas para uma parte da população que pode pagar pelo uso privado. É preciso um planejamento horizontal, em que o pobre tenha os mesmos benefícios que o rico e as mesmas benfeitorias públicas na periferia.

O poder da elite dominante do capital perante o planejamento urbano da cidade é extremamente rígido e maciço. O planejamento da cidade é realizado com o intuito de reproduzir o capital, tanto na esfera das classes sociais de baixa renda quanto das classes sociais de alta renda, nestas mais como um fetichismo da mercadoria, o espaço urbano. Quando a cidade passa a ser analisada como uma mercadoria, o que de fato acontece atualmente, alguns bairros tradicionais e de boa localização em relação às áreas centrais passam a ser o fetiche espacial da cidade. Neles os valores do solo urbano se supervalorizam e o consumo local também. Embora Itaquera seja considerado um bairro tradicional para muitos, ainda não é tratado como tal pelos grandes agentes do capital, tampouco é um local de fetiche urbano, mas com o decorrer do tempo isso pode chegar a acontecer, uma tendência por conta da sua centralidade e localidade na ZL da cidade de São Paulo.

Fazendo uma análise sobre a superação deste modelo de desenvolvimento urbano imposto nas cidades até hoje, a professora Raquel Rolnik (2014)³ da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP) diz em um evento realizado pela revista *CartaCapital*, chamado Diálogos Capitais, que esse modelo de desenvolvimento urbano que nos conduziu até hoje está absolutamente falido e precisa ser superado. Rolnik (2014) fala sobre a natureza dos obstáculos que precisam ser superados para poder sobrepujar esse modelo imposto e construir um novo modelo de planejamento; ela pontua essa natureza dos obstáculos em seis desafios bem complexos para superar a precariedade das cidades.

O primeiro desafio é o da inclusão territorial, podemos dizer que é o desafio estruturador da cidade. Temos que superar a ambiguidade da inclusão territorial dos pobres, da população de baixa renda, dos trabalhadores, isto é, ir além do modelo de urbanização que foi estabelecido e dirigiu a cidade nos anos de rápido crescimento urbano (êxodo rural). Priorizou-se, de um lado, o espaço da produção – aquele que

³ Debate aberto em comemoração aos 20 anos da revista *CartaCapital*. Cf. ROLNIK, 2014.

gerou os empregos –, assim como o espaço da residência, do consumo das elites e dos setores de maior renda, e dessa forma, negligenciando totalmente a necessidade de produção de cidade para as majorias. Essa negligência determinou as majorias, a classe trabalhadora explorada, os que movimentaram essa máquina de produção, a construção num lugar ambíguo, chamado de forma genérica de periferia, a favela, que foi autoproduzida pelos trabalhadores nas piores condições possíveis, constituindo, assim, uma natureza de transitoriedade permanente (ROLNIK, 2014).

A periferia, as favelas existem para ficar ou serão removidas? Irão permanecer e ser consolidadas ou vão desaparecer? No contexto urbano atual, são transitórias, porém existem há mais de cem anos. Não serão um lugar definitivo; entretanto, consolidaram-se visivelmente como cidade. São uma espécie de fora e dentro das cidades permanentes (ROLNIK, 2014).

Fazendo uma ligação da classe trabalhadora explorada com o processo de democratização do país pós-ditadura militar, nas décadas de 1980 e 1990, percebemos que esse processo foi muito importante, com a inclusão dos moradores da periferia como votantes, isto é, como sujeitos políticos, mas não como integrantes da cidade. O voto nessa conjuntura se transformou num dos mais relevantes elementos de permanente negociação da estadia ou não, e de que aspecto esses lugares foram constituídos. Portanto, paradoxalmente, a democracia estabeleceu esse modelo de transitoriedade permanente e de ambiguidade permanente, um exemplo disso é a experiência das favelas. Urbanizadas ou removidas? Urbanizadas e removidas, mas tudo depende de qual será o projeto urbano que será imposto na conjuntura do momento, sem cogitar minimamente os direitos das pessoas que vivem ali nesses territórios (ROLNIK, 2014).

Ao pensar o ciclo econômico mais recente, referindo-se à era Lula, a qual incluiu os moradores desses territórios (periferias) – as grandes majorias (os trabalhadores, os mais pobres) – nas esferas do consumo, o resultado foi de um lado o ingresso de novos usuários dos espaços originalmente designados para a circulação restrita das classes médias. Exemplo disso é a presença de muito mais carros e motocicletas compartilhando o espaço das ruas, o acesso ao consumo através do crédito fez com que a população de classe baixa consumisse os/nos espaços que eram destinados à classe média e classe alta. Mas não rompeu com o modelo de cidade. A inclusão via consumo exacerbou e tornou mais aparente a crise urbana, no alcance em que ela incluiu sem incluir. Esse novo modelo de estrutura incluiu dentro de uma estrutura excludente, em que os novos excluídos meramente não cabem (ROLNIK, 2014).

Fechando o pensamento sobre o primeiro desafio, Rolnik (2014) diz: “o primeiro grande desafio é o desafio de romper com o modelo da cidade excludente e achar que é possível, necessário e desejável construir cidades para todos” (ROLNIK, 2014).

A pesquisadora coloca que “o segundo desafio para a política urbana é romper com a prática do controle da política urbana pelos negócios urbanos” (ROLNIK, 2014). Os negócios urbanos dizem respeito às grandes concessionárias de serviços públicos – como ônibus, coleta de lixo, abastecimento de água, telecomunicações, energia, as empreiteiras de obras públicas e os titulados *wills starters* –, às incorporadoras/construtoras, ao circuito imobiliário na cidade. Esses são, de longe, os grandes financiadores das campanhas dos políticos – que são fundamentais no processo determinante sobre as políticas urbanas –, são eles os grandes controladores da política urbana e do grande capital em todo país. Dessa forma, isso está relacionado ao modelo político, ao modelo de financiamento de campanha, e ainda que seja uma questão urbana, está definitivamente atrelada à questão de como se organizam os partidos (ROLNIK, 2014).

O terceiro desafio é o do planejamento. Ao pensar em termos urbanísticos, temos que ser cientes de que nenhuma política urbana efetivamente transformadora e sustentável é capaz de ser implementada em um curto prazo de tempo, não existe. A transformação urbanística começa com 15 anos, 20 anos de implementação. Não existe nenhum milagre para resolver os problemas urbanos em políticas de curto prazo. Ao pensar as políticas atuais do planejamento urbano, isto é, a condução planejada da transformação urbanística, ela topa com um bloqueio definitivamente forte no curto prazo: é imprescindível que as obras sejam inauguradas em menos de quatro anos, para marcar a administração de um prefeito, de um governador, o que evita as reformas mais complexas e que os temas mais complexos sejam enfrentados, porque eles demandariam um longo tempo de formulação e implementação. Assim, colocamos esse desafio como uma superação muito importante que depara no campo político e na relação entre a política e a administração (ROLNIK, 2014).

O quarto desafio é o do financiamento do desenvolvimento urbano. O princípio atual de financiamento é um modelo em que basicamente os municípios são submetidos às transferências voluntárias do governo federal dentro dessa área. De um lado, os municípios, ainda que sejam autônomos, não ampliam sua base fiscal, que de fato é a grande fonte de financiamento do desenvolvimento urbano em todos os países mais desenvolvidos, que têm uma política urbana mais desenvolvida. Temos o exemplo da crise do IPTU em São Paulo em 2014, quando o prefeito reformulou a cobrança desse

imposto para aumentar os seus recursos próprios. Os moradores da periferia – com pouca infraestrutura urbana – iriam pagar menos ou nada e os moradores dos bairros mais consolidados com infraestrutura urbana melhor iriam pagar mais, levando em conta a espacialidade territorial e infraestrutura urbana de cada lugar. O projeto foi barrado na Justiça, com forte influência da elite paulista, dos partidos de oposição ao PT e dos veículos de comunicação em massa locais, que foram pagos para se posicionar contrariamente e influenciar na opinião pública.

O pensamento que fica por parte dos que conduzem as políticas urbanas é de que o município não deve fazer nenhum esforço fiscal porque perde a sua base de votantes. Do outro lado, o governo federal oferece como forma de financiamento a construção de casas, vias e redes, entre outras, mas não financia uma máquina de cidades, que não existe. A política urbana no campo do governo federal é setORIZADA, em setores categoricamente desconectados um do outro, e suas políticas urbanas são máquinas de produção de objetos inauguráveis, e não de urbanidade, em que existe uma forma integrada entre os setores de desenvolvimento das cidades (ROLNIK, 2014).

O quinto desafio é o federativo. O modelo que o Brasil tem de federação é basicamente município, estado e União. Esse modelo não dá conta da complexidade do problema, da realidade sociopolítica-territorial local, principalmente para metrópoles. Por um lado, temos regiões como as metrópoles, que não são uma soma de municípios no papel, mas são geridas como se fossem. Nesse caso, temos uma megacidade como São Paulo que não tem estrutura de gestão à altura da complexidade de uma gestão de megacidade. Para exemplificar a forma de gestão de megacidade nos países mais desenvolvidos, temos Tóquio, que chega a ser um estado no Japão, assim como Frankfurt é um estado na Alemanha. Com esses exemplos podemos pensar a dimensão e a complexidade de gestão de uma metrópole. De outro lado, temos os municípios pequenos do interior, que tampouco são autônomos, necessitando também de outro tipo de gestão para apoiá-los no desenvolvimento urbano e regional. Isto é, o Brasil tem um pacto federativo subdesenvolvido, pensando na gestão administrativa e territorial das cidades, e é fundamental superar e desenvolver esse pacto federativo, para que se possa ter uma nova gestão metropolitana no país, capaz de dar conta da diversidade territorial (ROLNIK, 2014).

O sexto desafio está no âmbito da cultura urbana e da cultura política do país. É o desafio da construção do lugar do público. Qual é o lugar do público? Deixamos claro que a cidade não deve ser uma soma de empreendimentos formais e informais, que no caso é o que acontece. O espaço público deve ser o elemento estruturador da

cidade, o elemento que liga os diversos setores e classes, o que constrói a cidade. Temos que ter a ideia das dimensões públicas da vida urbana, no sentido de que existe o que chamamos de transporte público, de escolas, os equipamentos culturais, como algo que a cidade oferece independentemente da renda e de quem possa acessar, oferecendo para todos um alto grau de qualidade nos serviços e nos espaços. Isso é o que determina a dimensão pública da cidade. Mesmo sabendo disso, nós não fomos capazes de fazer até hoje um espaço público para todos (ROLNIK, 2014).

Rolnik (2014) faz uma conclusão da ordem dos seis desafios. Eles são do âmbito de uma reforma do Estado na área urbana. Uma reforma do Estado que não ocorreu, uma reforma do Estado que não realizamos durante o andamento da democratização e apresentamos uma estrutura de gestão do urbano que é definitivamente análoga àquela que tínhamos durante o período autoritário da ditadura militar. Inacreditavelmente, nós não renovamos o Estado nessa área, não fizemos uma reforma urbana (ROLNIK, 2014).

Uma reforma urbana é algo da natureza dos desafios complexos, envolvendo decisões no âmbito da estrutura política, da reforma política, da reforma das estruturas administrativas. Mas acreditamos que nossa sociedade e nossas cidades já estão maduras o suficiente para quererem enfrentar finalmente essa questão (ROLNIK, 2014).

Fazendo uma ligação dos desafios que a professora Raquel Rolnik (2014) nos colocou com a problemática abordada neste subcapítulo – a transformação dos processos –, temos em mente que a reforma urbana virá com a luta popular, as massas exigindo melhores condições de vida nas cidades. As manifestações são um sinal bem claro desse processo. O veículo de luta popular tange a uma transformação política das políticas urbanas implementadas nas cidades. Tanto Itaquera quanto qualquer outra periferia da cidade de São Paulo necessitam de mais investimentos no campo do espaço público e um maior e mais complexo planejamento urbano, que não seja de curto prazo e apenas com objetos inauguráveis, e sim de longo prazo visando suprir a necessidade – o direito à vida e o Estado de bem-estar social – dos povos que ali vivem.

As massas populares, a classe trabalhadora, os que vivem na periferia e são deixados de lado e/ou usurpados pelo Estado devem manifestar-se por melhores condições de vida, devem lutar por seus direitos que são constitucionais e não são cumpridos pelo Estado. Só a luta organizada e coletiva por uma transformação social mais digna pode mudar esse modelo de urbano que nós temos hoje, segregacionista.

O povo nas ruas é a representação do instrumento de luta para a classe trabalhadora excluída pelo sistema, esse movimento é necessário para alavancar a reforma urbana.

Mostraremos alguns depoimentos dos moradores de Itaquera para registrar e comprovar os fatos e a luta por moradia.⁴ O Comitê Popular da Copa em São Paulo teve papel primordial junto aos movimentos de moradia e de outros movimentos sociais para articular e organizar a luta dos que sofrem com o desprezo do Estado na questão da moradia e dos direitos humanos básicos.

Tita Reis, membro das Comunidades Unidas de Itaquera e do Grupo Dolores Boca Aberta, diz um pouco sobre o processo de transformação do bairro, sobretudo da Comunidade da Paz.

A Copa do Mundo vai servir para quem? Pra que está sendo construído todas essas obras viárias? A especulação imobiliária tem ocorrido no bairro de Itaquera. Milhões e milhões gastos com estádio, enquanto a gente tem aqui uma comunidade do lado do estádio que está sendo ameaçada de remoção, não tem os direitos garantidos. A promessa de moradia de casa própria não chegou para essa comunidade. O pouco que a gente está tentando fazer aqui é, junto com a comunidade pressionar o poder público na luta pela moradia que é um direito de todo mundo da cidade. (Tita Reis, informação verbal)

Valter de Almeida Costa, de Itaquera, diz um pouco sobre a luta dos moradores da Comunidade da Paz.

Então a gente espera que haja uma rápida reunião com a Secretaria de Habitação para saber a final de contas se há um projeto de moradia para essas famílias. Os moradores daqui estão fazendo um levantamento das moradias vazias (da região de Itaquera), dessas unidades que não estejam ocupadas. Por que estão sendo feitas essas pesquisas por moradores que estão aqui (Comunidade da Paz)? Porque não querem ganhar os trezentos reais do vale despejo, não querem tentar arrumar um aluguel sabe-se Deus lá onde para pagar trezentos reais. Querem uma casa por outra casa. Por isso, os próprios

⁴ Entrevista na íntegra no vídeo *Debate Bola – Comunidade da Paz*, concedida no dia 20 de abril de 2013, organizada pelo Comitê Popular da Copa em São Paulo, na Comunidade da Paz, em Itaquera. Disponível em: <<https://bit.ly/2AEZvUq>>. Acesso em: 23 out. 2014.

moradores estão se organizando, isso que é importante (Valter de Almeida Costa, informação verbal).⁵

Os depoimentos mostram a situação em que os moradores se encontravam no período que antecedia a Copa do Mundo, com uma pressão muito grande para o despejo e falta de informação, uma situação de desespero por conta dos moradores que não sabiam o que poderia acontecer naquele período. Poderiam ser despejados a qualquer momento, iguais às outras comunidades das outras cidades-sedes da Copa do Mundo, das quais o exemplo mais escancarado foi a cidade do Rio de Janeiro. Mas a união dos movimentos sociais, com a união e a organização dos moradores da Comunidade da Paz, por via da Associação dos Moradores, conquistou a vitória do direito pela moradia. A PMSP, no dia 24 de abril de 2014, véspera da Copa do Mundo, incluiu as famílias da comunidade no programa de habitação do município,⁶ no qual todas elas seriam realocadas para outros imóveis em Itaquera até o ano de 2017, pagando o imóvel de acordo com a renda de cada família. Mesmo com essa vitória dos moradores da Comunidade da Paz, a luta por moradia e pelo direito à cidade do povo de Itaquera não acabou. A luta pelo direito à cidade deve acontecer sempre que for necessário por parte dos povos de Itaquera e da periferia em geral, e é isso que os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil nos mostram e devem continuar mostrando a cada dia, com conflitos ou não.

No próximo subcapítulo será abordado como o Estado reprime o direito de manifestar-se contra os atos que ele reproduz no e pelo sistema. Sabemos que a voz do povo nas ruas é exclusivamente um pedido de transformação do sistema. A repressão e violência realizadas pela PM contra o povo é a forma mais banal que o Estado encontra para tentar calar a boca dos cidadãos, muito sangue é derramado, muitas vidas são

⁵ Discurso feito no período em que não havia nenhuma notícia ou informação sobre qual seria o futuro da Comunidade da Paz em Itaquera, sabendo-se apenas que a Comunidade seria desapropriada para construção do Parque Linear Rio Verde.

⁶ Famílias da Comunidade da Paz foram incluídas em programa de habitação da PMSP. O primeiro grupo tinha previsão de ser realocado em Itaquera ainda no primeiro semestre de 2015, e o outro, até o ano de 2017. Apesar de todo o ocorrido, a Comunidade da Paz ainda permanece e resiste no mesmo local em Itaquera (2019), com parte dessa área destinada ao Parque Linear Rio Verde (local do qual foram retiradas diversas famílias para a construção). O documento da Secretaria Executiva de Comunicação da Prefeitura Municipal de São Paulo com essa informação foi retirado do ar. Data de leitura do documento: 24 abr. 2014. Data de conferência da indisponibilidade: 30 nov. 2018.

perdidas pela luta, tudo por uma justiça social que não olhe apenas para as classes ricas, os dominantes, e sim para todos, de forma igual e sem preconceitos, dando as mesmas condições de vida e sendo uniforme e horizontal, no sentido de não haver diferenciação entre ricos e pobres, homens e mulheres, brancos e negros. Um Estado de bem-estar social para todos.

4.3 As manifestações populares: contra o processo de desencadeamento da Copa do Mundo – pelo direito à cidade e à vida

Este subcapítulo diz respeito às manifestações populares que vieram à tona no Brasil em 2013 e 2014, principalmente na cidade de São Paulo, diante dos megaeventos esportivos. Não poderíamos deixar passar em branco essa discussão, esse assunto foi um dos mais repercutidos na mídia nacional e na sociedade como um todo. As manifestações que tomaram conta das ruas da cidade durante o período que antecedeu a Copa do Mundo foram de proporções significativas para que este subcapítulo viesse a compartilhar e descrever sobre esse processo de resistência.

A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas organizou-se politicamente para combater as irregularidades sociais e urbanas que o poder estatal usou frente aos megaeventos esportivos no Brasil, tais como Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016. Durante o período que antecedeu a Copa do Mundo e as Olimpíadas foram defendidas nove pautas, publicadas no site do Portal Popular da Copa e das Olimpíadas. São elas:

1. **Participação / Consultas Públicas:** As ações e obras propostas no âmbito dos megaeventos devem ser objeto de amplas consultas e audiências públicas, e os posicionamentos e recomendações definidos nesses espaços devem orientar as ações, garantindo a efetiva participação popular.
2. **Transparência e acesso à informação:** Os planos, projetos, cronogramas, convênios, contratos e ações promovidas no âmbito da Copa e Olimpíada devem ser de domínio público.
3. **Orçamento:** Os orçamentos devem ser publicizados e sua execução acompanhada pela sociedade civil. Nenhuma política social, urbana e ambiental pode sofrer cortes em função da necessidade de direcionar recursos para as obras relacionados aos Jogos.

4. **Direitos trabalhistas:** A construção das infraestruturas e equipamentos, bem como todos os serviços relacionados aos jogos devem respeitar os direitos trabalhistas, possibilitar a inclusão na formalidade do maior número possível de trabalhadores e não perseguir ou criminalizar ambulantes e trabalhadores/as informais, camelôs e artesãos.
5. **Despejo ZERO na realização da Copa e Olimpíada:** Para a realização das obras e dos eventos não devem ocorrer remoções e despejos forçados. Os megaeventos devem realizar obras que prioritariamente proporcionem melhoria na qualidade de vida das pessoas, principalmente, daquelas que se encontram em situação de desigualdade social, garantindo o direito à moradia e o direito à cidade a todos e todas, respeitando a legislação nacional e as recomendações e tratados internacionais.
6. **Não a outras violações de Direitos Humanos:** As ações de segurança e intervenção urbanística devem respeitar os direitos humanos, com a intenção de melhorar a realidade urbana e as condições de vida de populações vulneráveis como moradores/as de assentamentos informais e cortiços, mulheres, crianças e adolescentes, trabalhadores/as informais, comunidades indígenas e afrodescendentes, população em situação de rua, artistas populares, dentre outros.
7. **Legado social e Ampliação de direitos:** O saldo final dos investimentos e políticas de incentivos praticados para viabilizar os megaeventos deve ser de um legado sócio urbano e socioambiental positivo para toda a sociedade de modo que sejam ampliados os direitos humanos, civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais. Para tanto, deve ser construído um Plano de Compromisso em diálogo com as organizações não governamentais, movimentos sociais e comunidades afetadas.
8. **Repúdio à “cidade de exceção”:** A realização das obras deve observar e aplicar os princípios que constam no Estatuto da Cidade, na Constituição Federal e nos tratados e acordos internacionais, permitindo, assim, a construção de cidades justas, democráticas, sustentáveis e inclusivas e a garantia de direitos historicamente conquistados, além de evitar o endividamento externo e o subsídio às grandes empresas.
9. **Em Defesa de uma política esportiva e cultural:** Cultura e esporte são elementos essenciais na formação das pessoas. Toda cidade deve ter um amplo projeto de incentivo à cultura popular e ao esporte comunitário. Buscar a integração

da saúde, educação e lazer. Defendemos projetos populares e de longo prazo, com investimentos na base em todas as áreas do esporte e da cultura. (PORTAL POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2011)

Diante das pautas defendidas pela Articulação dos Comitês Populares da Copa e de outras organizações políticas, a população foi às ruas lutar por seus direitos. Afinal, o Estado abre exceção para o grande capital e não cumpre o dever de casa em relação às políticas sociais que afetam as classes sociais mais baixas. A Copa do Mundo no Brasil foi a mais cara da história das Copas, gastaram-se R\$ 28 bilhões de reais, mais do que a soma das últimas duas Copas, para termos ideia de quanto foi abusivo esse megaevento (GARCIA, 2014, p. 25).

Para articular melhor a questão das manifestações, vamos fazer uma análise geral do fortalecimento destas no Brasil. No ano de 2013, a maioria das capitais brasileiras aumentou o preço da passagem do transporte público. Nesse contexto o Movimento Passe Livre (MPL) se organizou mais uma vez e foi às ruas protestar contra o aumento da tarifa. Esse momento era o período que antecedia a Copa das Confederações no Brasil. As manifestações chamadas pelo MPL tomaram grande repercussão nacional quando a repressão da PM foi extremamente abusiva do ponto de vista da força. A PM atirou bombas de gás, bombas de efeito moral e balas de borracha; a cavalaria e motocicletas atropelaram civis. Nem a imprensa passou em ilesa nessas manifestações, com centenas de repórteres atingidos e feridos por tamanha violência. Dessa forma, a mídia conservadora e direitista, que se colocava contra as manifestações até aquele momento, presenciou e foi atacada com o abuso da força pela PM, foi quando mudou o seu discurso. O alvo passou a ser o Estado pelo abuso da força. Mas o Estado não recuou em nenhum momento, manteve a repressão cada vez mais forte e gastou milhões de reais com a indústria armamentista. O GESP gastou o montante de “R\$ 35 milhões na compra de 14 veículos blindados com capacidade de atirar jatos d’água, gás lacrimogênio e tinta em pessoas até 60 metros de distância” (GARCIA, 2014, p. 25). Em vez de investir nos equipamentos públicos e nas políticas sociais que eram reivindicadas, o Estado gastou dinheiro público com a guerra urbana, de modo a financiar a indústria armamentista, também patrocinadora de campanhas eleitorais, sendo assim um ciclo vicioso de criminalização tanto de civis quanto de movimentos sociais.

As reivindicações nas ruas não eram somente pelo aumento da passagem ou para dizer que não queriam os megaeventos no Brasil. As manifestações eram pela questão urbana que sempre foi deixada de lado pelo Estado. A professora Ermínia Maricato

(2013) da FAU/USP nos traz seu posicionamento sobre essa realidade que vivemos no ano de 2013, quando o Brasil levou mais de 1 milhão de pessoas nas ruas para protestar por melhorias urbanas e sociais.

Os que acompanhavam e estudavam a veracidade das cidades brasileiras não estranharam as manifestações que abalaram o Brasil em junho de 2013. Porventura, a classe de jovens, geralmente de classe média, que compunha a maioria dos manifestantes demanda uma explicação um pouco mais elaborada, já que foi precedida dos movimentos fortemente apoiados nas redes sociais. Porém, no Brasil é impossível dissolver as principais razões objetivas e subjetivas desses protestos da condição das cidades. Tal cidade que é ofuscada por uma esquerda que não enxerga a luta de classes e por uma direita que pleiteia tudo na especulação imobiliária e no assalto ao orçamento público com os superfaturamentos. Para completar o pensamento, vale a pena lembrar que existe uma conexão e uma lógica estrutural já amarrada entre legislação urbana, serviços públicos urbanos (terceirizados ou não), obras de infraestrutura e financiamento de campanhas eleitorais. Dessa forma, percebe-se que os problemas relacionados à cidade envolvem um campo de circulação do grande capital e de uma governança interessada nessa circulação, seja politicamente, seja economicamente (MARICATO, 2013, p. 19).

Segundo Maricato (2013), refletimos que o principal local da reprodução da força de trabalho é nas cidades. Entretanto, a melhoria da qualidade de vida do trabalhador não é necessariamente uma melhoria nos salários ou na distribuição de renda. Melhor qualidade e melhores condições de vida dependem, amiúde, de políticas públicas urbanas – coleta de lixo, educação, iluminação pública, lazer, moradia, saneamento, segurança, saúde, transporte, entre outras coisas. Isto é, a cidade não é apenas um lugar, o suporte ou o chão para fornecer a reprodução social da população. “Suas características e até mesmo a forma como se realizam fazem a diferença” (MARICATO, 2013, p. 19-20).

Além de tudo, a sociedade vive, na maioria dos casos, em cidades divididas, fragmentadas e propensas ao conflito. O modo pelo qual assistimos nosso mundo e o modo pelo qual deliberamos suas alternativas estão quase sempre associados ao lado em que nos encontramos. A globalização e a reviravolta em direção ao neoliberalismo aumentaram ao invés de diminuir as desigualdades sociais. “O poder de classe foi restaurado às elites ricas”⁷ (HARVEY, 2013, p. 28). As implicações se realizaram de

⁷ Cf. HARVEY, 2008.

maneira indelével e determinante nas formas espaciais de nossas cidades. Assim, a cada dia que passa, as cidades tornam-se “fragmentos fortificados”. Percebe-se que ao longo dos últimos 30 anos de reestruturação neoliberal há um desenvolvimento geológico desigual, tanto internamente quanto entre as cidades. As cidades “globais” do capitalismo neoliberal são divididas socialmente entre elites financeiras e a grande massa de trabalhadores de baixa renda, que se fundem aos marginalizados e desempregados (HARVEY, 2013, p. 28-29).

“O direito à cidade não é um presente” (HARVEY, 2013, p. 34). O direito à cidade deve ser tomado pelo movimento político das classes menos favorecidas, os pobres. “A luta pelo direito à cidade merece ser realizada. Deve ser considerada inalienável. A liberdade da cidade ainda precisa ser alcançada. A tarefa é difícil e pode tomar muitos anos de luta” (HARVEY, 2013, p. 34). Os movimentos sociais também têm sua representatividade na luta pelo direito à cidade, são longas e duras as histórias e trajetórias do Movimento Passe Livre, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, do Movimento Feminista, do Movimento Negro e tantos outros movimentos. Ainda que muitas vezes encerrados em suas realidades particulares ou aliciados pelas comissões oficiais que nada determinam, a não ser fumaça e retórica, são os movimentos sociais que trabalham o tecido social de nossas cidades. Representam a pluralidade dos grupos culturais, em que todas as tribos e coletivos, por meio de diversas formas de expressão, mais ou menos transgressoras, emergem contra um sistema social e uma cidade que lhes nega lugar e passagem no espaço urbano (VAINER, 2013, p. 40).

São esses movimentos e dinâmicas que vêm agora à tona. Trazem para nossas cidades e para a esfera pública o frescor do que ainda não foi contaminado pela ideologia do empreendedorismo e do individualismo competitivo que pretendem a totalidade da vida social. Desafios pela cidade de exceção, pela cidade-empresa e pela democracia direta do capital, eles agora os desafiam. Querem outra cidade, outro espaço público. A convulsão social em que o país e suas cidades foram lançados abre extraordinárias possibilidades de interpelação e transformação. Mas nada ainda está decidido. O jogo está aberto. A história nos revisita, nos pisca o olho e nos lembra de que outra cidade é possível. (VAINER, 2013, p. 40)

Ao pensar junto a Vainer (2013), analisamos que o urbano passa por uma transformação nos processos. A globalização e as políticas nacionais em diversos setores que envolvem as cidades estão pulsando por uma transformação que seja

mais justa socialmente para todos. Porém o mercado não se ajusta às necessidades espaciais para todos no que se refere às políticas que envolvem a qualidade de vida dos moradores da cidade; o mercado fragmenta o espaço e segrega as pessoas. A cidade virou uma mercadoria, só vive em uma área com infraestrutura desejável do ponto de vista do direito à vida quem tem dinheiro para pagar. O tecido urbano foi fragmentado em diversas áreas, nas quais cada porção do espaço tem um preço, e as porções com preços mais baixos – as periferias – são usurpadas pelo mercado imobiliário cada vez mais. Itaquera é o exemplo concreto disso.

A luta por uma Justiça Social nas cidades (HARVEY, 1980) vem crescendo a cada dia que passa pela classe trabalhadora, oprimida pelo Estado e pelo capital. Os movimentos políticos de esquerda e os movimentos sociais e culturais estão fazendo sua parte na luta pelo direito à cidade (LEFEBVRE, 1991). No contexto das lutas urbanas, é relativamente pequeno o número de participantes em relação à totalidade do número de pessoas que vivem nas cidades (em porcentagem), porém sabemos que é extremamente importante a participação de todos esses movimentos nas mobilizações que envolvem as transformações dos processos das políticas urbanas, e que é muito significativo o número crescente de manifestantes nas cidades brasileiras.

As manifestações que ocorreram durante os anos que antecederam a Copa do Mundo no Brasil abarcaram diversas questões do âmbito urbano. Todos os movimentos sociais e políticos que as organizavam se colocavam contra o processo de desencadeamento da Copa do Mundo no Brasil, no argumento que ainda existe muito para ser feito para os menos favorecidos e o capital investido no evento foi para as grandes instituições, corporações e incorporadoras. Fazendo uma análise geral do evento, ele não foi designado para todos: no geral foi para as classes média e alta e turistas estrangeiros. A maioria da população não fez parte dessa grande festa. A Copa do Mundo foi marcada por um superfaturamento em todas as obras, foi a mais cara de todas, isso desestimulou muitas pessoas em relação ao evento. Mas mesmo assim foi um megaevento realizado com sucesso para o governo e para o grande capital. O povo foi suprimido com a repressão da PM em todas as capitais que sediaram os jogos, houve muitos presos políticos e um excesso de violência por parte da polícia.

Um dos legados que ficou dessa Copa do Mundo foi o “cartão verde” que o Estado deu para a PM reprimir a população que se manifesta contra suas políticas. A PM, que mostra desde a ditadura militar, ou até mesmo antes, sua violência com a população mais pobre e principalmente negra. Os fatos mostram que ela teve seu aval decretado pelo Estado para agredir, prender e matar da forma que achar necessário. Foi o maior

abuso de violência em atos públicos urbanos por parte do Estado desde o final da ditadura militar e do início da redemocratização do país (1985). Nenhum policial foi preso por atitudes criminosas contra os direitos humanos, tudo foi encoberto pelo Estado, principalmente pelo poder judiciário.

As manifestações no geral eram pacíficas, no âmbito de lutar sem agredir o próximo. Porém, com a violência da PM não se podia apenas apanhar, e nesse momento começou uma guerrilha urbana entre população e Estado. Este último é representado pela PM, e a população, pelos manifestantes. A violência no geral sempre começava por parte da PM, sejam fardados ou infiltrados à paisana, dos quais vários policiais foram identificados dentro das manifestações para incitar a violência. Os registros realizados por manifestantes, imprensa e coletivos sociais são as provas do abuso do poder pela PM. Os coletivos sociais *Mídia Ninja* e *Advogados Ativistas* foram dois dos que mais registraram as manifestações em fotos e vídeos, mostrando o excesso de violência por parte do Estado. Nesses registros fica claro e bem explícito o Estado de exceção (AGAMBEN, 2004; MAIOR, 2014) em que o Brasil entrou em prol do grande capital.⁸

A grande mídia conservadora e direitista usufruiu do seu grande poder de articulação de notícias para distorcer muitos fatos acontecidos nas manifestações e manipular muitas pessoas que não têm nenhuma formação política. As notícias percorridas pela grande mídia e os depoimentos mentirosos dos representantes do Estado, inclusive dos governadores, fizeram com que a grande maioria da população ficasse contra os civis que lutam por melhores condições de vida nas cidades, pelo direito à cidade e à vida. As palavras “vândalo e marginal” foram marcadas como sinônimos de manifestantes e ficaram na boca do povo por conta da mídia elitista. Atribuir o significado de vândalo e marginal aos manifestantes foi uma grande jogada do Estado e da mídia elitista para ajudar a esvaziar as manifestações, junto com a repressão da PM, que não aliviou nenhum pouco em relação ao poder excessivo da força contra os civis.

A violência que o Estado reproduz por intermédio da PM reflete na sociedade o poder autoritário. Contudo, as pessoas reproduzem a violência no seu contexto social sem pensar que estão na posição de opressor. A violência doméstica é o exemplo mais claro disso. O excesso de violência reproduzido pelo Estado e os seus posicionamentos

⁸ Consultar os vídeos nos sites *Mídia Ninja* (<<https://ninja.oximity.com/>>) e *Advogados Ativistas* (<<http://advogadosativistas.com/category/videos-2/>>).

políticos em referência às políticas sociais se resumem à segurança pública e ao policiamento militar nas ruas. Não há uma política educacional e infraestrutural permanente e digna para sanar os obstáculos que a sociedade e a cidade necessitam de fato. Dessa forma, a reprodução da violência acaba se dando de forma cotidiana na vida das pessoas, seja de forma física ou verbal, racial, cultural, sexista, homofóbica e machista. Tudo isso mata pessoas todos os dias!

Resumindo, todas essas formas de violência se tornaram atos banais, porém “normais” na sociedade, principalmente quando o Estado, a grande mídia elitista e as organizações religiosas interferem nos casos com um discurso distorcido, conservador e manipulador. Eles têm o poder do discurso (FOUCAULT, 1996) nas mãos e influenciam os pensamentos de milhares de pessoas. Com isso, a configuração política da sociedade acaba virando uma tremenda “salada de frutas”, em que o pobre acaba sendo influenciado pela direita e pelos conservadores por não ter uma formação educacional e política necessária para distinguir os fatos e acontecimentos. Muitas vezes fica contra a população que está lutando por melhores condições de vida para ele mesmo e por vezes reproduz o discurso de opressão aos civis que estão na luta por direitos. É esse tipo de cidadão que agrada as políticas do governo, o cidadão que reprime a luta social dos menos favorecidos (os pobres) e que é facilmente cooptado pelo discurso hegemônico do Estado e do grande capital.

Para que haja de fato uma sociedade que tenha um posicionamento político coerente e que não vise a políticas individualistas, e sim coletivas, necessitamos de um avanço educacional maior no país. Um ensino que tenha a sua base de formação sólida e que faça necessariamente as pessoas pensarem e refletirem sobre diversos assuntos que envolvem a sociedade em geral. Dessa forma, dificilmente teremos pessoas que sejam contra o ato de se manifestar por melhorias sociais e contra os manifestantes.

Figura 27. Manifestação Copa pra quem?



Foto: Daniel Bruno Vasconcelos. Manifestação Copa pra quem?, 14 jun. 2013.

Os moradores de Itaquera também participam dessa luta pelo direito à cidade (LEFEBVRE, 1991) e pelo direito à vida (CARLOS, 2011). Douglas Cassiano, produtor musical de rap e artista urbano (desenvolve a sua arte pelo grafite), morador de Itaquera, diz um pouco sobre a sua participação nas manifestações, no documentário *Itaquera – A World Cup in the backyard* (Itaquera – A Copa do Mundo no quintal).⁹

Eu já perdi vários amigos pro crime, pras drogas, por um monte de coisas. Eu vou estar na linha de frente no ano que vem (2014) nas manifestações, o que tiver no meu alcance de poder ir pra algum lugar, eu vou. Porque se eu não for, ninguém vai por mim, ninguém vai debater por mim. Então eu quero ir porque eu quero mudança. (Douglas Cassiano, informação verbal)

O relato de Douglas Cassiano é uma amostra de que o povo da periferia quer uma mudança, quer melhores condições de vida. Por meio dessa fala percebemos que existe uma indignação do povo periférico com a política urbana. Quando Douglas

⁹ O documentário *Itaquera – A Copa do Mundo no quintal* é composto por uma série de episódios que registraram o cotidiano das pessoas de Itaquera no período que antecedeu a Copa do Mundo. A página das reportagens sobre Itaquera se encontra no sitio <<http://itaqueradoc.com>>. Os vídeos estão disponíveis em: <<http://www.itaqueradeserie.com>>. Acesso em: 23 out. 2014.

diz “ninguém vai debater por mim”, concluímos que a representação vigente hoje na política urbana não representa o povo da periferia, neste caso, Itaquera. O povo da periferia tem uma vontade de mudar e melhorar a condição de vida que lhe é imposta pelo Estado e pelo capital e sabemos que esse povo necessita lutar por seus direitos e por seu espaço, antes que sejam espoliados ou exterminados pelo sistema.

Em outubro de 2014, o próprio Douglas Cassiano nos concedeu um depoimento falando sobre a luta do povo de Itaquera e a atual situação do bairro referente às políticas públicas do Estado.

Itaquera, lugar de gente sofrida e esquecida, que só é lembrada de quatro em quatro anos, quando precisam de nosso voto. Mas agora temos nossa voz e não vamos nos deixar calar por motivo algum, vamos lutar pelos nossos direitos e, acima de tudo, lutar pelo nosso bairro. A minha luta e de meus irmãos não acabou, pelo contrário, ela só começou. Temos muito ainda para fazer, tanto por nós quanto pelos nossos próximos. (Douglas Cassiano, informação verbal)

O direito à cidade (LEFEBVRE, 1991) e o direito à vida (CARLOS, 2011) só chegarão com a união e luta da classe trabalhadora que sofre com as precariedades do espaço urbano nas periferias. Neste caso, Itaquera se encaixa perfeitamente no exemplo. A sociedade periférica da cidade, que sofre mais com o caos urbano, deve procurar saber e estudar mais sobre as políticas urbanas que lhe oprimem cotidianamente.

As manifestações que antecederam a Copa do Mundo, que por sua vez tiveram em grande parte a participação de jovens de classe média e baixa, que já não aguentam mais as políticas urbanas atuais, em principal as da metrópole, foram às ruas e soltaram o grito para que todos pudessem ouvir que o que está acontecendo no espaço urbano. Tanto nas políticas urbanas quanto nas políticas sociais, não dá mais para manter o cenário atual, é necessário haver uma mudança. O que ocorre atualmente é um verdadeiro descaso, uma fragmentação e segregação do espaço urbano. Só a luta muda a vida!

Considerações finais

Na medida do possível, foi realizada uma análise geográfica sobre as transformações na estrutura urbana de Itaquera, na cidade de São Paulo. O texto teve a pretensão de fazer uma análise crítica do modo de produção e reprodução do espaço, o qual foi estabelecido pelo Estado e pela iniciativa privada durante os anos que antecederam a Copa do Mundo de 2014.

Para as considerações finais desse trabalho, é inevitável compartilhar e seguir os pensamentos do professor Carlos Vainer (2014), que fala a respeito ao legado dos megaeventos no Brasil. Consequentemente, finalizaremos com nosso ponto de vista, seguindo os pensamentos de outros autores que nos deram todo o suporte teórico e conceitual para realização desta pesquisa.

Antes mesmo de começar a Copa do Mundo no Brasil, para quem estava por dentro da atual conjuntura de planejamento urbano das grandes cidades, não foi nenhuma novidade ver os grandes detentores das operações urbanas se tornarem os grandes vencedores da Copa do Mundo, juntamente com a Fifa e seus patrocinadores. A coalizção realizada pelos detentores das operações urbanas é realizada por meio das “antigas oligarquias da cidade, grandes escritórios de advocacia, de arquitetura, [...] interesses dos grandes comerciantes, dos grandes proprietários de terra, [...] capital industrial, [...] da atividade turística; e, [...] das grandes empreiteiras” (VAINER, 2014). As empreiteiras de serviços e os bancos são os principais vetores de coalizção em nível nacional, estadual e municipal, são eles que têm grande parte do capital público em suas concessões e são eles os grandes financiadores, o esteio da campanha política (VAINER, 2014).

O conceito de cidade que essa coalizão implementa tem três principais vetores. O primeiro segue no âmbito do aprofundamento da desigualdade nas cidades, da segregação socioespacial e do desenvolvimento da cidade sob a lógica de empresa, a cidade-empresa, a cidade-comércio, a cidade-emprego. As cidades passam a ser pensadas como empresas concorrendo umas contra as outras em um mercado internacional de cidades. Elas se tornam empresas que concorrem com outras para vender localizações, atrair investimentos, turistas e eventos.

O segundo vetor se refere à despolitização da cidade. “A despolitização da cidade significa a transformação da cidade de espaço público em privado” (VAINER, 2014). Para essa grande coalizão é necessário que a cidade não seja objeto de discussão pública, uma operação urbana jamais pode ser discutida com o público no âmbito da cidade-empresa. “O processo de privatização da cidade é a negação da política, portanto, o fim da expectativa da democracia urbana. É a transformação do governo urbano em um governo autoritário” (VAINER, 2014).

O terceiro é o autoritarismo urbano. “A cidade da empresa, a cidade do evento, a cidade da negociação empresarial, das chamadas parcerias público-privadas, é uma cidade para a qual a democracia é um obstáculo” (VAINER, 2014). Um modelo central desse autoritarismo urbano está no âmbito das parcerias público-privadas como forma de captura do espaço urbano pelo capital privado. A contraface da cidade de exceção é a democracia direta do capital, a sociedade é excluída dos processos de discussão dos destinos da cidade e de negociação das operações urbanas (VAINER, 2014).

Ou seja: um processo de desperdício de recursos públicos, de entrega de área ambiental, de entrega de patrimônio público, de investimentos que vão ser capturados pelo processo de valorização imobiliária. Isso é o exemplo de uma operação urbana, isso é o exemplo do que é a democracia direta do capital, do que é a apropriação da cidade e a privatização dos espaços urbanos. (VAINER, 2014)

No âmbito da administração pública e dos administradores do dinheiro público, o que fica marcado é: “para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei” (VAINER, 2014). Os amigos, nesse caso, são as empresas de coalizão das operações urbanas, e a população se torna inimiga da cidade-negócio, da cidade-empresa, da cidade-corporativa. Os grupos sociais que se manifestam no espaço público levando propostas e projetos públicos se tornam os maiores inimigos deste tipo de cidade. A sociedade civil organizada é o inimigo número um dessa grande coalizão e

das administrações públicas municipais, estaduais e federais. A resposta disso é a violência policial contra a sua própria população (VAINER, 2014).

Durante as manifestações anti-Copa houve muita brutalidade, abuso e inconseqüência das instituições policiais, em principal da PM. Com o aprofundamento das desigualdades sociais e o fim da democracia nas cidades, se é que algum dia já foram democráticas, a violência se impõe. A PM entra em ação para conter os pobres nos espaços em que foram alocados, ela atua para impedir as manifestações públicas, promove a violência excessiva, é uma espécie de “cala a boca, senão você apanha, vai preso ou morre”. Isso porque para cidade-empresa as manifestações populares e a sociedade civil organizada são uma ameaça. A ideia que fica é: “Não vamos discutir com os cidadãos, porque essa cidade não é pros cidadãos, é pros compradores de cidade” (VAINER, 2014). Dessa forma, a repressão por parte do Estado passa a ser um elemento central no conceito geral de cidade-empresa. Nesse processo, os que não aderem ou não fazem parte deste modelo implantado é criminalizado por se posicionar contra (VAINER, 2014).

“A cidade-empresa reconhece não o cidadão ou o morador. Ela reconhece dois personagens principais: o cliente e o investidor. Ou você é comprador, ou você é investidor” (VAINER, 2014). Nesse modelo, o cidadão não pode querer discutir a cidade em que ele vive, porque isso é uma ameaça à competitividade da cidade-empresa com outras empresas (cidades). Podemos chamar esse processo de democratização de repressão e da brutalidade promovida pela PM, a diferença é que nas manifestações populares a PM usa balas de borracha; nas periferias ela usa balas de chumbo. A ação política do povo segregado nas periferias é criminalizada porque não há espaço para pobres na cidade-empresa. A criminalização e o genocídio do povo pobre são o discurso e a prática da cidade-empresa, vide que a grande maioria desse povo é negro, indivíduos segregados socialmente por séculos no Brasil (VAINER, 2014).

Os gestores das grandes cidades brasileiras mostraram descaradamente o Estado de exceção (AGAMBEN, 2004; MAIOR, 2014; VAINER, 2014) que consiste nas políticas públicas da cidade. Vainer (2014) diz sobre o conceito de cidade de exceção: “Não há regra. As operações urbanas permitem que a lei estabelecida no plano diretor seja suspensa. A cidade de exceção é a cidade em que a regra caduca sempre que se faça uma negociação entre Estado e capital privado, que interesse ao capital privado”. O plano diretor teoricamente deve ser rígido, voluntarista, intervencionista, tecnocrático, mas o que o mercado precisa é de flexibilidade. A cidade, então, é entregue à lógica do mercado porque nas políticas capitalistas e neoliberais o mercado é a melhor forma

de determinar os nortes da sociedade e da cidade. Mas temos a convicção de que não é essa a melhor forma de se administrar e planejar uma cidade, esse modelo vai na contramão dos nossos pensamentos.

O Estado atua como facilitador do lucro das grandes empresas a partir do uso do espaço público, na corrida da competição da cidade-empresa. Ela tem que atender aos capitais presentes e atrair mais capitais. Se continuarmos nessa mesma lógica de planejamento urbano, depois de 20 anos de hegemonia desse sistema o que veremos é um aumento da desigualdade social urbana, uma segregação socioespacial consolidada, e é isso que vemos nas últimas décadas. Os pobres não terão espaço na cidade planejada, porque ela não está sendo planejada para pobres.

As grandes cidades brasileiras têm uma história de desigualdades sociais dentro de cada tecido urbano traçado, o que vemos hoje é um processo de guetificação urbana (principalmente nas metrópoles), uma transformação da cidade em um conjunto de cidadelas: “as cidadelas dos ricos, nos condomínios fechados, cercados por muros e protegidos por vigilantes; e os condomínios dos pobres, ou os guetos dos pobres, cercados por policiais” (VAINER, 2014). Para a classe dominante é garantido o direito à cidade, mesmo que seja pela iniciativa privada; para os pobres, muitas vezes não são nem garantidas suas necessidades primordiais de vida, como saneamento básico, energia elétrica, saúde, educação, entre outras coisas (VAINER, 2014).

O que acontece nesse processo capitalista das cidades-empresas é que ela traz a lógica social de “limpeza urbana”, que está ligada ao processo de valorização fundiária e aos grandes projetos urbanos, que não querem ver a miséria, mas querem ver uma vizinhança “limpa”. O que é evidente nas cidades brasileiras é que a classe alta – os ricos – gosta de ver os pobres trabalhando nos serviços que lhe são necessários, como na limpeza de seu prédio, de porteiro, de empregada doméstica, entre outros trabalhos que são mal remunerados no Brasil. A classe alta não quer ver os pobres morando perto, não quer tê-los como vizinhos. Como vizinho o pobre é o suposto nefasto, perigoso, o ele traz o perigo e se torna uma ameaça à sua integridade. Mas o pobre como seu empregado é muito bom, pois não precisa pagar muito. Esse cenário gera uma ambiguidade, porque a burguesia necessita da força de trabalho dos pobres, mas, ao mesmo tempo, essa mesma burguesia quer que eles estejam o mais longe possível. Como trabalhador o pobre é bom; como um civil, ele é ameaça e desconforto. É dessa forma que a cidade vai vivendo e o Estado é um dos principais promotores da desigualdade. Esse cenário só terá algum tipo de mudança quando as políticas urbanas forem pensadas e aplicadas na cidade como uma totalidade,

uma administração para todos por meio de políticas de universalização dos serviços (VAINER, 2014).

Esse cenário que o professor Carlos Vainer nos dimensiona sobre a cidade-empresa de fato está marcado na realidade dos países que se propõem realizar um megaevento internacional. Mas temos que fazer uma ressalva de que esse movimento todo é realizado por sujeitos – são eles os sujeitos políticos e os sujeitos hegemônicos da economia. Esses sim disputam uns com os outros um mercado de grandes investimentos e flexibilidades estatais para a reprodução do capital em diversas cidades para beneficiamento em: grandes construções de objetos urbanos, uso exclusivo do território para venda de produtos de patrocinadores, favorecimento em isenção de impostos, especulação imobiliária, entre outros atrativos de cunho político e de lucro exorbitante para as empresas e entidades envolvidas. São incentivos políticos e de capital estatal, com cifras bilionárias para esses atores hegemônicos desenvolverem seus projetos em território urbano, a briga em território nacional é para saber quem terá a maior parte desses recursos, qual cidade. Em outras palavras, saber quem ficará com a maior fatia do bolo.

Itaquera dentro desse circuito de ações políticas do capital privado e do Estado, serviu, como tantos outros locais no Brasil e no mundo, como um exemplo de que os megaeventos esportivos não trazem um desenvolvimento urbano e tampouco uma justiça social para a população local. Pelo contrário, eles atenuam a desigualdade e a segregação socioespacial. A população de Itaquera e regiões próximas pode até usufruir dos objetos urbanos construídos para o megaevento, mas o custo disso para os cidadãos locais numa conjuntura socioespacial foi exorbitante. A hiperinflação dos preços dos imóveis para aluguel e venda, dinamizado por uma especulação imobiliária na área, acarretou diretamente no aumento do custo de vida dessas pessoas e suas rendas não aumentaram na mesma proporção. A valorização imobiliária de uma região gera o aumento de todos os produtos e mercadorias produzidos e vendidos no local, custo sempre pago pelo consumidor final. Assim acontece, em muitos casos, de as famílias terem que optar por pagar o aluguel ou colocar comida no prato. A realidade nas grandes cidades é muito dura, pois os atores hegemônicos que moldam o espaço urbano não se preocupam em nenhum momento com a realidade social das pessoas mais pobres.

O tsunami de capitais (MARICATO, 2014) que girou no processo de desencadeamento da Copa do Mundo no Brasil e durante os jogos serviu para mostrar o aprofundamento da desigualdade urbana causada pelo mercado imobiliário e pela

atuação do Estado como um agente propiciador dessas desigualdades do mercado capitalista. O problema da desigualdade social concerne na forma em que são pensadas as políticas públicas para os mais pobres. Sempre haverá desigualdade social e segregação socioespacial enquanto o planejamento das cidades continuar da forma que está. O problema está na estrutura urbana das cidades e a solução é enfrentar todos esses desafios que colocamos aqui no âmbito da reforma urbana. Precisamos pensar numa cidade para todos, uma cidade que tenha um planejamento com uma perspectiva humana, e não apenas utilizar do espaço urbano para reproduzir capital para os grandes atores hegemônicos.

Ao chegar ao final deste trabalho, depois de analisar diversas problemáticas que envolveram os impactos da construção do estádio Itaquerão, a realização da Copa do Mundo de 2014 e a questão urbana brasileira, temos em vista que a situação em que se encontra a formação socioespacial brasileira, passando pelos campos social, político e econômico, há uma necessidade de mudança e transformação dos processos que culminam para uma formação social. É necessário que essa transformação tenha um caráter coletivo, pensando o urbano como uma totalidade e não como fragmentos, mas ela só terá um âmbito coletivo quando houver uma ruptura dos processos que estão impostos hoje na questão urbana. Seguindo o pensamento de Rolnik (2014), há uma necessidade de um novo modelo de planejamento urbano para as cidades. O desafio para chegar em um contexto urbano em que não haja, ou quase não haja, segregação socioespacial e desigualdades sociais, no que diz respeito ao direito à cidade e ao direito à vida, é transformar os processos que hoje estão impostos no âmbito do urbano. Para isso, é necessário romper com o grande capital que concerne às políticas públicas do urbano. Dessa maneira, poderemos superar essa concepção de cidade imposta atualmente para pensar uma nova formação socioespacial, com mais igualdade e justiça social entre todas as pessoas.

Referências

- ACCENTURE. Estádio da abertura da Copa 2014 como dinamizador do desenvolvimento da zona leste e da cidade e São Paulo. Dublin: Accenture, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/39UkMV>>. Acesso em: 5 dez. 2013.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004. (Estado de Sítio).
- ALVEZ, Martha. Sem-teto invadem terreno particular perto do Itaquerao. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 maio 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2OmNE2f>>. Acesso em: 23 jul. 2014.
- ANDRADE NETO, Gustavo Pires de. Discurso, projeto e mercado na realização do Concurso Bairro Novo em São Paulo. *Lares*, [S.l.], 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/2PC1geI>>. Acesso em: 19 mar. 2014.
- BONDUKI, Nabil. O modelo de desenvolvimento urbano de São Paulo precisa ser revertido. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 23-36, 2011.
- BOULOS, Guilherme; ROCHA, Josué; DORES, Maria das. O que quer o MTST?. In: JENNINGS, Andrew. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?* São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2014.
- BRASIL. Política Urbana: art. 182/183; capítulo II da Política Urbana. In: _____. *Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____. Dos direitos e garantias fundamentais: art. 6º; capítulo II dos Direitos Sociais. In: _____. *Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 2010. Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A questão da habitação na metrópole de São Paulo. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. VII, n. 146 (046), 1 ago. 2003.

- _____. Diferenciação socioespacial. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 45-60, jan.-dez. 2007.
- _____. *A (re)produção do espaço urbano*. 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.
- _____. *A cidade*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2011. (Repensando a Geografia).
- CASTELLS, Manuel. *Problemas de investigação em sociologia urbana*. Tradução de Lemos Azevedo. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- _____. *A questão urbana*. Tradução de Arlete Caetano. 4. ed. 1. reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CLARK, David. *Introdução à Geografia Urbana*. Tradução Lucia Helena de Oliveira Gerardi, Silvana Maria Pintaudi. São Paulo: Difel, 1985.
- COPA2014. *Convênio zona leste*, São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <<https://bit.ly/2S9pxX5>>. Acesso em: 27 set. 2013.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 4. ed. 6. reimp. São Paulo: Ática, 2005.
- _____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 15-48.
- COSTA, Fernando Nogueira da. Descompasso entre a capacidade de endividamento das famílias e o financiamento imobiliário. *Cidadania e Cultura*, [S.l.], 11 jul. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2PAeDfd>>. Acesso em: 23 maio 2014.
- COSTA, Valter de Almeida. Uma vela se apagou na Comunidade da Paz. *ZonaLeste. EstudoseCidadania*, São Paulo, 24 jul. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/2HRdsg>>. Acesso em: 19 set. 2013.
- D'ADREA, Tiarajú. Itaquera, muito além da Copa do Mundo. *Le Monde Diplomatique Brasil*, Curitiba, ano 5, n. 57, p. 36-37, abr. 2012.
- DE MATTOS, Carlos A. Redes, nodos e cidades: transformações da metrópole latino-americana. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.) et al. *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2004. p. 157-196.
- ESPAÇO & DEBATES: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. *Depoimentos de Martins, Langenbuch e Bonduk*. São Paulo: Neru, ano XVII, n. 42, 2001. p. 75-99.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

GARCIA, Bruno. Tradição de exclusão: Copa mais cara do mundo reforça experiência brasileira de sediar grandes eventos para favorecer poucos. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 9, n. 105, jun. 2014. Ed. especial Quem paga a conta? A obsessão da nossa República por grandes eventos.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. Prefácio e tradução Armando Corrêa Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

ITALIANI, Rafael. Sem-teto ocupam terreno particular perto do Itaquerão. *MSN Notícias*, [S.l.], 3 maio 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2F1dpFH>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

ITAQUERA PARTICIPAÇÕES. *Pedreira Itaquera*, São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <<https://bit.ly/2RdpLfM>>. Acesso em: 20 set. 2013.

JUSTIÇA determina fim da ocupação Copa do Povo, perto do Itaquerão. *Metro*, São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <<https://bit.ly/2riVYqK>>. Acesso em: 23 jul. 2014

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo. Editora Moraes, 1991.

_____. *A cidade do capital*. Tradução Maria Helena Rauta Ramos, Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999a.

_____. *A revolução urbana*. Editora UFMG. Belo Horizonte, 1999b.

_____. *A produção do espaço*. Tradução Doralice Barros Pereira, Sérgio Martins. [S.l.]: [s.n.], 2006.

_____. *Espaço e política*. Tradução Margarida Maria de Andrade, Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOBEL, Fabrício. MTST promete “saída provisória” da Copa do Povo em 45 dias. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 jul. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2JB4dXr>>. Acesso em: 24 jul. 2014.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. Lei Geral da Copa: explicitação do estado de exceção permanente. In: JENNINGS, Andrew. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?* São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2014.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

_____. A Copa do Mundo no Brasil: tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana. In: JENNINGS, Andrew. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?* São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2014.

MARX, Karl. *O capital: a crítica da economia política*. Tradução Regis Barbosa, Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. I, livro I, tomo 2. (Coleção Os economistas).

METRÔ SP. Média diária de passageiros na estação Corinthians-Itaquera, 91 pessoas. *Portal da transparência*, São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <<https://bit.ly/2Bx4QPe>>. Acesso em: 1 out. 2013.

OCUPAÇÃO do MTST em Itaquera. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 jul. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2QsrDUS>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A lógica da especulação imobiliária. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 55, p. 75-92, nov. 1978.

PASTERNAK, Suzana. O estado de São Paulo no Censo 2010. *Observatório das Metrôpoles*, [S.l.], 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2BwHjxT>>. Acesso em: 31 jan. 2014.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Dinâmica imobiliária e metropolização: a nova lógica do crescimento urbano em São Paulo. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. IX, n. 194(10), ago. 2005.

PLANO ALTERNATIVO PARA A COMUNIDADE DA PAZ. Coletivo Comunidades Unidas de Itaquera. São Paulo: Peabiru TCA; Instituto Polis; Comitê Popular da Copa de São Paulo, 2012-2013.

PM APURA “possíveis excessos” durante rolezinho em shopping. *G1*, São Paulo, jan. 2014. Disponível em: <<https://glo.bo/2Kvh9P5>>. Acesso em: 31 jan. 2014.

PORTAL POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS. Articulação Nacional. *Carta da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa*. [S.l.], 2011. Disponível em: <http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=366&Itemid=279>. Disponível em: 27 ago. 2014.

POUPATEMPO. *O Poupatempo*, São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <<https://bit.ly/2QgoKGC>>. Acesso em: 20 set. 2013.

RIBEIRO, Bruno. TJ decide que Nova Luz deve ser refeito. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 23 jan. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2QjtmIO>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

ROLNIK, Raquel. Urbanismo e cidades inteligentes: as metrópoles possíveis. In: DIÁLOGOS CAPITAIS; METRÓPOLES BRASILEIRAS – O FUTURO PLANEJADO, 2014, São Paulo. *Atas...* São Paulo: Confiança, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2RxRdnY>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz; PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Segregação e produção imobiliária na metrópole latino-americana: um olhar a partir da cidade de São Paulo. In: LENCIONI, Sandra et al. *Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago*. São Paulo: FAUUSP, 2011.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 3. reimpr. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008a.

_____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. Tradução Myrna T. Rego Viana. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008b.

_____. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 6. ed. 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008c.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008d.

_____. *Manual de geografia urbana*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2008e.

_____. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. *Da totalidade ao lugar*. 1. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2012a.

_____. *O espaço do cidadão*. 7. ed. 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2012b.

SANTOS, Regina Célia Braga dos. As condições de existência de parcelas da população trabalhadora – Osasco, São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 64, p. 59-74, 2. sem. 1986.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. *Plano diretor estratégico do Município de São Paulo*. São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <<https://bit.ly/1F8evT2>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

_____. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. *Infocid@de*, São Paulo, 4 ago. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2FFiJ1P>>. Acesso em: 6 mar. 2014.

_____. Polo Institucional Itaquera: diretrizes do projeto urbanístico. São Paulo: SMDU, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/L74wU6>>. Acesso em: 19 set. 2013.

SHOPPING METRÔ ITAQUERA. *Sobre o shopping*, São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <<https://bit.ly/2DX3f7I>>. Acesso em: 20 set. 2013.

SINGER, Paul Israel. Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Editora Nacional; Edusp, 1968.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOUC-ZACHARIASEN, Catherine (Coord.). *De volta à cidade*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 59-88.

SOUZA, Felipe. Governo vai subsidiar 2.000 moradias na invasão Copa do Povo, diz sem-teto. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 jun. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2RxSv0>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 77-116.

SPCOPA. *Contrato de cidade-sede*, São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2Qibnp5>>. Acesso em: 27 set. 2013.

TOURINHO, Andréa de Oliveira. Centro e centralidade: uma questão recente. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). *Geografias da metrópole*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 277-300.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Estratégias de desenvolvimento e discurso do “declínio” em políticas de requalificação urbana no Brasil e na Europa. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 7, n. 11, p. 193-218, jan.-jun. 2010.

VAINER, Carlos. *Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Belo Horizonte: Anpur, 2011a. Disponível em: <<https://bit.ly/2DkQO5r>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

_____. Prof. Carlos Vainer fala sobre Megaeventos no programa Juca Entrevista. 52'16". *Etternippur*, YouTube, 2 dez. 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2SLDLON>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

_____. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

_____. Rio promove “limpeza urbana” e será mais desigual em 2016. Entrevista concedida ao Viomundo, por Dario de Negreiros, Rio de Janeiro. Viomundo, [S.l.], 30 jan. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/1iUZWNi>>. Acesso em: 19 set. 2014.

VASQUES, Daniel. Palco da Copa, Itaquera vira alvo das incorporadoras. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 mar. 2013a. Classificados de Imóveis. Disponível em: <<https://bit.ly/2AJO3YW>>. Acesso em: 23 set. 2013.

_____. Construtoras seguram lançamentos em Itaquera para vender mais caro. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 mar. 2013b. Classificados de Imóveis. Disponível em: <<https://bit.ly/2PCAhj2>>. Acesso em: 23 set. 2013.

WILKSON, Adriano. Vizinhos da Copa resistem por 3 dias, mas ficam sem casa em Itaquera. *UOL Copa*, São Paulo, 26 mar. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2JBrtEv>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

Bibliografia comentada

ASCHER, François. *Les nouveaux principes de l'urbanisme. La fin des villes n'est pas à l'ordre du jour*. La Tour-d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2001.

DURAND-LASSERVE, Alain (Org.). *La croissance peripherique des villes du Tiers Monde. Le rôle de la promotion foncière et immobilière. Travaux et Documents de Géographie Tropicale*, Paris, n. 40, 1980.

FEBVRE, Lucien. *Geographical indroduction to history*. London: Kegal Paul, 1932.

GODELIER, Maurice. Qu'est-ce que définir une “formation économique et sociale”? L'exemple des incas. *La Pensée*, n. 159, p. 99-106, 1971.

_____. Idem. *Crítica Marxista*, Roma, v. 10, n. 1, p. 81-89, 1972.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

JARAMILLO, Samuel. Las formas de producción del espacio construido en Bogotá. In: PRADILLA, Emilio (Org.). *Ensayos sobre el problema de la vivienda em México*. Ciudad de México: Latina UNAM, 1982. p. 149-212.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. *São Paulo: a construção da cidade – 1872-1914*. São Carlos: RiMa, 2004.

Este livro é fruto de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, entre os anos de 2011 e 2014. Este trabalho visa analisar as transformações espaciais no período pré-Copa do Mundo de 2014 na cidade de São Paulo, em principal na área de Itaquera. O impacto da construção do estádio “Itaquerão”, do Sport Club Corinthians Paulista, e das obras do Polo Institucional de Itaquera para a Copa do Mundo está no plano principal dessa pesquisa. A Copa do Mundo estabelece um conjunto de iniciativas de reforma urbana que altera formas e fluxos em um curto período, justificado pelo evento internacional. Em meio à requalificação do bairro, definem-se critérios de adequação que podem servir de modelo para outras intervenções em espaços periféricos. No intuito de detalhá-los, foi elaborado um plano de trabalho para delimitar o objeto de estudo. O projeto desta pesquisa teve como objetivo geral retomar a discussão das transformações no espaço urbano, mas, dessa vez, destacando um momento diferenciado de investimentos e expansão do capital na periferia de São Paulo. Na tentativa de compreender as transformações no espaço urbano, utilizamos o método materialista histórico dialético.